



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
GRUPO DE PESQUISA EM SAÚDE MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O ABUSO SEXUAL
INFANTOJUVENIL: UM ESTUDO COM JUÍZES E PROFISSIONAIS
PSICOSSOCIAIS**

CAMILA DE ALENCAR PEREIRA

**João Pessoa – PB
Fevereiro 2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
NÚCLEO DE PESQUISA EM SAÚDE MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O ABUSO SEXUAL
INFANTOJUVENIL: UM ESTUDO COM JUÍZES E PROFISSIONAIS
PSICOSSOCIAIS**

CAMILA DE ALENCAR PEREIRA

Mestranda

Prof^a. Dr^a. SILVANA CARNEIRO MACIEL

Orientadora

**João Pessoa – PB
Fevereiro 2017**

CAMILA DE ALENCAR PEREIRA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O ABUSO SEXUAL
INFANTOJUVENIL: UM ESTUDO COM JUÍZES E PROFISSIONAIS
PSICOSSOCIAIS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba por Camila de Alencar Pereira, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

Prof^a. Dr^a. SILVANA CARNEIRO MACIEL
Orientadora

João Pessoa - PB
Fevereiro 2017

P436r Pereira, Camila de Alencar.

Representações sociais sobre o abuso sexual infantojuvenil:
um estudo com juízes e profissionais psicossociais / Camila de
Alencar Pereira. - João Pessoa, 2017.

147 f. : il. -

Orientadora: Silvana Carneiro Maciel.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/ CCHL

1. Psicologia social. 2. Abuso sexual - infantojuvenil.
3. Representações sociais. 4. Políticas públicas.
5. Proteção legal. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 316.6(043)

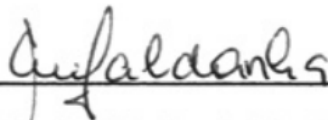
**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O ABUSO SEXUAL
INFANTOJUVENIL: UM ESTUDO COM JUÍZES E PROFISSIONAIS
PSICOSSOCIAIS**

CAMILA DE ALENCAR PEREIRA

Banca avaliadora:



Prof.ª Dr.ª. Silvana Carneiro Maciel (UFPB, Orientadora)



Prof.ª Dr.ª. Ana Alayde Werba Saldanha (UFPB, Membro Interno)



Prof.ª Dr.ª. Betânia Maria Oliveira de Amorim (UFCG, Membro externo)

**João Pessoa - PB
Fevereiro 2017**

Dedico a presente dissertação, assim como todas as demais conquistas obtidas na vida, aos meus amados pais (Joás Filho e Ana Lúcia), aos meus queridos irmãos (Ana Carolina, Luciano, Davi e Raquel), ao meu precioso Ernani, e ainda a todos os profissionais que atuam frente ao abuso sexual infantojuvenil e às vítimas.

AGRADECIMENTOS

É com muita admiração que agradeço:

A Deus, companheiro inseparável de todos os momentos de minha vida, por ter me abençoado com saúde e persistência para alcançar este objetivo.

À minha mãe, Ana Lúcia, que não descansou na torcida, e foi sempre um exemplo não só de pessoa, mas também de profissional. Obrigada mãe, por ter me ensinado a dirigir não só o meu carro, mas a minha vida! Ao meu pai que sempre acreditou e incentivou todas as minhas escolhas. Obrigada painho e mainha, que com muito carinho, apoio e incentivo, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

A Ernani, pessoa com que amo partilhar a vida. Com você minha vida se encheu de cores e melodias. Obrigada pelo carinho, pela paciência, por sua capacidade de me trazer paz na correria de cada dia, por sempre me apoiar em todas as minhas decisões, dando-me forças para iniciar e concluir esta dissertação. E, é claro, por ter me ajudado na correção do português.

À professora e orientadora Silvana Carneiro Maciel, que muito me auxiliou em todo o processo de elaboração da dissertação, com carinho, paciência e dedicação, sempre me incentivando e respeitando o meu ritmo de pensar, escrever e aprender, que tornou possível a conclusão desta. Obrigada professora, pelas oportunidades, pelos ensinamentos, pelos textos indicados e por ter dividido comigo e com todo o Grupo de Pesquisa em Saúde Mental e Dependência Química (GPSMDQ) seus conhecimentos e experiências, colocando em nossas mãos aprendizados que com certeza levaremos para o resto de nossas vidas.

Às professoras doutoras, Ana Alayde Werba Saldanha e Betânia Maria Oliveira de Amorim, por prontamente aceitarem o convite de compor a banca.

A todos os professores do Curso de Pós Graduação de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, pelo convívio, pelo apoio, pela dedicação, e por todos os ensinamentos passados.

Às minhas amigas, Camis e Tátia, que iniciaram comigo esta jornada e que agora também se encaminham para a conclusão desta etapa. Agradeço pelo apoio, companheirismo, pelas trocas constantes, e principalmente pela sólida amizade que construímos, a qual tenho certeza será para sempre! Obrigada por todas as lembranças inesquecíveis, por todas as torcidas e por caminharem ao meu lado. Obrigada amigas por terem sido além de tudo um suporte.

Aos amigos do GSMDQ, por todos os momentos compartilhados, por todo incentivo prestado durante a construção desta dissertação e por todas as trocas de experiência. Aprendi muito com vocês! Obrigada! Vocês foram essenciais.

À equipe da Coordenação, por todo auxílio e esclarecimentos prestados.

Ao CNPQ, pelo apoio financeiro.

Aos participantes da pesquisa, que muito contribuíram, com seus relatos e desabafos, para a minha formação profissional e pessoal.

Enfim, a todos que de algum modo contribuíram para a elaboração desse trabalho, seja pelo auxílio constante ou por uma palavra de amizade! Meu mais sincero Obrigada!

RESUMO

O abuso sexual infantojuvenil é definido como o evento no qual a criança ou o adolescente são usados para fins de obtenção de satisfação sexual de um adulto ou de um adolescente mais velho. Apesar de vários estudos e da criação de instrumentos legais para a proteção das crianças contra a violência, ainda existem muitas lacunas quando se trata de ações voltadas para o abuso sexual infantojuvenil, o que acaba por comprometer as formas de lidar com essa situação. As lacunas observadas residem, principalmente, no plano teórico e prático a partir da percepção do fenômeno pelos profissionais da área jurídica e psicossocial e na aplicação das políticas públicas existentes. Desse modo, o presente estudo busca conhecer e analisar as representações sociais que os juízes e os profissionais psicossociais possuem acerca do abuso sexual infantojuvenil, dado que são estes que lidam diretamente com a resolução das inúmeras situações jurídicas, sendo suas práticas influenciadas pelas representações acerca da temática. Como suporte teórico, fez-se uso da Teoria das Representações Sociais, na perspectiva da abordagem estrutural e dimensional, permitindo elucidar o conhecimento advindo do senso comum, com o saber científico sobre a temática. Trata-se de um estudo de campo descritivo, de cunho qualitativo e quantitativo, que foi realizado em instituições jurídicas da cidade de João Pessoa/PB. A amostra foi composta por 31 profissionais de ambos os sexos, sendo 12 juízes (primeira e segunda instância) e 19 profissionais psicossociais (psicólogos e assistentes sociais), que atuam ou já atuaram em casos de abuso sexual contra criança ou adolescente. Com a finalidade de alcançar tais objetivos, fez-se uso de quatro instrumentos: o questionário sociodemográfico, que foi analisado através de cálculos de frequência e porcentagens; a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), com o estímulo “abuso sexual infantojuvenil”, no qual se executou a análise prototípica e análise de similitude com o auxílio do *software* IRAMUTEQ; a entrevista semiestruturada, que foi analisada através da análise lexicográfica com amparo do IRAMUTEQ; e a Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECASI) que foi analisada a partir do SPSS. Constatamos que os profissionais que participaram deste estudo apreendem o fenômeno como um ato de violência e agressão cometido contra vulneráveis (crianças/adolescentes), principalmente no âmbito familiar, gerando consequências profundas nas vítimas. Além disso, possuem a representação de que o abusador é um indivíduo doente, insensível e com atos que fogem do que é socialmente tido como aceitável para o ser humano. Verificamos ainda que o depoimento sem dano é uma metodologia que provoca controvérsias no meio pesquisado; contudo, revelou-se como consenso a necessidade de preparação dos profissionais para uso da técnica, assim como um ambiente e material adequados. A aplicabilidade da teoria da representação social é imprescindível para que se propague ao senso comum o saber científico, mediante a inserção de novos objetos de conhecimento para profissionais que lidam com a temática. Diante dos resultados encontrados, constatou-se que aqueles que trabalham com o tema apreendem o fenômeno e as suas consequências, contudo, precisam de capacitação para atuar nos casos. Espera-se, com esta pesquisa, fornecer subsídios para uma adequada efetivação de políticas públicas, repercutindo na finalidade preventiva de danos às vítimas.

Palavras-chave: Abuso Sexual; Criança; Adolescente; Representações Sociais.

ABSTRACT

Childhood and adolescent sexual abuse is defined as the event in which the child or adolescent is used for obtaining sexual satisfaction from an adult or an older adolescent. Despite several studies and the creation of legal instruments for protecting children from violence, there are still many gaps when it comes to actions aimed at childhood and adolescent sexual abuse, which forfeits how to deal with the situation. The gaps observed are mainly on theoretical and practical levels, based on the perception of the phenomenon by both legal and psychosocial professionals as well as the application of existing public policies. Thus, the present study aims at knowing and analyzing the social representations that judges and psychosocial professionals have about childhood and adolescent sexual abuse, given that they directly deal with the solution of innumerable legal situations, having their practices influenced by the representations they have on the subject area. As theoretical support, we used Social Representations Theory in the perspective of the structural and dimensional approach, which allows elucidation of the knowledge coming from the common sense with the scientific knowledge on the subject. This is a qualitative, quantitative and descriptive field research carried out in legal institutions in the city of João Pessoa / PB. The sample consisted of thirty-one male and female professionals, from which twelve were judges (first and second instance) and nineteen were psychosocial professionals (psychologists and social workers) who work or have worked with cases of sexual abuse against children or adolescents. We used four instruments of research to achieve our aims: a sociodemographic questionnaire, which was analyzed through frequency and percentage calculations; the Association Technique, with "sexual abuse of children and adolescents" stimulus, in which the prototypical analysis and similitude analysis were performed with the help of IRAMUTEQ; the semi-structured interview, which was analyzed through lexicographic analysis with IRAMUTEQ; and the Sexual Abuse Attitude and Beliefs Scale that was analyzed with SPSS. We found that the professionals who participated in this study grasped the phenomenon as an act of violence and aggression committed mainly in the family environment against vulnerable children/adolescents, causing profound consequences for the victims. In addition, they have the representation that the abuser is a sick person, insensitive and with acts that differ from what is socially acceptable to the human being. We also verified that testimony without damage is a controversial methodology in the researched environment, but it was a common understanding that professionals need to be prepared for the use of the technique as well as a suitable environment and material. The applicability of Social Representations Theory is essential for the dissemination of scientific knowledge through the insertion of new objects of knowledge for professionals who deal with the subject matter. In view of the results found, it was verified that those who work with the theme grasp the phenomenon and its consequences, but they need the capacity to act upon the cases. With this research, we expect to provide the basis for an adequate implementation of public policies, with an impact on the prevention of damages to the victims.

Key-words: Sexual Abuse; Child; Adolescent; Social Representations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fluxograma do procedimento de notificação	41
Figura 2. Representação gráfica dos valores próprios da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual	64
Figura 3. Modelo Unifatorial da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual Infantojuvenil	71
Figura 4. Quadrante das evocações acerca do estímulo abuso sexual infantojuvenil. ..	87
Figura 5. Gráfico da análise de similitude do estímulo abuso sexual infantojuvenil considerando a variável profissão, em que grupo 1= psicólogos e assistentes sociais e grupo 2= juízes de primeira e segunda instância.....	93
Figura 6. Classificação Hierárquica Descendente dos Participantes.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estrutura Fatorial da Escala de Crenças Sobre o Abuso Sexual (ECAS).....	65
Tabela 2. Índices de Ajuste do modelo testado.	69
Tabela 3. Frequências e porcentagens dos dados sociodemográficos dos participantes. N=31.	85

LISTA DE ABREVIações

ABRAPIA – Associação Brasileira de Proteção à Infância e à Adolescência

ACP - Análise dos Componentes Principais

AGFI - Adjusted Goodness Of Fit Index

ALCESTE - Analyse Lexicale par Context d'un Ensemble de Segments de Texte

AP - Análise Paralela

AS – Abuso Sexual

ASI – Abuso Sexual Infantojuvenil

CCS - Centro de Ciências da Saúde

CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CFI - Comparative Fit Index

CHD – Classificação Hierárquica Descendente

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CTCA - Conselhos Tutelares da Criança e Adolescente

D.C – Depois de Cristo

DEPCA - Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente

DP – Desvio Padrão

DSD – Depoimento Sem Dano

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ECAS – Escala de Crenças sobre Abuso Sexual

ECASI – Escala de Crenças sobre Abuso Sexual Infantojuvenil

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

GFI - Goodness Of Fit Index

IML - Instituto Médico Legal

IRAMUTEQ - Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

LPS - Laboratoire de Psychologie Sociale

ML - Máxima Verossimilhança

OMS – Organização Mundial de Saúde

OME – Ordem Média de Evocação

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

RECRIA - Rede de Informações sobre Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes

RMSEA - Root Mean Square Error Of Approximation

RS – Representação Social

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TALP - Técnica de Associação Livre de Palavras

TRS - Teoria das Representações Sociais

UCE – Unidades de Contexto Elementares

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT	9
LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE ABREVIACÕES	12
INTRODUÇÃO	16
PARTE I.....	20
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
CAPÍTULO 1 Violência e Abuso Sexual Infantojuvenil.....	21
1 VIOLÊNCIA E ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL	22
1.1 Conceituando e caracterizando os temas	22
1.2 Abuso sexual infantojuvenil: aspectos históricos e políticas públicas	33
1.3 Abuso Sexual Infantojuvenil e o Âmbito Jurídico.....	40
CAPÍTULO 2 A Teoria da Representação Social como aporte teórico para o estudo do fenômeno do abuso sexual infantojuvenil	46
2 A TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL COMO APORTE TEÓRICO PARA O ESTUDO DO FENÔMENO DO ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL	47
PARTE II	59
ESTUDOS EMPÍRICOS	59
CAPÍTULO 3 ESTUDO 1: Validação da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual Infantojuvenil (ECASI).....	60

3 ESTUDO 1: VALIDAÇÃO DA ESCALA DE CRENÇAS SOBRE ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL (ECASI)	61
3.1 Estudo A: Validação Exploratória da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECAS).....	61
3.1.1 Método.....	61
a) Participantes	61
b) Instrumento	62
c) Procedimento de coleta de dados	62
d) Procedimento de Análise dos dados	63
e) Procedimentos Éticos	63
f) Resultados e Discussões	63
3.2 Estudo B: Validação Confirmatória da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECAS).....	67
3.2.1 Método.....	67
a) Participantes	67
b) Instrumentos	67
c) Análise dos dados	68
d) Resultados e Discussão.....	68
3.3 Discussão Geral.....	72
 CAPÍTULO 4 ESTUDO 2: RS do Abuso Sexual Infantojuvenil de juízes e profissionais psicossociais	 75

4 ESTUDO 2: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL DE JUÍZES E PROFISSIONAIS PSICOSSOCIAIS	76
4.1 Objetivos.....	76
4.1.1 Objetivo Geral	76
4.1.2 Objetivos Específicos:	76
4.2 Método	76
4.2.1 Tipo de estudo	77
4.2.2 Participantes e local.....	77
4.2.3 Instrumentos e Análises dos dados.....	78
4.2.4 Considerações éticas e procedimento de coleta de dados	83
4.3 Resultados e Discussões.....	84
4.3.1 Caracterização da Amostra.....	84
4.3.2 TALP: Análise Prototípica e Análise de Similitude.....	86
4.3.3 Análise Lexical das Entrevistas.....	95
4.3.4 Escala de Crenças sobre Abuso Sexual Infantojuvenil/ Análises Estatísticas	110
4.4 Consolidando os Resultados	112
CAPÍTULO 5 Considerações finais	115
REFERÊNCIAS	119
APÊNDICES	135
ANEXO.....	144

INTRODUÇÃO

O presente estudo trata das representações sociais em torno da temática do abuso sexual infantojuvenil, a partir de uma pesquisa de campo realizada com juízes e profissionais psicossociais, através da qual se almeja uma compreensão de como tais profissionais representam o tema, contribuindo para a efetivação das políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente.

Uma das formas de violência contra a pessoa, que se destaca na atual sociedade é o abuso sexual. Dentre as vítimas mais recorrentes – e mais vulneráveis – desse abuso, encontram-se as crianças e os adolescentes, os quais, num passado longínquo, eram tidos como objeto de pertença de adultos, sendo tratados, sob o ponto de vista da sexualidade, como se apresentassem um desenvolvimento idêntico ao da pessoa adulta. O abuso sexual infantojuvenil é definido como o evento no qual a criança ou o adolescente são usados para fins de obtenção de satisfação sexual de um adulto ou de um adolescente mais velho (Florentino, 2015; Freire & Alberto, 2013; Lima, Alberto, Santos, Brito & Silva, 2014; Pincolini & Hutz, 2014). Esse episódio acaba por deixar marcas que vão além de questões apenas físicas, atingindo também o emocional e o psicológico do abusado.

Com o passar dos anos, a sociedade despertou para a necessidade de tratamento diferenciado às crianças e aos adolescentes, preocupando-se com a criação de programas de ações sociais para a proteção infantojuvenil, surgindo, assim, políticas públicas voltadas especificamente para a asseguarção dos direitos das crianças e adolescentes. Nessa temática, especialmente após o advento da Constituição Federal de 1988, elencando como prioridade absoluta a garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, a legislação brasileira sobre a temática ganhou destaque,

passando os juízes a atuar decisivamente na efetivação dos instrumentos protetivos previstos em lei.

Apesar de vários estudos, bem como das leis e movimentos surgidos com a pretensão de proteção das crianças contra a violência, ainda existem muitas lacunas quando se trata do abuso sexual infantojuvenil, o que acaba por comprometer as formas de lidar com essa situação. As lacunas observadas residem, principalmente, na aplicação das políticas públicas, existentes no plano teórico e prático, a partir da percepção do fenômeno pelos profissionais da área jurídica e psicossocial. Assim, muitos dos espaços para a continuidade do abuso sexual infantojuvenil se encontram, ainda que implicitamente, no conhecimento advindo do senso comum sobre a temática, havendo, pois, a necessidade de um estudo sobre a própria representação de quem trabalha efetivamente em torno do tema para que haja um aperfeiçoamento na efetivação dos mecanismos legais e práticos existentes para a intervenção e proteção integral da criança e do adolescente vítima de abuso sexual.

A partir disso o presente trabalho está ancorado na Teoria das Representações Sociais (TRS). A essencialidade da compreensão acerca da representação social sobre o abuso sexual infantojuvenil revela um campo propício para a aplicabilidade da teoria, uma vez que esta possibilita ao pesquisador apreender a interpretação dada pelos participantes à realidade do fenômeno que está sendo pesquisado, consubstanciando um elemento de ligação entre os indivíduos ou grupos, suas culturas e suas práticas. Segundo Jodelet (2001) a representação social é uma forma de conhecimento, que, concebida socialmente e partilhada entre os membros de um grupo, tem uma finalidade prática, colaborando para a construção da realidade comum a um conjunto social, pois é modeladora das respostas individuais ao estímulo sobre determinado tema.

A TRS destaca algumas funções das representações: a função de conhecimento,

possibilitando que as pessoas apreendam e expliquem a realidade através da construção de novos saberes; a função identitária, a qual permite posicionar os membros do grupo no campo social, elaborando uma identidade social e pessoal; a função de orientação, guiando comportamentos; e a função justificadora, respaldando a justificação, *a posteriori*, das tomadas de decisões. As representações sociais dos profissionais – responsáveis pela efetivação das políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente – despontam como uma das vias adequada para a compreensão do fenômeno do abuso sexual infantojuvenil. A aplicação da teoria permite não apenas a apreensão do senso comum, mas também a inserção de novos saberes científicos, possibilitando a evolução social das ações individuais, interferindo de forma decisiva na efetivação das políticas públicas de combate à violência infantojuvenil.

O presente estudo busca caracterizar as representações sociais que os juízes e os profissionais psicossociais que atuam nessa área têm a respeito do abuso sexual infantojuvenil, dado que são esses os profissionais que lidam diretamente com a resolução das inúmeras situações jurídicas, estando suas práticas influenciadas por suas representações acerca da temática. A pesquisa realizada visa trazer benefícios importantes, propiciando uma maior articulação entre a linha de política pública existente nas leis, destacando seus possíveis acertos e falhas, possibilitando achados que permitam propor modificação para melhorar as intervenções, com vista à minimização dos danos às vítimas e à prevenção do abuso sexual infantojuvenil.

No que diz respeito à estrutura, esta dissertação foi dividida em duas partes (**Parte I** e a **Parte II**). Na primeira parte apresentamos dois capítulos que abordam o tema proposto. O **Capítulo 1 – Violência e Abuso Sexual Infantojuvenil** aborda a violência nas suas mais variadas formas, dando um enfoque especial ao abuso sexual infantojuvenil. Este capítulo foi subdividido em 4 subcapítulos, sendo o primeiro

nomeado de **Conceituando os temas**, tópico no qual são trabalhadas as definições envolvidas nos temas da violência e do abuso sexual cometidos contra a criança e o adolescente; o segundo subcapítulo chama-se **Abuso sexual infantojuvenil: aspectos históricos e caracterização**, o qual discorre acerca dos aspectos históricos do abuso sexual infantojuvenil, englobando, também, as suas caracterizações, a exemplo das consequências e prevalências do abuso sexual infantojuvenil; o terceiro subcapítulo, **Políticas Públicas**, trata sobre as políticas públicas voltadas para o abuso sexual infantojuvenil; e o quarto subcapítulo, **Abuso Sexual Infantojuvenil e o Âmbito Jurídico**, explana sobre os procedimentos adotados diante de uma denúncia de abuso sexual infantojuvenil.

E o **Capítulo 2 – A teoria das Representações Sociais como aporte teórico para o estudo do fenômeno do Abuso Sexual Infantojuvenil** - engloba os caracteres teóricos que amparam o presente estudo.

A segunda parte é composta pelos estudos empíricos, sendo, portanto, dividida em: **Capítulo 3 - Estudo I: Evidências de Validade Fatorial da ECAS**, no qual são descritos os aspectos de validade da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual; **Capítulo 4 - Estudo II: Representações Sociais do abuso sexual infantojuvenil de profissionais psicossociais e juízes**, que apresenta a descrição e discussão acerca dos dados referentes ao segundo estudo desta dissertação.

Por fim, são apresentadas as conclusões do estudo realizado, no **Capítulo 5 - Considerações finais**, mediante a análise, a partir da visão de profissionais do direito e psicossociais, das representações sociais sobre o abuso sexual infantojuvenil, seguindo-se das **Referências** utilizadas, dos **Apêndices** e do **Anexo**.

PARTE I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 1

Violência e Abuso Sexual

Infantojuvenil

1 VIOLÊNCIA E ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL

1.1 Conceituando e caracterizando os temas

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1996, afirmou que a violência é um fenômeno extremamente difuso e complexo, sendo definida como o uso intencional da força física ou do poder, em forma de ameaça ou mediante as vias de fato, contra si, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, prejuízo no desenvolvimento ou privação.

A violência é um problema social, sendo considerada por Garbin, Lima, Garbin, Rovida e Saliba (2015) como um grande desafio mundial, já que atinge a população nas suas mais variadas formas e cenários, perpassando por todas as fases de desenvolvimento do ser humano e se estabelecendo nas mais diversificadas relações sociais.

Ribeiro, Ferriani e Reis (2004) retratam a violência como um dos grandes problemas mundiais, pois afeta o sistema como um todo, desde o indivíduo considerado isoladamente até os grupos familiares. Tal violência, referida à questão social, revela-se totalmente desencadeadora de desordens, já que a agressão é polimórfica e multifacetada, surgindo, interligando, interagindo e se fortalecendo no seio da sociedade com o objetivo de usurpar, deter poder e/ou conquistar privilégios.

De modo geral, podemos afirmar que a violência pode ser definida como uma ação ou omissão gerida de forma individual ou grupal, que promove danos físicos, morais e/ou emocionais a si ou aos outros. Nesse sentido, Lins (2010) conceitua o termo como um ato que provoca constrangimento físico ou moral, com o intuito de obrigar um indivíduo, que perderá sua autonomia, a submeter-se à vontade de outro. Castro (2013)

acrescenta que o referido fenômeno não considera a classe social, o nível escolar, a raça, a crença religiosa ou a idade, fazendo-se presente nos variados formatos e contextos no dia a dia das pessoas. Santos (2011) ressalta que as condições sociais e econômicas não são fatores determinantes para a ocorrência desse tipo de violência, contudo, às classes menos favorecidas aglutinam maior complexidade ao fenômeno.

Garbin et al. (2015) afirmam que os tipos de violência compõem uma rede emaranhada e complexa, os quais são frequentemente expressos nas relações domésticas, de gênero, de classes e no interior das instituições. Nesse sentido, considerando que a violência é um tema amplo, pois pode ser verificada em vários formatos, atingindo os mais distintos grupos sociais, optamos por descrever sobre a violência cometida contra crianças e adolescentes, mais especificamente sobre o abuso sexual infantojuvenil, haja vista que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2011), a violência, em nível mundial, vem crescendo demasiadamente, atingindo principalmente mulheres e crianças.

Sobre essa questão Azambuja (2006) e Taveira (2011) afirmam que a falta de cuidado e proteção da criança é associada a registros de abandono, agressões, infanticídio e violência psíquica, física e sexual, sendo um pesadelo para a sociedade atual, que começa a despertar para o tema, posto que, apesar de existir desde a antiguidade, a violência cometida contra a criança e o adolescente passou a ser foco de discussões apenas recentemente. Esta, de acordo com Florentino (2015), é tida como uma problemática universal que acomete, silenciosa e simuladamente, milhares de vítimas.

É sabido que muitas crianças e adolescentes ainda são vítimas de violência, podendo esta assumir diversas facetas – tais como a negligência, violência física, psicológica e sexual –, as quais podem provocar danos físicos e psicológicos, assim

como prejuízo no desenvolvimento e maturação da criança/adolescente (Lins, 2010; Maria, 2012; OMS, 1996; Rates, Melo, Mascarenhas & Malta, 2015; Santos & Yakuwa, 2015; Souza & Barbosa, 2015).

A negligência cometida contra crianças e adolescentes é a forma de violência com maior frequência de notificações no Brasil e no cenário internacional, sendo caracterizada pela ausência ou insuficiência dos cuidados e das necessidades básicas da criança ou do adolescente. É válido ressaltar que a negligência é diretamente influenciada por elementos culturais, sociais e econômicos, podendo ocorrer em relação à proteção, à saúde, à educação e a questões estruturais (Egry, Apostólico, Albuquerque, Gessner & Fonseca, 2015; Mikami & Escobar, 2001; Nunes & Sales, 2016; Paisan, 2015; Pasian, 2015; Pasian, Bazon, Pasian & Lacharité, 2015).

Sobre os tipos de negligências que acometem crianças e adolescentes, Egry et al. (2015) descrevem a negligência da proteção que se relaciona à exposição da criança a riscos; a negligência na saúde diz respeito à ausência ou à escassez de cuidados e tratamentos médicos que possam comprometer a saúde da criança/adolescente; na escola é voltada para as demandas da educação como, por exemplo, a falta de compromisso dos pais na vida escolar de seus filhos; e, por fim, a negligência estrutural se refere às condições econômicas e sociais ligadas à vida da criança/adolescente e sua família.

Outro tipo de violência que frequentemente atinge crianças e adolescentes é a violência física, que é aquela que causa uma lesão física, interna ou externa, ocasionada na vítima a partir da utilização da força ou do uso de armas e/ou outros instrumentos. Já a violência psicológica é determinada por todo ato ou omissão que ocasiona ou visa ocasionar prejuízos à autoestima, à identidade ou à maturação biopsicossocial do indivíduo (Brasil, 2002; Hildebrand, Celeri, Morcillo & Zanolli, 2015; Silveira &

Ramos, 2015).

Considera-se como violência sexual infantojuvenil toda atividade de caráter sexual, que envolve ou não violência física, com ou sem remuneração financeira, praticada por um adulto ou um indivíduo em posição de poder contra uma criança ou um adolescente. Pode ocorrer através de interações sexuais, carícias, manipulação dos órgãos genitais, felações, penetrações vaginais ou anais, voyeurismo, pornografia, entre outras formas (Lima et al., 2014). Trata-se de uma transgressão contra o direito à liberdade, à sexualidade e aos direitos básicos da criança e do adolescente, sendo, portanto, considerada uma violação contra o corpo, a alma e os direitos (Santos, 2011).

Gava, Pelisoli e Dell’Aglío (2013) ressaltam que a violência sexual cometida contra crianças e adolescentes é definida por qualquer tipo de interação, destes com um indivíduo que apresente um desenvolvimento sexual mais adiantado, que tenha o intuito de obtenção de satisfação sexual. Tais interações podem acontecer sem contato sexual – voyeurismo, exibicionismo, pornografia - ou com contato sexual, que pode ser com ou sem penetração.

A violência sexual infantojuvenil é tida como:

atos praticados com finalidade sexual que, por serem lesivos ao corpo e à mente do sujeito violado (crianças e adolescentes), desrespeitam os direitos e as garantias individuais como liberdade, respeito e dignidade previstos [...] no Estatuto da Criança e do Adolescente (Florentino, 2015, p.139).

A violência sexual que acomete crianças e adolescentes pode ocorrer a partir de duas modalidades: a exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) e o abuso

sexual (AS). A ESCA consiste em práticas sexuais envolvendo comercialização, através das quais se paga à vítima ou a terceiros, envolvidos em uma rede de exploração sexual infantojuvenil, na qual as crianças e os adolescentes são vistos como objetos mercantis e sexuais, expressando-se através da pornografia, do tráfico, do turismo sexual e da prostituição (Florentino, 2015; Freire & Alberto, 2013; Lima et al., 2014; Pincolini & Hutz, 2014).

O abuso sexual infantojuvenil (ASI), por sua vez, compreende atos e/ou atividades sexuais contra crianças ou adolescentes, cujo objetivo é a obtenção de satisfação sexual do agressor (Florentino, 2015; Freire & Alberto, 2013; Lima et al., 2014; Pincolini & Hutz, 2014). Assim, é possível afirmar que o que diferencia os conceitos supracitados é, basicamente, o fato de o primeiro ter natureza comercial, ao passo que o segundo independe do caráter econômico. Neste trabalho será enfatizado o abuso sexual infantojuvenil não omitindo a importância da exploração sexual, mas entendendo que ambos são facilmente relevantes, contudo possuem diferenças e especificidades, sendo o abuso sexual ponto comum entre o ESCA e o ASI.

Em 2002, a Associação Brasileira de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA) ressaltou que o abuso sexual infantojuvenil pode ocorrer com ou sem contato físico. No primeiro, estão incluídas relações sexuais ou tentativas com penetração vaginal ou anal, carícias nos órgãos genitais, masturbação e sexo oral. No segundo, é considerado abuso sexual sem contato aquele que se dá através da verbalização, telefonemas obscenos, exibicionismos, voyeurismo e do ato de mostrar para crianças e adolescentes imagens ou vídeos, além de fotografá-las ou filmá-las despidas.

O abuso sexual infantojuvenil é considerado como “a prática de carícias, a manipulação de genitália, mama ou ânus, a exploração sexual, o voyeurismo, a

pornografia, o exibicionismo, até o ato sexual, com ou sem penetração” (Espindola & Batista, 2013, p.598). Sendo assim, conceitua-se o abuso sexual infantojuvenil como qualquer prática de cunho sexual que envolva uma criança ou uma pessoa com menor nível de desenvolvimento psicosssexual que o agressor. Dentro dessa perspectiva, um contato sexual entre um adolescente e uma criança menor pode também ser considerado abusivo, desde que haja uma diferença significativa de idade e desenvolvimento, que não permita ao menor ter condições de consentir o ato (Espindola & Batista, 2013).

São várias as definições de abuso sexual cometido contra criança ou adolescente existentes na literatura, já que há várias possibilidades de abusá-los sexualmente. Com relação aos tipos de abuso sexual, este pode ser intrafamiliar ou extrafamiliar. O primeiro diz respeito aos casos em que o abusador possui algum grau de parentesco com a vítima, podendo ter ou não laços consanguíneos. O segundo é caracterizado pela ocasião que ocorre fora do seio familiar, envolvendo situações nas quais o perpetrador é um estranho que não possui nenhum vínculo familiar com a criança (Deslandes, 1994; Habigzang, Corte, Hatzenberger, Stroeher & Koller, 2008; Lima & Alberto, 2012).

Tais atos praticados contra a criança e o adolescente se dão através da violência física, de ameaças ou de indução de sua vontade, podendo variar desde atos sem contatos físicos, mas que envolvem toques, assédios, exibição dos genitais e o voyeurismo, até os atos com contato físico sem penetração, como é o caso do sexo oral, ou com penetração de dedos, objetos e do órgão sexual pelas vias genital ou anal (Gomes, Junqueira, Silva & Junger, 2002; Habigzang, Azevedo, Koller & Machado, 2006).

O abuso sexual infantojuvenil é considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2003) como um dos maiores problemas sociais e de saúde pública. Contudo, é sabido que nem todos os casos são revelados, devido a muitos fatores, tais

como o sentimento de culpa, de vergonha e a própria ignorância, além de ser um assunto encoberto por segredo, do qual fazem parte a família, os vizinhos e, em muitos casos, os profissionais que atendem essas crianças vitimizadas (Braun, 2002).

Nesse sentido, Huh e Cavalini (2011) afirmaram que anualmente são relatados cerca de 150.000 a 200.000 novos casos de abuso sexual infantil, mas, infelizmente, esses dados estão muito abaixo da realidade, já que, na maioria dos casos, tais crianças e adolescentes vítimas da agressão não são reconhecidos, diagnosticados nem denunciados.

Assim sendo, a incidência de casos de abuso sexual infantojuvenil é uma incógnita, sendo, desse modo, os dados estatísticos, usados apenas para estimativas. Levando em conta que estes não podem ser absolutos, acreditamos que a quantidade de casos envolvendo crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual é muito maior do que os dados revelam.

Em relação à epidemiologia, observou-se, através de estudos realizados ao redor do mundo, que a prevalência de abuso sexual contra crianças e adolescentes é do sexo feminino (Castro, 2013; World Health Organization, 2003). O que não significa que o sexo masculino, nessa etapa do desenvolvimento, não sofra com esse tipo de violência, haja vista a ocorrência de casos em uma proporção inferior.

De acordo com Castro (2013), a cada seis minutos uma pessoa é vítima de violência sexual, nos Estados Unidos, e que 25% das mulheres norte-americanas vivenciaram algum tipo de contato sexual não consentido no decorrer da infância ou da adolescência.

Hohendorff, Koller e Habigzang (2015), em estudo de revisão da literatura, apontam que as porcentagens médias das prevalências de violência sexual são de 7,9% para meninos e 19,7% para meninas, constatando uma diferença significativa ($p < 0,05$)

entre os valores apresentados. No Brasil, o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, por meio do “Disque 100”, divulgou o relatório, referente ao ano de 2011, com os dados de notificações de abuso sexual, no qual constataram que, das denúncias recebidas, 23% das vítimas eram meninos e 77% eram meninas. Sobre esse relatório, Castro (2013) destaca que foram notificadas 123.322 denúncias relacionadas às violências sexuais (abuso sexual, exploração sexual e negligência) contra crianças e adolescentes, sendo 79% das denúncias referentes ao abuso sexual infantojuvenil.

A Associação Brasileira de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA, 2002) acredita que, por dia, 165 crianças são vítimas de abuso sexual ou que 7 crianças são sexualmente abusadas por hora no país. Castro (2013, p.12) acrescenta que “uma em cada três ou quatro meninas jovens sofre abuso sexual antes de completar os 18 anos, e anualmente cerca de 50 mil casos são registrados”.

Ribeiro et al. (2004) afirmam que no Brasil os dados dessa incidência do abuso sexual infantojuvenil são subnotificados, já que se estima que menos de 10% dos casos cheguem a ser denunciados. Os autores acreditam que este número baixo de notificações é relacionado ao medo e à falta de confiabilidade no sistema legal.

A Portaria de nº 1968/2001 do Ministério da Saúde afirma que é obrigatória a notificação compulsória dos casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos contra a criança e o adolescente pelos profissionais dos estabelecimentos de saúde que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, a ausência de notificação da violência é uma realidade no Brasil, ou seja, este estudo retrata que, para cada caso notificado, de dez a vinte não foram noticiados. Um dos impasses diante deste problema refere-se à dificuldade dos profissionais de identificar os casos, por falta de informações básicas que levem ao diagnóstico (Pires & Miyazaki, 2005). Outro possível impasse seria a

vergonha ou medo que a família ou a própria vítima têm da situação vivenciada (Oliveira, 2013).

Habigzang, Koller, Azevedo e Machado (2005) citam os estudos de Braun (2002); Cohen (1997); Caminha, Habigzang e Bellé (2003); Kristensen, Oliveira e Flores (1999) e Lorenzi, Pontalti e Flech (2001), enfatizando que diversas pesquisas epidemiológicas foram desenvolvidas com o intuito de averiguar a prevalência e a incidência do abuso sexual infantojuvenil e de avaliar os indicadores sociais e psicológicos que se relacionam a este elemento. Foi observada uma maior incidência de abuso sexual cometido contra crianças e adolescentes do sexo feminino, com idade entre cinco e oito anos, em relação aos quais se verificou que a maioria ocorria dentro da própria residência, sendo o pai ou padrasto os principais perpetradores. Os autores revelam ainda que geralmente a situação vem à tona, no mínimo, um ano após o início da agressão sexual, sendo a mãe o elemento mais procurado por essas crianças para tal revelação.

É notório que muitos fatores influenciam no que diz respeito à revelação do abuso sofrido. O sentimento de culpa e de vergonha, que estão presentes na vítima e em alguns casos nos parentes próximos, revelam-se como decisivos para ausência de denúncia, assim como a própria ignorância das pessoas mais próximas. Em meio a esse cenário, observa-se uma questão encoberta por segredo, do qual fazem parte a família, os vizinhos; e na maioria dos casos essas crianças e adolescentes vítimas de tal agressão não são reconhecidos, diagnosticados e denunciados. Acrescido a isso, temos também a falta de confiabilidade no sistema jurídico (Braun, 2002; Ribeiro et al., 2004; Sadock & Sadock, 2007).

O abuso sexual é considerado a forma de violência mais danosa para a criança e para o adolescente, já que, em muitos casos, as violências, psicológica e física, estão

presentes em uma única ação. Acrescido a isso, causam severas implicações, podendo afetar o desenvolvimento das vítimas das mais variadas formas, chegando a gerar danos no âmbito orgânico, emocional, social e psíquico (Elliott & Carne, 2001; Espindola & Batista, 2013; Habigzang et al., 2006; Huber & Kruel, 2010; Runyon & Kenny, 2002; Saywitz, Mannarino, Berliner & Cohen, 2000; Wassermann, 2011).

Para Araújo (2002), esta é uma situação traumática, complexa e envolta de conflitos, já que envolve uma mistura de sentimentos como raiva, culpa, vergonha, medo e desamparo. Nesse sentido, Padilha e Gomide (2004) apontam que o sentimento de culpa é algo que se encontra frequentemente nas vítimas, em especial, naquelas que sofreram abuso por um longo período de tempo, podendo aumentar essa sensação se o perpetrador apontá-la como corresponsável pelo acontecido.

De acordo com Habigzang et al. (2006), a repercussão do abuso sexual está relacionada com três fatores: os fatores intrínsecos da vítima; fatores extrínsecos, que envolvem fatores de risco e de proteção da rede de apoio social e afetiva; e fatores relacionados com a forma da violência.

Nesse sentido, Souza (2015) afirma que as consequências do abuso sexual infantojuvenil poderão variar de acordo com alguns fatores como a idade da vítima, a reação que a família e os conhecidos apresentam diante do fato, as atuações médicas e de outros profissionais no caso e as questões envoltas no processo jurídico. Florentino (2015, p. 140) acrescenta que questões como o “grau de penetração; acompanhamento de insultos ou violência psicológica; uso de força ou violência física, entre outras brutalidades” influenciam diretamente nas consequências do abuso sexual vivenciado pela criança e pelo adolescente.

Crianças e adolescentes que passaram por tal atrocidade podem desenvolver sintomas de depressão, queixas somáticas, transtornos de ansiedade, alimentares e

dissociativos, déficit de atenção, baixa autoestima, baixo rendimento escolar, transtornos severos de personalidade e transtorno de estresse pós-traumático, sendo esta última a psicopatologia mais citada como decorrente do abuso sexual infantojuvenil (Barros & Freitas, 2015; Espindola & Batista, 2013; Garbin et al., 2015; Habigzang et al., 2006; Padilha & Gomide, 2004; Souza, 2015).

Estudiosos apontam que, além das consequências patológicas, as crianças e adolescentes, que sofreram com algum tipo de abuso sexual, podem ainda apresentar alterações cognitivas, emocionais e comportamentais. São elencadas como consequências: a conduta hipersexualizada, o abuso de substâncias químicas, as fugas do lar, os furtos, o isolamento social, a agressividade, as mudanças nos padrões de sono e a alimentação e comportamentos autodestrutivos (Barros & Freitas, 2015; Espindola & Batista, 2013; Garbin et al., 2015; Habigzang et al., 2006; Padilha & Gomide, 2004; Souza, 2015).

As vítimas podem ainda apresentar sinais físicos como “hematomas e traumas nas regiões oral, genital e retal, coceira, inflamação e infecção nas áreas genital e retal, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez, dores e doenças psicossomáticas e desconforto em relação ao corpo” (Habigzang et al., 2006, p. 19). Florentino (2015) acrescenta ainda a possibilidade de a vítima apresentar lesões, que permitam percebermos a presença de atos sádicos do agressor como, por exemplo, tentativas de enforcamento, queimaduras por cigarro, sangramento e ausência do controle esfinteriano. O autor afirma, ainda, que, atualmente, vêm sendo realizados estudos na área da neurologia que sustentam a hipótese de que ter vivenciado situação de abuso sexual pode acarretar na vítima alterações temporárias ou permanentes nas estruturas cerebrais.

É relevante destacar que é possível uma criança ou um adolescente, vítima de

abuso sexual, não apresentar sintomas externos, não significando, porém, que eles não estejam sofrendo. Sobre isso, Teixeira (2013) aduz que, apesar de uma vítima de abuso sexual infantojuvenil não apresentar sintomas aparentes ou estes serem de pouca importância, não significa que ela não experimente sentimentos oriundos dessa vivência, tendo em vista que as consequências desse tipo de violência podem estar latentes, vindo à tona em momentos posteriores, diante de uma crise provinda das fases do desenvolvimento ou diante de uma situação de grande estresse. Sendo assim, uma vítima dessa atrocidade deve ser sempre vista como uma criança/adolescente em situação de risco.

Desse modo, devemos atentar para o fato de que as repercussões do abuso sexual infantojuvenil são sempre sérias, independente da vítima externalizar algum sintoma, não significando que, a despeito da ausência de sinais visíveis de danos, não sofra ou não venha a sofrer devido a essa situação vivenciada.

Considerando que a conscientização social sobre a infância, assim como o ASI, resultou de uma construção histórica, seguiremos abordando sobre a trajetória temporal, cultural e social do fenômeno, para uma melhor compreensão da temática. Nesse sentido, constata-se que a violência, em todos os seus formatos, cometida contra crianças/adolescentes sempre esteve presente na história da humanidade, não sendo, portanto, uma peculiaridade dos dias atuais (Lins, 2010), mas impactando até a presente data.

1.2 Abuso sexual infantojuvenil: aspectos históricos e políticas públicas

No que se refere ao contexto histórico-social, o abuso sexual é um tipo de violência que pode estar presente em todas as idades, abrangendo indivíduos de ambos

os sexos e classes sociais. Estima-se que o AS atinge aproximadamente 12 milhões de vítimas, incluindo mulheres, recém-nascidos e até idosos (Ribeiro et al., 2004).

É preciso destacar que o abuso sexual sempre esteve presente na humanidade, independente da classe social, da cultura e da religião. Em se tratando de aspectos religiosos, Bass e Thornton (1985) destacam a existência da Lei Talmúdica, criada nos tempos bíblicos, através da qual era permitido o uso sexual de meninas a partir do seu terceiro ano de vida, desde que o genitor permitisse e recebesse dinheiro equivalente a ela. Nessa época, as crianças eram vistas como objetos pertencentes a um proprietário, sobre as quais, portanto, este possuía pleno e irrestrito direito.

Na antiguidade, havia uma carência de reserva perante as crianças, que acabavam por ouvir e ver tudo do mundo adulto. Nessa época, eram permitidos quaisquer gestos ou contatos físicos com as crianças, as quais apenas passavam a ter comportamentos proibidos quando atingiam a puberdade (Junior & Ramos, 2010).

Até meados do século XVII, a criança desempenhava um papel muito reduzido, sendo a infância desvalorizada, pois acreditava-se que, por se tratar de uma fase de rápida transição, as vivências não eram armazenadas na memória (Ariès, 1981). Nessa época, elas eram envolvidas, até os sete anos de idade, em jogos sexualizados com adultos, sendo estas atividades tidas como um processo natural de socialização (Ariès, 1981; Ladeiro, 2014). Tais práticas eram vivenciadas, por exemplo, nas civilizações grega e romana, onde as crianças eram usadas, para entretenimento sexual de seus cuidadores ou criados jovens (Ariès, 1981).

Nas antigas sociedades grega e romana, existiam prostíbulos específicos que possibilitavam a interação entre crianças e adultos jovens, tendo em vista, que, à época, tais atitudes eram socialmente aceitas. Na Babilônia, as crianças eram colocadas nos templos para a prostituição. No Egito antigo, como prática religiosa, utilizavam-se as

meninas nas relações sexuais, até a chegada da menarca. Outras civilizações que mantinham a presença de crianças nas casas de prostituição foram a China, a Pérsia e a Índia (Aded, Dalcin, Moraes & Cavalcanti, 2006; Bass & Thornton, 1985; Fazenda, 2010; Ladeiro, 2014; Taveira, 2011).

Maria (2012) destaca que, nos Estados Unidos da América (EUA), no ano de 1866, surgiu a Sociedade Americana de Prevenção Contra a Crueldade dos Animais. Tal dado nos remete a pensar qual era o papel desempenhado pelas crianças naquela época, haja vista que a Sociedade Americana para a Prevenção da Crueldade Contra as Crianças só veio a ser fundada 8 anos depois, em 1874.

A concepção da criança como um adulto em miniatura, utilizada como objeto de satisfação sexual, foi sendo modificada, passando o ser humano em estágio de desenvolvimento físico e mental a ser objeto de proteção. A sociedade começou a reprovar essas práticas sexuais, dando espaço para a valorização da problemática do abuso sexual infantojuvenil (Áries, 1981). Sobre isso, Junior e Ramos (2010) afirmam que os infantes, na passagem do século XVII para o século XVIII, começaram a desempenhar um papel relevante no meio social, havendo um empenho da sociedade em resguardar a moralidade infantil.

Baseado em estudos e pesquisas sobre a violência, Lins (2010) observa que o abuso sexual cometido contra crianças e adolescentes, no transcorrer da história da humanidade, foi uma constante. A exemplo, destaca a vinda das primeiras crianças, oriundas de Portugal, no Brasil, momento no qual vivenciavam desproteção, haja vista que eram consideradas como órfãs do rei, tendo sido enviadas sob a pretensão de se tornarem esposas dos súditos e de aceitarem os abusos sexuais cometidos pelos adultos.

A temática do abuso sexual tem-se revelado como uma importante questão social contemporânea, sendo esta intrínseca e naturalmente ligada às políticas públicas,

isso porque é notória a relação entre a análise da violência sexual verificada e a necessidade de adoção de procedimentos de neutralização a serem difundidos de forma ampla no meio social. Desse modo, acreditamos ser relevante explanarmos um pouco sobre as políticas públicas envoltas na temática tratada neste estudo.

Com o decorrer do tempo, a despeito da banalização na antiguidade quanto ao desenvolvimento físico de crianças e adolescentes, o tratamento da criança ganhou repercussão e relevância na sociedade, passando a ser, inclusive, objeto de preocupação por parte dos representantes do povo, os quais passaram a elaborar programas de ação social para a proteção infantojuvenil. Em 450 d.C surgiram as primeiras leis de proteção infantil, as quais restringiram a autoridade absoluta do genitor sobre sua prole, e, em muitas sociedades, observou-se a regulação do acesso sexual à criança.

Em se tratando de abuso sexual cometido contra crianças e adolescentes, após anos de discrição sobre a temática por parte dos estudiosos, Freud surgiu como precursor da matéria, passando a enfocá-la em seus estudos e dando credibilidade a essa espécie de violência, quando iniciou a construção de sua teoria sobre a origem das neuroses (Aded et al., 2006; Azambuja, 2006). Contudo, apenas no século XIX houve o despertar da sociedade, definitivamente, pelo interesse quanto à proteção infantil, como uma das consequências da Revolução Industrial (Taveira, 2011).

Em meados dos anos 1970, como consequência do movimento feminista, a violência doméstica contra a mulher, a violação e o abuso sexual infantojuvenil, temas até então considerados “tabus”, tornaram-se públicos. Nesse período, Maria (2012) ressalva que os profissionais, em especial os que atuavam junto às crianças, começaram a apresentar uma preocupação com relação ao abuso sexual infantil.

Nesse sentido, Alberto, Silva, Gomes, Araújo e Oliveria (2009) destacaram que, no Brasil, foi a partir da década de 1980 que iniciaram os movimentos sociais em prol

dos direitos e da defesa da criança e do adolescente. Tais movimentos foram desenvolvidos em conjunto com o processo de redemocratização do país a partir de 1985. Ocorreu nesse período uma expansão das atuações das organizações não governamentais e a criação de fóruns e conselhos, o que enfatizou e reforçou os movimentos em busca dos direitos infantojuvenis.

Com a Constituição Federal de 1988, o Brasil se tornou o pioneiro na luta para garantir a proteção da criança, sobrevivendo ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), declarando sua proteção integral (Brasil, 2002). Foi apenas nas duas últimas décadas que os programas contra a violência sexual infantojuvenil conquistaram espaço nas discussões públicas, impulsionadas pela ideia da criança e do adolescente como sujeitos ativos de direitos, preconizados no ECA (Lins, 2010).

Observou-se, assim, o reconhecimento do ser humano em desenvolvimento como verdadeiro sujeito de direitos, e não mais como mero objeto de proteção. À criança e ao adolescente devem ser assegurados os direitos fundamentais, pois são titulares destes, e não mero objeto de proteção, sendo-lhes assegurada a absoluta prioridade na garantia de direitos básicos, a exemplo da vida, da saúde, da educação, da dignidade, do respeito e da liberdade, conforme preconiza o art. 227 da Constituição Federal de 1988.

No Brasil, a partir de 1993, destacaram-se algumas referências históricas do enfrentamento do abuso sexual cometido contra crianças e adolescentes. Dentre eles, ganha relevo o relatório da primeira Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), criada para investigar as redes de exploração sexual infantojuvenil. Tal relatório apresentou diversos casos de violação de direitos de crianças e adolescentes, o que destacou a escassez de políticas públicas básicas e de atendimento às vítimas (Andrade, 2011; Paixão & Deslandes, 2010).

Outro marco que se destaca na literatura adveio da realização da II Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, ocorrida no ano 1997. De acordo com Paixão e Deslandes (2010), nesse mesmo ano, a ABRAPIA, em parceria com o Ministério da Justiça, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), fundou a Rede de Informações sobre Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (RECRIA).

Lima (2012) aponta que, no ano 2000, foi criado o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil, homologado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Esse plano foi apontado por Paixão e Deslandes (2010) como a principal política pública brasileira para o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil, haja vista que busca fortalecer e implementar um conjunto de ações e metas vinculadas para assegurar a proteção integral da criança e do adolescente em situação ou risco de violência sexual.

No ano 2001, o marco relevante foi a implementação do programa Sentinela no âmbito da política de assistência social. Esse programa tem como finalidade prestar assistência especializada, através do constante apoio psicossocial às crianças e adolescentes vitimados, assim como à sua família (Lima, 2012).

Em 2002, foi criado o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. No ano seguinte, foi implementada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes. Em 2004, ocorreu a aprovação de uma nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS), concebida pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que prevê o Sistema Único de Assistência Social - SUAS (Lima, 2012).

Nesse sentido, Oliveira e Cruz (2015) ressaltaram que associado ao SUAS existe

o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); esse centro é uma unidade pública estatal, que presta serviços especializados aos indivíduos e seus familiares que sofrem algum tipo de violação dos seus direitos. Através da assistência prestada por seus diversos profissionais, o CREAS intenta reintegrar nas comunidades as crianças e adolescentes que foram expostos a algum tipo de violência. Lima (2012) ressalva que este centro está articulado ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, aos Conselhos Tutelares e outras organizações de defesa de direitos.

Quando se trata de violência sexual contra crianças e adolescentes, uma questão essencial é a rede de proteção de direitos dessas vítimas, que abrange órgãos como: Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA), Conselhos Tutelares da Criança e Adolescente (CTCA), bem como os Instituto Médico Legal (IML) e suas ramificações (Lima, 2012).

No que diz respeito a essa rede de proteção de direitos, Habigzang et al. (2005) destacaram diversos fatores de ordem social, institucional e legal que tendem a postergar as aplicações de medidas de proteção às vítimas, o que acaba por gerar uma revitimização e uma adição de danos causados pela violência. Mostraram ainda que essa rede se encontra fragmentada e desarticulada entre suas partes. Nesse sentido, no ano 2000, o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA) afirmou que todas as áreas devem estar envolvidas e articuladas, além de que as políticas de atendimento devem estar vinculadas a políticas de combate à impunidade e recuperação social do agressor (Lima, 2012).

Apesar de vários estudos, bem como das leis e movimentos surgidos com a pretensão de proteção das crianças contra a violência, ainda existem muitas lacunas quando se trata do abuso sexual infantojuvenil, o que acaba por comprometer as formas de lidar com essa situação. As lacunas observadas residem, principalmente, na aplicação

das políticas públicas existentes no plano teórico, haja vista que o disciplinamento legal brasileiro quanto à proteção integral da criança e do adolescente, como visto, é destaque no âmbito internacional.

Ao longo dos anos, a psicologia foi conquistando espaço nas mais diversificadas áreas, chegando a atuar em vários contextos como, por exemplo, no âmbito jurídico. Nesse sentido, Eloy (2012a) afirmou que a atuação do psicólogo e do assistente social no Poder Judiciário promoveu uma nova relação entre a justiça e a infância, já que tais profissionais atuam como mediadores entre a criança e o cenário jurídico.

1.3 Abuso Sexual Infantojuvenil e o Âmbito Jurídico

No contexto jurídico o tema do abuso sexual infantojuvenil é bastante complexo, pois, deve-se considerar a responsabilização penal do acusado e a garantia de proteção e benefícios à vítima (Eloy, 2012a), que é oportunizado pelo princípio da Doutrina da Proteção Integral da ONU, que garante o direito contra a exposição e o constrangimento da criança ou do adolescente.

Existe um sistema de notificação dos casos de abuso sexual infantojuvenil, e objetivando facilitar a compreensão desse sistema, elaboramos o fluxograma que segue abaixo:

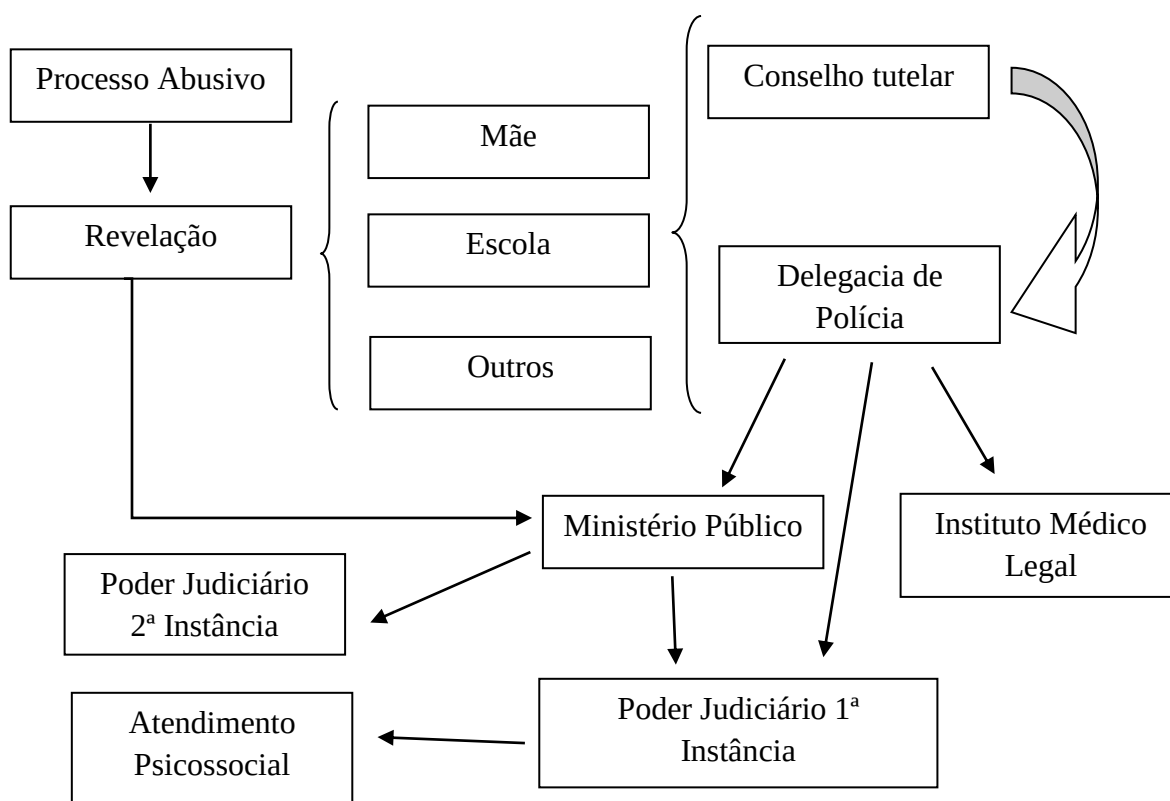


Figura 1. Fluxograma do procedimento de notificação

Conforme pode ser visualizado, a partir do fluxograma, tudo começa com a revelação do processo abusivo, que, na maioria das vezes, é feita à genitora, mas também pode ocorrer a revelação a outras pessoas (amigos ou parentes) e à escola (geralmente à professora). Diante da revelação, surge uma gama de alternativas à escolha do adulto visualizador da situação abusiva, sendo um ponto comum a decisão, em última instância, pelo Poder Judiciário.

Assim, uma vez revelado o processo abusivo, o adulto poderá comunicar o caso ao Conselho Tutelar, o qual terá a incumbência de, em se verificando a veracidade da notícia, encaminhá-lo à Delegacia de Polícia, a qual, após apuração investigativa (a exemplo da perícia junto ao Instituto Médico Legal) e mais uma vez constatado o abuso, enviá-lo-á ao Ministério Público. Este será o responsável pela abertura de um processo judicial, enfrentando a questão o Poder Judiciário, na primeira instância. Apesar do

percurso de comunicação entre as instituições (Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia, Ministério Público e Poder Judiciário), é possível também ao adulto que verificar a revelação do abuso, comunicá-lo diretamente à Delegacia de Polícia ou ao próprio Ministério Público, como melhor lhe aprouver.

A partir da judicialização do caso, o juiz pode solicitar o atendimento psicossocial da vítima e do agressor. Contudo, a decisão tomada na primeira instância pode ser questionada pelo Ministério Público ou por uma das partes envolvidas no processo e que tenham discordado da decisão judicial, conduzindo o processo para a segunda instância, também conhecida como instância recursal, onde o processo será avaliado e confirmado ou revogada a decisão tomada pelo juiz de primeiro grau.

Nesse sentido, de acordo com Eloy (2012b), o processo inicia a partir da denúncia realizada pelo Ministério Público contra o indivíduo, ao qual é imputada a prática do crime. Desse modo, o Poder Judiciário é provocado a atuar, a partir da atuação do Ministério Público e da defesa do acusado (réu). Ao final do processo, o juiz de direito manifesta sua decisão, que pode ser condenatória ou absolutória, a primeira consiste na condenação do réu e a segunda na absolvição do mesmo.

Ante a sentença proferida, o Ministério Público ou alguma das partes envolvidas discordantes do desfecho, pode recorrer da decisão, através de uma apelação ao Tribunal de Justiça do Estado. É válido acrescentar que a justiça estadual é composta pela primeira e segunda instância. A primeira instância ou primeiro grau constitui o órgão no qual atuam os juízes de direito monocráticos, que apresentam a competência de julgarem (monocraticamente) os processos, proferindo suas sentenças. A avaliação psicológica da vítima, em casos de abuso sexual, é solicitada pelos juízes de primeira instância e geralmente ocorre na Vara da Infância e da Juventude. Já a segunda instância também chamada de segundo grau, refere-se ao Tribunal de Justiça de um Estado, que,

ao contrário da primeira instância, é um colegiado constituído por desembargadores (Eloy, 2012b). Ou seja, as decisões do primeiro grau são feitas por juízes de direito, já as decisões do segundo grau são realizadas a partir de um colegiado de desembargadores.

De acordo com Costa (2014), no Brasil, após uma notificação de abuso sexual, a família e a vítima podem transitar por diversos órgãos como: o Conselho Tutelar, Delegacia, Hospital, Poder Judiciário, Ministério Público e o CREAS. Contudo, transitar por todas essas instituições não garante à família e à vítima o apoio de que precisam, provocando, em algumas situações ainda mais sofrimento para os envolvidos.

Sabe-se que quando ocorre uma revelação de vivência de abuso sexual infantojuvenil, a criança, assim como sua família, perpassa por várias instituições, sendo questionada a respeito do acontecimento. Como afirma Eloy (2012b) habitualmente a criança já relatou o acontecido ao familiar ou à pessoa a qual teve coragem de denunciar o fato. Contudo, após chegar à Delegacia de Polícia, a vítima é submetida a interrogatório, dando início ao Inquérito Policial. Quando o caso chega ao Poder Judiciário, a vítima é solicitada a fornecer seu depoimento, tendo que relatar mais uma vez o ocorrido. E assim ocorre durante todo o processo, a vítima é incitada a falar sobre o ocorrido.

De acordo com Sônego e Santos (2016), a vítima, no momento em que é solicitada a recordar/relatar sobre algo doloroso, como é o caso do abuso sexual, revive esse trauma, um vez que não se trata apenas de uma reprodução dos fatos sem uma consequência emocional. Devido à necessidade de obtenção de respostas, algumas vezes, o advogado de defesa pode exceder sua forma de questionar, podendo ser até agressivo, o que ocasiona mais um trauma para ela.

Foi pensando nessa revitimização que no ano de 2003 foi implantado no sistema

judicial do Rio Grande do Sul o projeto intitulado Depoimento Sem Dano (DSD). Machado e Arpini (2013) defendem que esse projeto foi pensado a partir dos inúmeros depoimentos constrangedores prestados por crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual diante de juízes.

O projeto de lei possui três objetivos principais que são: a redução do dano durante a produção de provas nos processos judiciais; a garantia do direito das crianças e dos adolescentes, através da valorização de seus discursos; a melhoria da produção de prova (Chagas et al., 2015; Machado & Arpini, 2013; Ribeiro, Bonadiman, Gonçalves & Rassele, 2014).

Esse projeto visa à coleta do depoimento das vítimas de abuso sexual infantojuvenil, que deve ser realizado em um ambiente adaptado e colhido por profissionais (psicólogos ou assistentes sociais) aptos em abordar a temática de acordo com as condições de desenvolvimento da vítima. Todo o procedimento é, ou deveria ser assistido pelos juízes mediante o sistema de câmeras e recursos de áudio (Chagas et al., 2015; Machado & Arpini, 2013; Mendes, Silva, Weber & Kunz, 2016).

Apesar do desenvolvimento do depoimento sem dano, como método que deveria anular ou diminuir a revitimização, ainda existem falhas na aplicação dessa metodologia, sendo a principal delas a falta de preparo dos profissionais. Nesse sentido, Eloy (2012a) afirma que a maior parte dos profissionais que atuam em casos de abuso sexual infantojuvenil não são preparados para tal atuação, sendo visível a falta de capacitação, em especial, quando tratamos da escuta da vítima.

Assim, muitos dos espaços encontrados para a continuidade do abuso sexual infantojuvenil se encontram, ainda que implicitamente, na falta de conhecimento especializado sobre a temática, havendo, pois, a necessidade de um estudo sobre a própria percepção da sociedade em torno do tema para que haja um aperfeiçoamento na

efetivação dos mecanismos legais existentes de proteção integral da criança e do adolescente.

Considerando tudo que foi exposto até o presente momento, revela-se imprescindível o estudo do abuso sexual infantojuvenil com o aporte da Teoria das Representações Sociais, já que ter o conhecimento e discussões das representações do fenômenos nos permite compreendê-lo, para a partir do entendimento de como a sociedade representa o fenômeno, podermos pensar em novas formas de abordá-lo. Desse modo, no capítulo que segue abordaremos a Teoria das Representações Sociais, explanando seus principais fundamentos teóricos e associando a referida teoria com a temática estudada.

CAPÍTULO 2

A Teoria da Representação Social como aporte teórico para o estudo do fenômeno do abuso sexual infantojuvenil

2 A TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL COMO APORTE TEÓRICO PARA O ESTUDO DO FENÔMENO DO ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL

A Teoria das Representações Sociais (TRS) tem sido aplicada nas mais diversas áreas de conhecimento, rendendo estudos em inúmeros campos de pesquisa com as mais variadas temáticas. Sua aplicação em estudos da psicologia social vem ganhando destaque, pois, de acordo com Silva, Camargo e Padilha (2011) possibilita ao pesquisador apreender a interpretação dada pelos participantes à realidade do fenômeno que está sendo pesquisado, ou seja, promove a captação das atitudes e dos comportamentos que um determinado grupo tem acerca de certo objeto social.

A representação social é fruto da transição paradigmática e se manifesta como um novo instrumento conceitual utilizado para analisar ângulos da realidade postos em pauta por novas perspectivas (Arruda, 2002). Contudo, a trajetória dessa teoria não foi fácil, pois, a princípio, buscava-se superar o enfoque individualista da psicologia e o enfoque coletivista da sociologia e da antropologia, fazendo uso dessas ciências como instrumentos auxiliares.

É sabido que, a partir da década de 1960, desencadeou-se uma crise da psicologia social, que foi marcada pela publicação de um artigo de Kenneth Ring, em 1967, no *Journal of Experimental Social Psychology*. Em resposta a essa crise, foram desenvolvidas várias linhas teóricas, contudo, foi a Teoria das Representações Sociais que constituiu a resposta mais original (Almeida & Santos, 2011).

A Teoria da Representação Social foi proposta por Serge Moscovici, através da publicação, em 1961, do livro *La psychanalyse, son image et son public*, na França, que tratava da assimilação de termos da teoria psicanalítica por parte de grupos sociais distintos (Almeida & Santos, 2011; Álvaro & Garrido, 2006; Chaves & Silva, 2013;

Farr, 2010; Sá, 2013; Silva et al., 2011; Vala, 2000).

As raízes da representação social se confundem com as raízes da sociologia, da antropologia e da psicologia construtivista, sócio-histórica e cultural. Nesse sentido, é possível apontarmos alguns autores e suas principais ideias que contribuíram para o surgimento dos estudos da referida teoria. Entre eles, há destaque para Wundt (1912), que contribuiu com a sua distinção entre a psicologia fisiológica e a psicologia dos povos. Vigotsky, teórico interacionista, ainda se destacou com o enfoque da linguagem no contexto sociocultural (Álvaro & Garrido, 2006).

Outros teóricos relevantes foram: McDougall (1908), que enfatizava os instintos humanos que fazem parte da vida em sociedade; Mead (1934), que estudava a linguagem para compreender a natureza humana; Freud (1920), além de estudar o indivíduo também estudou a cultura e a sociedade; Le Bon (1895), com a Psicologia das massas; Piaget (1975), com a teoria do desenvolvimento cognitivo; e Durkheim (1912), com a teoria das representações coletivas (Farr, 2010).

Um dos teóricos citados acima que merece destaque, no que diz respeito às contribuições na construção da referida teoria, foi Durkheim, com sua teoria da representação coletiva. Ele foi, de acordo com Farr (2010), eleito por Moscovici como seu ancestral, demonstrando, assim, que a teoria da representação social é uma forma sociológica da psicologia social.

A noção durkheimiana da representação coletiva refere-se às diferentes formas de pensamento e saberes partilhados coletivamente (crenças, mitos, ciência, religião, opiniões), cuja característica é de fornecer a experiência grupal e propagar o conhecimento através de gerações. Dessa forma, os fatos sociais deveriam ser explicados em termos de outros fatos sociais e não a nível individual (Álvaro & Garrido, 2006).

De acordo com Almeida e Santos (2011) e Sá (2013), Moscovici, na busca para dar conta do conhecimento cotidiano, retoma e dá uma nova versão ao conceito de representação, procurando evidenciar a especificidade da psicologia social, acabando, então, por situar sua teoria na interseção entre o individual e o social. Para isso, ele se apoia em algumas diretrizes, a saber: a) no conceito de representação coletiva, descrito acima, rejeitando suas explicações essencialmente sociais; e b) no conceito de representação mental de Piaget, declinando suas explicações fundamentalmente cognitivas. Moscovici encontra ainda elementos de ligação entre indivíduos ou grupos às suas culturas em Vygotsky e Levy-Bruhl.

Foi na década de 1950 que um longo debate em torno da psicanálise mobilizou, em Paris, intelectuais e estudantes universitários. Tal debate, nascido a portas fechadas, teve repercussão na imprensa, o que possibilitou que revistas não especializadas publicassem artigos sobre a psicanálise. Moscovici encontra, então, na psicanálise, o objeto exemplar para observar como ocorreu a penetração desse novo saber na vida cotidiana da sociedade francesa pós-guerra (Álvaro & Garrido, 2006; Silva et al., 2011).

Com a publicação de 1961, Moscovici lança mão de duas problemáticas, sendo uma específica, que busca saber como é construída, transformada e utilizada, pelo senso comum, uma teoria específica e uma mais geral, que analisa o homem em interação social, analisando como ele constrói teorias sobre os objetos sociais que determinam a comunicação e a organização do comportamento (Vala, 2000). O autor faz uso dessas duas problemáticas para compor o conceito de representação social.

Segundo Moscovici, (1987, p. 181), as representações sociais são “um conjunto de conceitos, proposições e explicações criado na vida quotidiana no decurso da comunicação interindividual. São equivalentes, ..., dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais;...”. Para Jodelet (1989), representação social é uma forma de

conhecimento, concebida socialmente e partilhada, com uma finalidade prática, colaborando para a construção da realidade comum a um conjunto social (Vala, 2000).

Para Silva et al. (2011) as representações sociais buscam agregar um objeto social não familiar - que por ser desconhecido provoca ansiedade e medo - ao conhecimento que o indivíduo e/ou grupo já dispõe, ou seja, é preciso assimilar o novo objeto ao referencial conceitual que esse indivíduo já possui, tornando-se assim familiar.

No campo da representação social, considera-se que não há corte entre o mundo interno e o mundo externo do indivíduo e que o objeto e o sujeito não são essencialmente distintos. As representações são fatores constituintes do estímulo e modeladores da resposta, na medida em que dominam todo o processo. Uma vez criada uma representação, os indivíduos procurarão criar uma realidade que valide as explicações e previsões decorrentes dessa representação (Vala, 2000).

De acordo com Chaves e Silva (2013) e Almeida e Santos (2011), a representação social tem como função possibilitar às pessoas apreenderem e explicarem a realidade através da construção de novos conhecimentos, ou seja, possui função de conhecimento. Além disso, permite posicionar as pessoas e os grupos no campo social, propiciando a elaboração de uma identidade social e pessoal, chamada de função identitária. Ainda, orienta os comportamentos e as práticas, configurando as funções de orientação de condutas. Por fim, permite justificar, *a posteriori*, os comportamentos e tomadas de posições, sendo esta conhecida como função justificadora. É importante frisar que as funções identitária e justificadora foram acrescentadas, posteriormente, por Abric, em 1994.

Um aspecto da representação social é a pluralidade metodológica sendo estudada, na perspectiva qualitativa e quantitativa (Vala, 2000). Além disso, são

simultaneamente produto e processo da atividade humana, no qual seus conteúdos são frutos dos discursos coletivos e individuais, das opiniões e das atitudes, e propagam-se, na sociedade através da mídia e das conversações, por exemplo.

Ao mostrar que a representação se origina a partir da transformação de conteúdos não familiares, ou científicos, em familiares, ou saber do senso comum, Moscovici formulou a concepção de objetivação e ancoragem, justamente para explicar tal processo. De acordo com Almeida e Santos (2011) e Chaves e Silva (2013) a objetivação é o processo pelo qual é possível tornar o conteúdo abstrato em concreto, transformando um conceito em imagem. Já a ancoragem é a junção de um novo objeto em um sistema de categorias que já são familiares e funcionais para o indivíduo, ou seja, é dar uma identidade ao que não estava identificado.

Segundo Vala (2000), a objetivação consiste em transformar em objeto aquilo que é representado, ocorrendo em três etapas, que são também descritas por Chaves e Silva (2013): a construção seletiva, processo de seleção e descontextualização que o objeto sofre do meio social; esquematização estruturante, que corresponde à organização dos elementos; e, por fim, a etapa de naturalização, que confere uma realidade plena ao que era uma abstração.

Por sua vez, a ancoragem, de acordo com Vala (2000), torna familiar o que é novo, sendo a assimilação de um objeto novo por objetos já existentes no sistema cognitivo. Ocorre através de duas etapas, denominadas de classificação e denominação, como foi apontado por Álvaro e Garrido (2006). Importante destacar que tais processos não ocorrem em uma ordem específica; sendo assim, pode-se afirmar que a ancoragem tanto precede como procede à objetivação.

De fato, as representações sociais oferecem uma rede de significados que permitem a ancoragem da ação e atribuição de sentido a acontecimentos,

comportamentos, pessoas, grupos e fatos sociais. Uma representação social é um código de interpretação no qual ancora o não familiar, o desconhecido, o imprevisto.

De acordo com Vala (2000), Doise propôs, em 1992, três tipos de ancoragem: psicológicas, sociológicas e psicossociológicas. A primeira faz referência à modelação de uma representação resultante do nível de análise individual e interindividual. A segunda analisa a relação entre o âmbito social e os conteúdos de uma representação. E a última aponta a essência da representação social no modo como as pessoas se posicionam simbolicamente relativamente às divisões sociais e às divisões posicionais e categoriais de um dado campo social.

Abrieux sugere que as representações sociais sejam estruturadas em um núcleo central e outro periférico, que, apesar de parecerem contraditórios, na verdade, não o são. O primeiro se trata de um sistema inflexível, harmonioso e estável, sendo consensual, bem como retratando a homogeneidade do grupo, estando ligado à sua história coletiva e apresenta função geradora e organizadora. Geradora por ser o elemento por meio do qual se cria ou se modifica o significado dos outros elementos que compõem a representação social, e organizadora por unificar e estabilizar a representação social (Chaves e Silva, 2013).

Já o segundo núcleo não é rígido, sendo passível de mudanças e sensível ao contexto, agregando as experiências e histórias individuais, admitindo a heterogeneidade do grupo. Os elementos periféricos respondem a três funções: de concretização, referente ao processo de ancoragem da representação social na realidade; de regulação, que é imprescindível na acomodação da representação social às evoluções do contexto; e de defesa, que se relaciona ao dever de dar conta das possíveis contradições (Chaves e Silva, 2013).

Essa agregação à teoria busca mostrar que comumente as práticas sociais são

congruentes com as representações sociais; contudo, ao se registrar uma incoerência entre a representação e a prática, dão origem a novos elementos periféricos, ficando, assim, o núcleo preservado. É possível, em casos de contradições irreversíveis, que ocorra uma mudança no núcleo central da representação (Vala, 2000).

Estudiosos encontraram, inicialmente, muita resistência, tendo essa teoria ficado por muitos anos velada, devido a várias razões, como o fato de que, na época, os psicólogos sociais se dividiam em duas correntes: uma de base americana, que estudava os processos interpessoais e intrapessoais, e a outra baseada na teoria marxista. Pesquisadores de ambas as correntes eram contra a teoria das representações sociais, pois, para os primeiros, a teoria não passava de uma nova roupagem para os estudos da atitude e, para os segundos, tratava-se de um desvio ideológico (Almeida & Chaves, 2011).

Atualmente, estudos sobre a teoria se encontram em vasta expansão no país, e acredita-se que, há pouco mais de dez anos, estamos vivenciando o surgimento das escolas de representação social. Desse modo, estima-se que essas escolas estão se estruturando em torno de três abordagens teóricas: a abordagem processual, de Denise Jodelet; a abordagem estrutural, identificada como Escola do Midi, de Jean-Claude Abric; e a abordagem societal, conhecida no meio acadêmico com o Escola de Genebra, de Willem Doise (Almeida & Chaves, 2011).

Sobre a teoria das representações sociais no Brasil, Sá (2013) afirma que a primeira notícia sobre tal fato deu-se com a publicação da tradução da primeira parte da obra de Moscovici. Na época, pesquisadores não se deram conta de que um novo campo de estudo estava emergindo. De acordo com Chaves e Silva (2013), o estudo das representações sociais foi introduzido no Brasil em meados da década de 1970, por pesquisadores que frequentaram, segundo Almeida e Chaves (2011) e Sá (2013), o

Laboratoire de Psychologie Sociale (LPS) da École de Hautes Études em Sciences Sociales, que na época era coordenado por Moscovici.

Vários estudos foram desenvolvidos à luz da Teoria das Representações Sociais nas mais diversificadas áreas; como exemplo podemos citar: Júnior e Tomanik (2013) que desenvolveram um estudo sobre a RS do meio ambiente; e a pesquisa desenvolvida por Pereira, Fonseca, Oliveira, Fernandes & Marques (2015), sobre a representação social da AIDS. E vários são os estudos que tratam sobre a temática do abuso sexual infantojuvenil como: Deslandes (1994), Dias (2010), Egry et al. (2015). Contudo, foram poucos os estudos encontrados que envolvem a representação social do abuso sexual infantojuvenil, como: Eloy (2010, 2012b); Fazenda (2010); Ladeiro (2014); Melo e Maciel (2015); e Oliveira (2013).

Ao considerarmos que as representações são frutos de uma troca mútua e constante entre o saber científico e o senso comum, que são adquiridas através da comunicação formal ou informal e que são assimiladas e elaboradas socialmente, percebemos a importância de conhecer o significado do abuso sexual infantojuvenil elaborado por juízes, psicólogos e assistentes sociais, e saber como esse fenômeno é objetivado no cotidiano, o que nos remete a compreender a forma como a sociedade percebe a vítima, o abusador e a forma como o fenômeno vem sendo tratado socialmente.

Os discursos sociais ainda se encontram em construção, pois a temática só veio a ser debatida pelas universidades, pelos órgãos públicos, pela sociedade e pelos profissionais, com afinco apenas há três décadas. Desse modo, as representações sociais sobre o abuso sexual infantojuvenil foram embasadas no senso comum, incorporando-se aos pensamentos que já existiam sobre a sexualidade, devido à escassez de informações e produções de trabalhos acadêmicos (Eloy, 2012a).

Em uma pesquisa realizada a partir da análise dos processos judiciais, Eloy (2012a) pôde constatar três crenças sobre o abuso sexual infantojuvenil: a crença da fragilidade do testemunho da vítima; a crença de que a vítima é suscetível à indução de adultos; e a crença de que a fantasia pode estar prevalecendo no discurso da vítima.

Fazenda (2010), em sua dissertação destaca a crença de que o abusador sexual possui boa integração e imagem social, tornando-se, portanto, impossível o reconhecimento prévio do agressor diante de características pessoais ou estereótipos predeterminados.

Diante de uma revisão de vários estudos, Shackel (2008) afirmou que a sociedade possui as seguintes crenças: a demora entre o abuso e a denúncia por parte da vítima é pequena; as vítimas claramente apresentam comportamento de abuso sexual; as crianças fogem e apresentam aversão ao abusador; geralmente a força física e a relação sexual acarretam o abuso sexual; e impreterivelmente abuso sexual causa vestígios físicos.

A crença da vítima como uma criança sedutora acaba por desresponsabilizar o agressor, promovendo a culpa na vítima. Fazenda (2010) concluiu, em seu estudo, que esta crença não faz parte do discurso dos médicos e enfermeiros que participaram do seu estudo. Nessa perspectiva, Eloy (2010) afirma que a erotização precoce da criança incentivada pelas mídias e condutas sociais atuais acaba por despertar a representação social do fim da infância nos profissionais, o que pode ocasionar uma modificação na forma como o fenômeno é visto.

Desse modo “a TRS reconhece o valor da dimensão subjetiva, o aspecto cognitivo do indivíduo, que segundo esta perspectiva interfere nas práticas sociais, nas atitudes e nas condutas relativas ao objeto da representação” (Silva et al., 2011, p.948). Nesse sentido, acreditamos que a teoria da representação social será fundamental para a

compreensão do conhecimento que os participantes deste estudo possuem acerca do abuso sexual infantojuvenil, já que o referencial da TRS nos possibilitará esclarecer como ocorre o processo de assimilação dos novos objetos dos indivíduos e como esse conhecimento é expresso através da comunicação e do comportamento dos mesmos.

De acordo com Pietro, Yunes e Mattar (2008), a proteção infantojuvenil dependerá do conhecimento sobre a temática que possuem os órgãos públicos competentes - dentre os quais citam-se o Conselho Tutelar, o Ministério Público, a Delegacia e o Judiciário -, haja vista que a carência desse saber poderá, em muitos casos, ocasionar a revitimização da criança ou do adolescente.

Sabemos que, nos dias atuais, os juízes atuam, ou ao menos deveriam atuar, com o auxílio de uma equipe multidisciplinar, em especial o psicólogo e o assistente social, que trazem um conhecimento científico diferenciado para cada caso. Essa, inclusive, foi uma preocupação do legislador, na elaboração do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), prevista especialmente nas ações de direito de família. A relevância dos documentos gerados por tais profissionais se verifica pela utilização como fundamento decisório pelo juiz, que passa a dotar de caráter científico a sua decisão, demonstrando um tratamento especializado e mais apropriado à efetivação dos direitos envolvidos na demanda judicial.

Percebe-se que nas últimas décadas vêm sendo elaboradas novas representações sobre abuso sexual infantojuvenil. Fazenda (2010) defende que o surgimento dessas representações é fruto da conjuntura de diversas áreas científicas que se dedicam ao estudo da infância; das convicções subjetivas; e dos discursos da sociedade e dos profissionais.

O tema do abuso sexual infantojuvenil desperta as representações sobre a infância, a sexualidade e a violência, incitando nos profissionais os seus sistemas de

valores, caracterizando a representação social no aspecto cultural e no produto do psiquismo. Tal fato nos leva a crer que não é possível ignorarmos a história social e emocional da vítima e dos profissionais que irão atuar no caso, o que exerce influência nas respostas, nos questionamentos e nas tomadas de decisão do profissional (Eloy, 2012b).

De acordo com Eloy (2012b) a justiça se encontra em constante progresso, tratando-se, portanto, de um conceito relativo e que sofre influência do ambiente, da cultura, das leis vigentes e da individualidade de cada pessoa relacionada ao caso em vigor. Todos os envolvidos passam a compor, durante o período processual, o mesmo grupo, relacionando-se e compartilhando seus conhecimentos e suas opiniões, o que resulta nas modificações ou construções das representações sociais.

Nessa perspectiva, o ingresso dos psicólogos no contexto jurídico acaba por contribuir com as mudanças e/ou elaborações de novas representações sociais, em especial, quando se trata sobre o abuso sexual infantojuvenil. Ou seja, o psicólogo tem a função de diferenciar a realidade subjetiva e objetiva, enfrentado a viabilidade de gerar mudança ou elaboração de uma nova representação sobre o tema (Eloy, 2012b).

Dentro desse contexto, o referido estudo busca caracterizar as representações sociais que os juízes, os psicólogos e os assistentes sociais que atuam nessa área têm a respeito do abuso sexual infantojuvenil, dado que são estes os profissionais que lidam diretamente com a resolução das inúmeras situações jurídicas, podendo suas práticas serem, de certo modo, influenciadas por suas compreensões acerca da temática.

Percebe-se que a pesquisa em torno da concepção desses profissionais sobre o abuso sexual infantojuvenil traz benefícios de suma importância, pois propicia uma maior efetividade entre a linha de política pública existente nas leis, suas possíveis falhas e acertos, e o que ainda é passível de modificação para melhor repercussão na

prevenção de danos às vítimas. Dessa forma, a finalidade da pesquisa consistiu na contribuição com reflexões sobre o tema, intentando prover conhecimentos que ajudem na construção e na implementação de políticas públicas voltadas para a violência sexual cometida contra crianças e adolescentes.

PARTE II

ESTUDOS EMPÍRICOS

CAPÍTULO 3

ESTUDO 1: Validação da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual Infantojuvenil (ECASI)

3 ESTUDO 1: VALIDAÇÃO DA ESCALA DE CRENÇAS SOBRE ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL (ECASI)

O presente estudo possui como propósito geral conhecer e identificar as evidências de validade fatorial e consistência interna da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECAS) no contexto brasileiro, considerando a necessidade de se ter medidas válidas para esta temática no Brasil. Para isso, foram realizados dois estudos, o primeiro para validação exploratória da escala (estudo A) e o segundo para sua validação confirmatória (estudo B), descritos a seguir.

3.1 Estudo A: Validação Exploratória da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECAS)

3.1.1 Método

a) Participantes

Tratou-se de uma amostra de conveniência, não-probabilística, composta por 208 estudantes de graduação de instituições de ensino superior da cidade de João Pessoa no Estado da Paraíba (Brasil), com idades entre 16 e 54 anos ($M=21,64$; $DP=4,90$), em maior parte do sexo feminino (65,9%, $N=137$). Esta amostra foi distribuída entre estudantes de Direito (50%, $N=104$) e de Psicologia (50%, $N=104$), provenientes de universidades públicas e privadas. A escolha por esta amostra justifica-se por serem representantes de cursos de futuros profissionais que atuarão na acolhida, tratamento e/ou coleta de depoimento das vítimas de abuso sexual infantojuvenil, dando direcionamentos às condutas acerca desse fenômeno na área forense como, por exemplo, o depoimento sem danos.

b) Instrumento

A Escala de Crenças sobre o Abuso Sexual (ECAS) (Machado, Gonçalves, & Matos, 2000) (Apêndice 1) se propõe a mensurar a tolerância e a legitimação do abuso sexual através de 3 fatores que se referem às crenças centrais e latentes à legitimação, a saber: fator 1. legitimação do abuso pela sedução infantil, fator 2. legitimação pela ausência de violência e fator 3. a crença de que o abuso não existe quando o ofensor não corresponde a um estereótipo pré-definido. É composto por 17 itens com escala de resposta do tipo Likert, variando de (1) “Discordo totalmente” a (5) “Concordo totalmente”.

Anteriormente à coleta de dados foi necessário adaptar o instrumento do português de Portugal para o português do Brasil. Diante disso buscou-se realizar um estudo piloto com 10 estudantes universitários dos cursos semelhantes à amostra final, a fim de constatar a compreensão dos itens, das instruções e da escala de respostas. Não houve mudanças no instrumento, exceto pela substituição do termo “rapariga” por “menina”, havendo concordância acima de 80% entre todos os participantes do piloto para a redação de todos os itens da escala.

c) Procedimento de coleta de dados

Os instrumentos foram administrados coletivamente nas salas de aula por pesquisadores previamente treinados, e foram fornecidas informações aos participantes sobre o objetivo do estudo, a inexistência de respostas certas ou erradas, o direito de optar por participar ou não e a garantia de anonimato. Após a comunicação de tais aspectos e mediante a aceitação dos estudantes em participar, obtida por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 6), iniciou-se a coleta de dados.

d) Procedimento de Análise dos dados

Os dados foram tabulados e analisados por meio do Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS) para Windows versão 21.0. Realizaram-se análises fatoriais exploratórias através do método dos Componentes Principais com intuito de conhecer a estrutura fatorial das escala. Utilizou-se também o Alfa de Cronbach (α de Cronbach) para verificação da consistência interna da escala.

e) Procedimentos Éticos

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS (Prot. nº 0516/15. CAAE: 49371915.1.0000.5188) (Anexo 1). Esta pesquisa atendeu às determinações da Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, que traça as diretrizes e normas reguladoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

f) Resultados e Discussões

Inicialmente, procurou-se comprovar a fatorabilidade da matriz de correlações entre os itens da escala; os resultados apoiaram a adequação de se utilizar uma análise fatorial exploratória, observados os seguintes índices que se mostraram adequados: KMO = 0,897 e o Teste de Esfericidade de Bartlett, $X^2_{(136)} = 1130,283$; $p < 0,000$.

Vale ressaltar que na primeira análise foram fixados 3 fatores conforme proposta dos estudos iniciais da escala, contudo os resultados não foram satisfatórios com itens duplicados nos fatores e carência de interpretabilidade.

Em um primeiro momento, realizou-se a Análise dos Componentes Principais (ACP) sem fixar, a priori, o número de componentes a extrair, com a rotação oblímim. Dessa forma, foram identificados quatro componentes com valores próprios superiores a

1 (Critério de Kaiser), explicando 56,8% da variância total, com os seguintes valores (eigenvalues): 6,101; 1,302; 1,186 e 1,067, sendo bem distante a diferença de eigenvalue do primeiro fator para os demais. Usando o Critério de Cattell (scree plot), pode-se observar uma estrutura fatorial de um componente, conforme a distribuição gráfica observada na Figura 2.

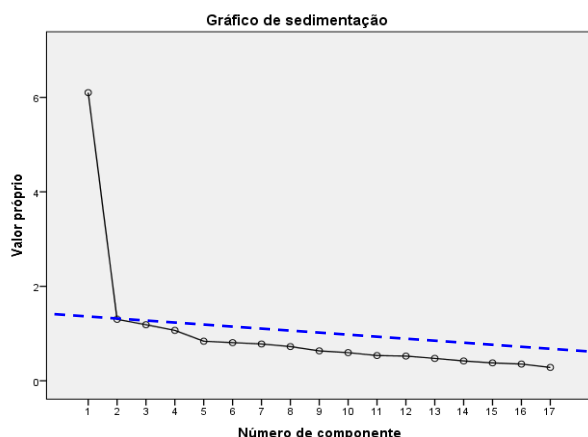


Figura 2. Representação gráfica dos valores próprios da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual

Mas, para dirimir quaisquer dúvidas acerca dessa estrutura unifatorial realizou-se uma análise paralela (AP) de Horn (1965) que é um critério mais robusto para retenção de fatores (Hayton, Allen & Scarpello, 2004), com o banco de dados (N = 208) considerando os 17 itens da escala e 95% de confiança. Verificaram-se, pois, os seguintes valores próprios na análise de Horn: 1,54; 1,42; 1,34 e 1,26, sendo comparado com os anteriormente encontrados, os resultados também sugerem uma estrutura unifatorial. Com base nesses critérios que apontavam para uma estrutura unifatorial da escala e na tentativa de uma análise mais parcimoniosa optou-se pela realização de uma nova análise fatorial exploratória com o método dos componentes principais, fixando-se apenas um fator e rotação oblimin.

O ponto de saturação utilizado para o item fazer parte do fator foi de 0,40. Os itens 1 (É muito raro uma criança/adolescente ser abusada sexualmente) e 3 (As pessoas

que abusam sexualmente de crianças/adolescentes são quase sempre desconhecidas) ficaram com as cargas fatoriais abaixo do ponto de corte e com as comunalidades também baixas, sendo item 1 (carga fatorial 0,36; comunalidade 0,13); item 3 (carga fatorial 0,34; comunalidade 0,18). Os demais itens da escala obtiveram cargas variando de 0,48 a 0,72 e a comunalidade de 0,23 a 0,52. O alpha de Cronbach de 0,872, mas pontuando aumento do alpha em caso de eliminação dos 2 itens anteriormente citados. Com a eliminação dos itens 1 e 3, ficou a escala final com 15 itens, com cargas fatoriais variando de 0,42 a 0,72 e alpha de Cronbach de 0,88. Os resultados da análise exploratória são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Estrutura Fatorial da Escala de Crenças Sobre o Abuso Sexual (ECAS)

Itens	Cargas Fatoriais	h ²
1. É muito raro uma criança/adolescente ser abusada sexualmente.	----	0,13
2. Só as meninas são vítimas de abuso sexual.	0,42	0,18
3. As pessoas que abusam sexualmente de crianças/adolescentes são quase sempre desconhecidas.	-----	0,11
4. A maioria das queixas de abuso sexual são fantasias da criança/adolescente.	0,57	0,34
5. Os abusadores são pessoas que parecem diferentes das pessoas normais.	0,48	0,23
6. As crianças podem provocar o abuso pelo seu comportamento sedutor.	0,64	0,41
7. Só se pode falar em abuso quando há violência.	0,68	0,47
8. A maioria das queixas de abuso são inventadas pelas mães (por exemplo: nos casos de divórcio).	0,60	0,36
9. Se uma menina já foi abusada antes, então é natural que outros homens abusem dela.	0,51	0,26
10. Se alguém abusa sexualmente de uma criança/adolescente é porque não consegue arranjar parceiras(os) adultas(os).	0,61	0,37
11. Se uma criança/adolescente só se queixa do abuso muito mais tarde, então ele provavelmente não existiu.	0,68	0,47
12. As adolescentes levam homens mais velhos a abusar delas.	0,70	0,49

13. Só com crianças pequenas é que se pode falar de abuso. Se um(a) adolescente se envolve com alguém mais velho, a culpa é sua.	0,65	0,42
14. Se o abusador não tiver magoado a criança/adolescente, o abuso é pouco grave.	0,65	0,42
15. Só se pode falar de abuso se a criança/adolescente resistir fisicamente.	0,70	0,49
16. A maioria das queixas de abuso sexual são falsas.	0,68	0,46
17. Se não houver penetração, então o abuso é pouco grave.	0,72	0,52
Número de itens	15	
Valor próprio	5,91	
Variância explicada (%)	39,42	
Alfa de Cronbach (α)	0,88	

Diante dos resultados expostos na Tabela 1, pode-se verificar que a Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECAS) apresenta uma boa solução fatorial com índice de consistência interna satisfatório; constatando-se a identificação de um único fator, considerando uma pontuação geral da escala. Altas pontuações nesta escala para os estudos de Fazenda (2010) e Querido (2010) são indicativos de maior tolerância com algo que é ilícito, no caso, o abuso sexual infantojuvenil, propondo que o índice total da escala corresponde a uma medida genérica de tolerância/legitimação do abuso sexual. Contudo, com base na análise fatorial exploratória do presente estudo e no cálculo do Alfa de Cronbach, pode-se concluir que a escala final reúne um total de 15 itens, com um único fator que mensura as crenças acerca do abuso sexual infanto-juvenil, o qual apresenta parâmetros psicométricos satisfatórios e adequados para uso no contexto brasileiro.

Entretanto, reconhecendo o caráter essencialmente exploratório da técnica estatística empregada, destaca-se a importância da realização de outra pesquisa para a comprovação fatorial desta medida. Em função disso, um segundo estudo foi realizado

com participantes com características demográficas semelhantes ao estudo anterior, com o objetivo de testar a replicabilidade da estrutura unifatorial obtida no Estudo 1, através de uma análise confirmatória com uso do AMOS.

3.2 Estudo B: Validação Confirmatória da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECAS)

3.2.1 Método

a) Participantes

Como no primeiro estudo, tratou-se de uma amostra de conveniência, não-probabilística. Participaram deste segundo estudo 209 estudantes de graduação de instituições de ensino pública e privada da cidade de João Pessoa no Estado da Paraíba (Brasil), com idades entre 16 e 50 anos ($M=23,10$; $DP=6,28$), em maior parte do sexo feminino (60,3%, $N=126$). Com relação aos cursos, optou-se pelos mesmos do primeiro estudo, Direito (52,2%, $N=109$) e Psicologia (47,8%, $N=100$), de universidades públicas e privadas.

b) Instrumentos

Escala de Crenças sobre o Abuso Sexual (Machado et al., 2000) (Apêndice 1), validada no Estudo 1. Esse instrumento foi composto por 17 itens com escala de resposta do tipo Likert, variando de (1) “Discordo totalmente” a (5) “Concordo totalmente”. Destaca-se aqui que foram os 02 itens com carga fatorial inferior a 0,30 do estudo anterior para fins de comprovação de sua retirada da escala final.

c) Análise dos dados

Para a efetuação das análises dos dados foram utilizados os programas estatísticos SPSS (Pacote Estatístico para Ciências Sociais) para Windows versão 21.0, para o cálculo da consistência interna das medidas e análises complementares; e, o programa AMOS, o qual foi empregado para realizar análises fatoriais confirmatórias, tendo em conta a matriz de covariância e adotando o estimador ML (Máxima Verossimilhança). Os casos omissos (missing data) foram substituídos pela média das respostas obtidas em cada item.

Para conhecer o ajuste do modelo proposto foram utilizados os seguintes indicadores: a razão do qui-quadrado pelos graus de liberdade (χ^2/gl), onde valores menores do que 5 indicam um ajuste adequado do modelo; o goodness of fit index (GFI), o adjusted goodness of fit index (AGFI) e o comparative fit index (CFI), onde valores próximos ou superiores a 0,90 indicam ajuste bom; e o root mean square error of approximation (RMSEA), cujos valores de 0,06 ou menor indicam ajuste satisfatório, aceitando-se aqueles de até 0,10 (Byrne, 2009; Garson, 2012).

d) Resultados e Discussão

Levando-se em conta os achados do estudo anterior, realizou-se uma análise fatorial confirmatória testando-se uma estrutura unifatorial da escala proposta no estudo 1. Foram testados 3 modelos sendo um trifatorial com 17 itens (modelo proposto pelos estudos iniciais da escala); unifatorial com os 17 itens saturando em um único fator geral chamado de Crenças frente ao Abuso Sexual Infantojuvenil (modelo proposto no estudo 1) e um modelo unifatorial reduzido para 11 itens. Os indicadores de ajuste para os modelos testados podem ser observados na Tabela 2.

Tabela 2. Índices de Ajuste do modelo testado.

	χ^2 (gl)	χ^2/gl	GFI	AGFI	CFI	RMSEA (IC - 90%)
Modelo 1	200,74 (101)	1,99	0,89	0,85	0,87	0,069(0,055-0,083)
Modelo 2	253, 90(119)	2,13	0,87	0,84	0,83	0,074(0,061-0,086)
Modelo 3	85,12(43)	1,98	0,93	0,89	0,93	0,069(0,047-0,090)

Nota. Modelo 1 = Trifatorial. Modelo 2= Unifatorial com 17 itens Modelo 3= Unifatorial com 11 itens.

Os resultados obtidos na testagem do modelo trifatorial, evidenciam valores marginais para aceitação de ajustamento do modelo proposto para mensuração das crenças sobre abuso sexual. No entanto, para que fosse possível a testagem do modelo trifatorial, foi necessário redistribuir itens para que cada item estivesse presente em um único fator, característica ausente na versão original da ECA, como pode ser constado na descrição da escala, anteriormente exposta. Machado et al. (2000) distribuíam a escala em 3 fatores, a) a legitimação do abuso pela sedução infantil (itens 4, 6, 8, 9 11, 12, 13 e 16); b) legitimação do abuso sexual pela ausência de violência (itens 7, 9, 10, 11, 13, 14, 15 e 17); e c) a crença de que o abuso não existe quando o ofensor não corresponde a um estereótipo pré-definido (itens 1, 2, 3, 4 e 5) (p.48, Ladeiro, 2014). Podendo ser observado que os itens 4, 9, 11 e 13 se repetem em mais de um fator, o que não é aceitável em um estudo de análise fatorial. Realizando uma análise de conteúdo dos itens eles foram reagrupados de forma que o modelo composto trifatorial ficou composto com os seguintes fatores e itens correlacionados: a legitimação do abuso pela sedução infantil (itens 4, 6, 8, 9, 11, 12, 13 e 16); b) a sua legitimação pela ausência de violência (itens 7, 10, 14, 15 e 17); e c) a crença de que o abuso não existe quando o ofensor não corresponde a um estereótipo pré-definido (itens 1, 2, 3 e 5).

A confiabilidade composta para o fator Legitimação do abuso sexual pela sedução por parte da vítima foi de 0,74, o que é um valor aceitável, no entanto, deve-se apontar para os valores de saturação padronizada no fator dos itens 04 e 08, que se apresentam abaixo da média geral obtida no fator, o que sugere inadequação de representação da dimensão hipotetizada para estes itens.

A confiabilidade composta para o fator Legitimação pela ausência de violência foi de 0,75, o que é um valor aceitável, no entanto, deve-se apontar para o valor de saturação padronizada no fator do item 10, que se apresentam abaixo da média geral obtida no fator, o que sugere inadequação de representação da dimensão hipotetizada para este item.

A confiabilidade composta para o fator relacionado ao estereótipo do agressor foi de 0,61, o que é um valor abaixo do adequado para a leitura de confiabilidade do fator, no entanto, aceitável na condição de estudos exploratórios para desenvolvimento de um instrumento (Hair, Black, Babin, Anderson & Tatham, 2009). Ainda deve-se apontar para o valor de saturação padronizada do item 01, que se apresenta abaixo da média geral obtida no fator, o que sugere inadequação de representação da dimensão hipotetizada para este item.

Efetamos o teste da diferença de χ^2 entre modelo trifatorial e o modelo unifatorial com 17 itens, para verificar se há diferença significativa de qualidade do ajustamento dos modelos testados. O resultado obtido $\Delta \chi^2 (18) = 53,16; (p < 0,01)$, evidencia uma superioridade estatisticamente significativa para o modelo unifatorial da escala de crenças sobre abuso sexual. No entanto, a presença de itens com baixa saturação no modelo unifatorial apontou para a necessidade da exclusão de alguns itens para melhor adequação da proposta unifatorial.

Após a exclusão de 06 itens, os 02 do Estudo 01 e mais 04 pela análise

confirmatória com auxílio do AMOS, avaliou-se que o modelo unifatorial reduzido obteve índices satisfatórios, superiores ao modelo unifatorial inicialmente proposto. Na Figura 3 é apresentada a estrutura fatorial deste modelo reduzido.

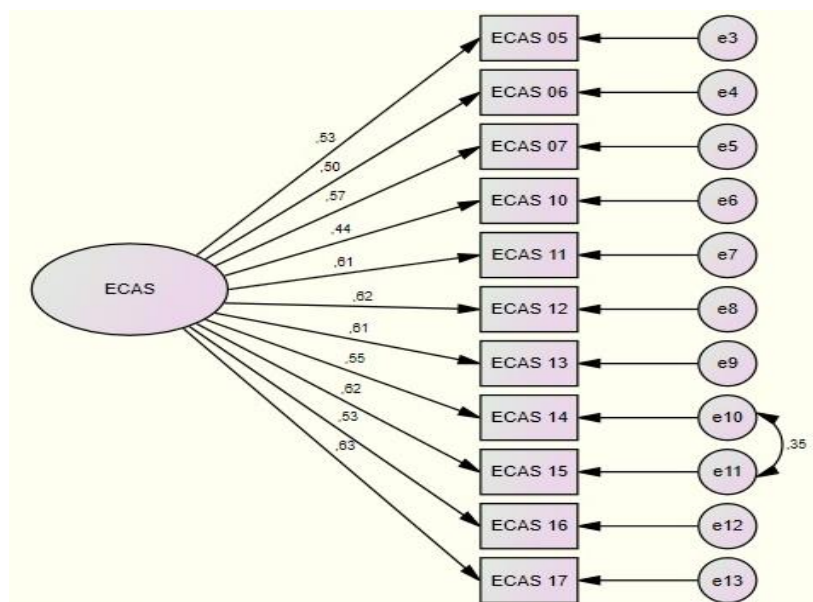


Figura 3. Modelo Unifatorial da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual Infantojuvenil

Efetuamos o teste da diferença de χ^2 entre o modelo unifatorial reduzido e o modelo trifatorial, para verificar se há diferença significativa de qualidade do ajustamento dos modelos testados. O resultado obtido $\Delta \chi^2 (58) = 115,62$; ($p < 0,01$), evidencia uma superioridade estatisticamente significativa para o modelo unifatorial reduzido da escala de crenças sobre abuso sexual. Na Figura 3, podemos observar as saturações (λ , lambdas) que foram estatisticamente diferentes de zero ($\lambda \neq 0$; $z > 1,96$, $p < 0,05$), variando de 0,44 à 0,63, com uma saturação média de 0,56, como pode ser visto na Figura 3.

É possível identificar na Figura 3, que o modelo final da escala reteve 11 dos 17 itens contidos na versão original da escala, pois os itens 01 (é muito raro uma criança/adolescente ser abusada sexualmente), 02 (só as meninas é que são vítimas de

abuso sexual), 03 (as pessoas que abusam sexualmente de crianças/adolescentes são quase sempre desconhecidos), 04 (a maioria das queixas de abuso sexual são fantasias da criança/adolescente), 08 (a maioria das queixas de abuso sexual são inventadas pelas mães – por exemplo, nos processos de divórcio) e 09 (se uma menina já foi abusada antes, então é natural que outros homens também abusem dela), apresentaram saturação abaixo de 0,40, afetando consideravelmente a qualidade do instrumento. Também mostrou-se necessário a partir dos índices de modificação, especificar a covariância entre os erros do item 14 (se o abusador não tiver magoado a criança/adolescente o abuso é pouco grave) com o item 15 (só se pode falar de abuso se a criança/adolescente resistir fisicamente, o que é explicado quando se observa o conteúdo pertinente às covariâncias identificadas. Buscou-se ainda conhecer o índice de consistência interna da medida calculado pelo Alpha de Cronbach (α), resultando em um valor de 0,84. Também foi calculada a confiabilidade composta, indicada para verificação no contexto da análise confirmatória. A partir desta técnica obteve-se um valor de 0,84, corroborando a análise pelo Alpha de Cronbach (α), o que sugere adequação dos itens quanto a consistência interna, podendo se inferir também a validade de construto presente na escala unifatorial (Hair et al., 2009; Maroco, 2014). Diante dos resultados apresentados, verificou-se a adequabilidade do modelo unifatorial, corroborando-se o Estudo 01, o qual apresentou indicadores satisfatórios de validade de construto e consistência interna (Pasquali, 2010).

3.3 Discussão Geral

Os dois estudos apresentados mostram evidências satisfatórias de validade fatorial e consistência interna da ECAS, enfatizando uma medida acerca das crenças

frente ao abuso sexual infantojuvenil, uma vez que foi identificada uma estrutura unifatorial, com base numa validação cruzada, contrapondo a estrutura trifatorial observada nos estudos realizados em Portugal.

Os estudos anteriormente realizados com a ECAS (Ladeiro, 2014; Almeida, 2003) assumem uma estrutura trifatorial, contudo, carecem de uma avaliação acerca da sua consistência interna com estudos de replicabilidade. Os estudos de Fazenda (2010) e Querido (2010), que utilizaram a escala, constataram índices de consistência interna acima de 0.80, contudo não fizeram estudos confirmatórios. Além disso verificou-se que na distribuição dos itens por fator não se obedeceu aos critérios de manutenção dos itens em um único fator.

O presente estudo encontrou um Alpha de Cronbach 0.88, ressaltando-se mudança com relação a estrutura fatorial, sendo proposta a unifatorialidade da escala e a retirada de 06 itens. A escala final ficou com 11 itens organizada em torno de um único fator, que mensura as crenças frente ao abuso sexual infantojuvenil, correspondendo a crenças acerca do fenômeno, dentre elas crenças sobre o perfil da vítima do abuso sexual (por exemplo: item 2 - só as meninas são vítimas de abuso sexual) bem como do abusador (por exemplo: item 5 - os abusadores são pessoas que parecem diferentes das pessoas normais), além da crença de que só existe abuso na presença de violência física (por exemplo: item 7 - só se pode falar em abuso quando há violência).

Embora as crenças identificadas originalmente em Portugal existam no contexto brasileiro, uma vez que as crenças estão presentes nas experiências coletivas, as mudanças propostas podem estar relacionadas ao fato de que elas são sensíveis aos contextos transculturais. Portanto, o sistema de crenças acerca do fenômeno pode se organizar de forma distinta de acordo com os elementos culturais, conforme observadas as diferenças na estrutura da escala entre amostras de portugueses e brasileiros. Desse

modo, o grau de aceitação das crenças descritas nos itens da ECAS está diretamente relacionado, bem como influencia as tomadas de decisões, orientando as condutas sociais (Camino, Torres, Lima & Pereira, 2013).

CAPÍTULO 4

ESTUDO 2: RS do Abuso Sexual Infantojuvenil de juízes e profissionais psicossociais

4 ESTUDO 2: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL DE JUÍZES E PROFISSIONAIS PSICOSSOCIAIS

4.1 Objetivos

4.1.1 Objetivo Geral

- Conhecer e analisar as representações sociais que os juízes e os profissionais psicossociais possuem acerca do abuso sexual infantojuvenil.

4.1.2 Objetivos Específicos:

- Caracterizar o perfil sociodemográfico dos participantes do presente estudo.
- Identificar a estrutura da representação social do abuso sexual cometido contra crianças e adolescentes, a fim de descrever os elementos do núcleo central e periféricos constituintes dessas representações.
- Compreender como a variável profissão interfere na representação que os profissionais possuem sobre o abuso sexual infantojuvenil.
- Verificar em que os juízes e os profissionais psicossociais ancoram as suas representações acerca do objeto estudado e como essas representações são objetivadas.
- Verificar se há diferença na representação social de quem é tolerante ou não frente ao abuso sexual infantojuvenil.

4.2 Método

4.2.1 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo de cunho qualitativo e quantitativo.

4.2.2 Participantes e local

A amostra deste estudo foi composta por profissionais do sexo masculino e feminino, sendo 12 juízes (primeira e segunda instância) e 19 profissionais psicossociais (psicólogos e assistentes sociais), que atuam ou já atuaram em casos de abuso sexual contra a criança ou adolescente, e que foram selecionados a partir do método de amostragem não probabilística por conveniência (Cozby, 2009; Richardson, 2014).

Ressalta-se que o número de participantes, ou seja, o “n” amostral, foi estabelecido através do critério de saturação proposto por Sá (1998), o qual defende que a representação revelada por um certo número de participantes é a mesma revelada por um número maior. Fontanella, Ricas e Turato (2008) afirmam que, a partir do critério da saturação, devemos interromper a coleta quando os achados passarem a apresentar certa redundância ou repetição, não sendo, portanto, importante dar continuidade ao procedimento de coleta.

Para o reconhecimento da saturação amostral, não fazemos uso de aparato matemático, mas utilizamos ferramentas cognitivas, que englobam a percepção do pesquisador associado com seu conhecimento teórico (Fontanella et al., 2008). Considerando tudo que foi exposto, no transcorrer da pesquisa, chegou-se ao número de 31 participantes, pois percebemos que os temas começaram a se repetir, o que nos confirmava que continuar a coleta com mais usuários pouco acrescentaria de significativo ao conteúdo das representações.

No que concerne à presente pesquisa, os critérios para a inclusão na amostra

foram:

- Ser juiz(a) de primeira ou segunda instância que atua ou já atuou em casos de abuso sexual infantojuvenil.
- Ser psicólogo(a) ou assistente social que atue na área jurídica, em especial, em casos de abuso sexual infantojuvenil.
- Aceitar participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 6).

O critério de exclusão foi a não atuação em casos de abuso sexual infantojuvenil e/ou não atuar numa perspectiva jurídica.

O presente estudo foi realizado, em sua maioria, no ambiente de trabalho dos profissionais, que abrangia instituições jurídicas, como o Tribunal de Justiça da Paraíba, o Fórum Criminal, o Ministério Público e outras instituições vinculadas ao sistema judiciário.

4.2.3 Instrumentos e Análises dos dados

Para a coleta de dados deste estudo foram utilizados quatro instrumentos (Ver nos apêndices), os quais serão descritos a seguir:

- **Questionário sociodemográfico/Análise das frequências (SPSS)**

Objetivando caracterizar o perfil da amostra, foi elaborado um questionário sociodemográfico, o qual foi analisado com o auxílio do *software* SPSS 21.0, através da estatística descritiva (cálculo de frequências e porcentagens).

- **Associação livre de palavras/Análise prototípica e Análise de Similitude (IRAMUTEQ)**

Objetivando identificar a estrutura da representação social do abuso sexual infantojuvenil, fez-se uso da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), sendo esta uma técnica de coleta de dados comumente aplicada em estudos sobre as representações sociais, a fim de constatar as dimensões latentes, por meio da configuração dos elementos que compõem a trama ou rede associativa dos conteúdos evocados relativos a cada estímulo indutor. Tal técnica consiste em solicitar aos participantes que espontaneamente verbalizem as palavras ou expressões que primeiro passarem por sua mente, mediante a apresentação de um estímulo indutor fornecido pelo pesquisador (Silva et al., 2011).

Essa técnica foi primeiramente utilizada por Jung, em 1900, em sua prática clínica, objetivando elaborar um diagnóstico psíquico sobre a estrutura da personalidade do indivíduo. Porém, o uso desse instrumento, conciliado, só veio a aparecer no ano de 1981, com Di Giàcomo que objetivava identificar as dimensões latentes dos objetos representacionais (Neves, Brito, Códula, Teixeira & Tavares, 2014; Silva et al., 2011).

Para Silva et al. (2011), os estudiosos da área das representações sociais utilizam esta técnica, que, por possuir a natureza projetiva, atua na liberação dos conteúdos latentes, que pertencem à estrutura psicológica, sem passar através dos filtros da censura, tornando-se, portanto, um material espontâneo. Neste estudo, foi utilizado como estímulo indutor o termo *abuso sexual infantojuvenil*.

É comum a combinação da Associação Livre de Palavras com a técnica de análise prototípica que foi proposta por Pierre Vergès, em 1992 (Wachelke & Wolter, 2011). Esta forma de análise combina a frequência de emissão de palavras e/ou expressões com a ordem em que estas são evocadas, possibilitando a exploração dos

dados, o que fornece ao pesquisador uma visão do vocabulário relativo ao objeto de pesquisa (Justo & Camargo, 2014).

A análise prototípica é uma técnica comumente aplicada a respostas de associações livres como o TALP. Essa análise gera como resultado um quadro com quatro zonas, que são descritas da seguinte forma:

A zona do núcleo central compreende palavras com alta frequência e baixa ordem de evocação: ou seja, respostas fornecidas por grande número de participantes e evocadas prontamente. [...] As demais zonas referem-se a elementos que muito provavelmente são periféricos. A zona da primeira periferia inclui as respostas com alta frequência e alta ordem de evocação. [...] Há a segunda periferia, que inclui aqueles que são evocados como últimas respostas. [...] Já as respostas com baixas frequências que são evocadas cedo no discurso formam o que se chama de zona de contraste (Wachelke & Wolter, 2011, p.522-523).

É importante frisar que os elementos presentes na zona central apresentam uma boa probabilidade de serem os elementos do núcleo central das representações sociais do objeto estudado. E que a zona de contraste possui duas possibilidades ou são complementos da primeira periferia ou apontam a existência de um subgrupo (Wachelke & Wolter, 2011).

Desse modo, o presente estudo optou pelo uso do *software* IRAMUTEQ, devido a alguns fatores como: a facilidade de acesso, as possibilidades de análises, ao fato de

ser um programa gratuito e de fonte aberta.

- **Entrevista semiestruturada/ Análises Textuais (IRAMUTEQ)**

Com o objetivo de conhecer os conteúdos representacionais concebidos pelos participantes, assim como identificar as ancoragens e objetivações dessas representações acerca do abuso sexual infantojuvenil, fez-se uso de uma entrevista semiestruturada elaborada pelas pesquisadoras.

De acordo com Silva et al. (2011), a entrevista é um técnica comumente empregada em pesquisas que fazem análises predominantemente qualitativas, sendo muito empregada por propiciar a apreensão de ideias, opiniões e depoimentos que permitem conhecer o conjunto de significados e símbolos utilizados pelo indivíduo para comunicar-se no seu dia a dia.

Dentre as várias modalidades de entrevistas, Silva et al. (2011) apontam que a semiestruturada foi a que mais se destacou. Esta compreende a aplicação de um roteiro composto por tópicos que podem sofrer variações, através da inserção de novas perguntas, no transcorrer da entrevista. Nesse sentido, Maciel e Melo (2011) afirmam que esse tipo de entrevista é usado quando o pesquisador busca explorar um certo fenômeno, sem inculcar sua visão de realidade aos participantes. Para Medeiros (2014, p.75), o uso da entrevista semiestruturada é “adequado quando se pretende trabalhar com significados, valores, opiniões, crenças e motivações”.

Por ser semiestruturada, é possível acrescentarmos novas perguntas no transcorrer da entrevista, com o intuito de completar e/ou aprofundar os temas tratados. Pode ainda ocorrer a supressão de alguma pergunta cujo material já tenha surgido no discurso do participante. Fraser e Gondim (2004) afirmam que a entrevista viabiliza culminar um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível através

do discurso sendo, portanto, indicada para investigações que possuem como objetivo conhecer a forma como os indivíduos percebem o mundo. Desse modo, essa técnica garante o acesso - direto ou indireto - às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si e ao mundo.

Na presente pesquisa as entrevistas semiestruturadas foram transcritas e em seguida analisadas através do *software* IRAMUTEQ. Para tanto, fez-se uso das análises textuais.

O IRAMUTEQ foi desenvolvido pelo Prof. Dr. Pierre Ratinaud, do Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales (Laboratório de Estudos e Pesquisas Aplicadas em Ciências Sociais), da Universidade de Toulouse III, que faz uso do mesmo modelo algorítmico do ALCESTE nas análises estatísticas de textos. Apesar de ser um programa desenvolvido inicialmente na França, a partir de 2013, foi adaptado à língua portuguesa, passando a ser utilizado no Brasil (Camargo & Justo, 2013).

O *software* IRAMUTEQ é um programa informatizado que propicia diversos tipos de análises de dados textuais que vão desde a análises lexicográfica básica, que abrange a lematização e o cálculo de frequência de palavras até análises multivariadas, como a classificação hierárquica descendente, a análise pós-fatorial de correspondências e a análise de similitude (Camargo & Justo, 2013; Justo & Camargo, 2014).

- **Escala de Crenças sobre Abuso Sexual Infantojuvenil/ Análise Estatística**

A ECASI foi validada através da aplicação da escala em estudantes universitários na cidade de João Pessoa (Ver estudo I). Trata-se de uma escala unifatorial que mensura as crenças frente ao abuso sexual infantojuvenil. O instrumento possui 11 itens e suas opções de resposta estão em uma escala do tipo Likert de 5 pontos, que varia de 1 (“discordo totalmente”) a 5 (“concordo totalmente”) (Pereira et

al., 2016, no prelo).

4.2.4 Considerações éticas e procedimento de coleta de dados

O projeto de pesquisa foi inicialmente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS (Prot. nº0516/15. CAAE: 49371915.1.0000.5188) (Anexo 1). Esta pesquisa atendeu às determinações da Resolução nº466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que traça as diretrizes e normas reguladoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Após a aprovação do projeto, a pesquisadora entrou em contato com os profissionais explicando os objetivos do estudo e nos casos de aceitação foram combinados os dias e horários para a realização da coleta. Primeiramente, foi realizado um estudo piloto, com a finalidade de verificação e adequação dos instrumentos, considerando as especificidades da amostra, tendo sido feitas, a partir dele, algumas modificações necessárias.

A pesquisadora dirigiu-se ao ambiente de trabalho do participante, buscando sempre um local reservado que garantisse a privacidade da coleta dos dados. Nesse ambiente, onde estavam apenas o participante e a pesquisadora, foi estabelecido um *rapport*, momento no qual se informou ao participante sobre os aspectos do estudo, assegurando o caráter voluntário e sigiloso. Solicitou-se a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 6). Em seguida, foram ministrados os instrumentos na seguinte ordem: questionário sociodemográfico (Apêndice 2), Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) (Apêndice 3), Entrevista semiestruturada (Apêndice 4) e Escala de Crenças sobre Abuso Sexual Infantojuvenil (ECASI) (Apêndice 5). Todos os participantes responderam aos 4 instrumentos de pesquisa.

O primeiro instrumento aplicado foi o questionário sociodemográfico, que foi seguido da aplicação da TALP. Antes de começar a TALP, a pesquisadora exemplificou a técnica com uma palavra neutra, como “futebol” ou “bolo” e perguntou “o que é que lhe vem à cabeça quando eu digo a palavra futebol”, enquanto citou alguns exemplos, como bola, trave, campo, gol, jogo. Foi, então, solicitado ao participante que dissesse cinco palavras. Após a certeza da compreensão da técnica pelo participante, a palavra de interesse da pesquisa passou a ser dita pela pesquisadora. Foi estipulado um tempo médio de 3 minutos para a aplicação total da técnica. O estímulo utilizado consistiu em abuso sexual infantojuvenil.

Após o TALP, iniciou-se a entrevista semiestruturada, seguindo-se com a aplicação da ECAS e, após, o preenchimento da escala, tendo a pesquisadora agradecido a participação e disponibilidade do participante. As respostas do questionário sociodemográfico, do TALP e da entrevista semiestruturada foram registradas em um gravador digital, sendo posteriormente transcritas para a análise. Já as respostas da escala foram registradas em folha de papel A4 pelo próprio participante. O tempo médio da coleta de dados foi de 50 minutos.

4.3 Resultados e Discussões

Os resultados e discussões deste estudo serão divididos em quatro seções: Caracterização da Amostra; TALP: Análise Prototípica e Análise de Similitude; Análise Lexical das Entrevistas; e Escala de Crenças sobre Abuso Sexual Infantojuvenil.

4.3.1 Caracterização da Amostra

Através da aplicação dos questionários, foram coletados alguns dados dos

participantes objetivando caracterizar o perfil da amostra. Tais dados foram tratados por meio de estatísticas descritivas, fazendo-se uso de frequências e porcentagens, podendo ser visualizados na Tabela 3, onde estão destacados os valores de maior frequência. Desse modo, restou cumprido o primeiro objetivo específico deste estudo, que visa caracterizar o perfil sociodemográfico dos participantes.

Tabela 3. Frequências e porcentagens dos dados sociodemográficos dos participantes. N=31.

Dados Sociodemográficos		F	%
Sexo	Masculino	11	35,5
	Feminino	20	64,5
Idade	25-35 anos	9	28,9
	36-46 anos	5	16,2
	47-57 anos	11	35,6
	58-68 anos	6	19,3
Estado Civil	Solteiro	7	22,6
	Casado	21	67,7
	Outros	3	9,7
Religião	Católico	22	71
	Evangélico	6	19,4
	Outros	3	9,7
Filhos	Sim	24	77,4
	Não	7	22,6
Profissão	Psicólogos	13	41,9
	Assistente social	6	19,4
	Juízes	12	38,7
Experiência Profissional	Até 5 anos	11	35,6
	De 6 à 10 anos	5	16
	11 anos ou mais	16	48,4

De acordo com os dados apresentados, destacou-se que 64,5% da amostra foi composta pelo sexo feminino. Acreditamos que a maior frequência do sexo feminino na

amostra foi ocasionada pela predominância dos profissionais de psicologia e assistência social, haja vista que dos 12 juízes que participaram do estudo, apenas 3 foram mulheres. Tal dado nos mostra que há uma prevalência do sexo masculino na corte de justiça paraibana.

No que se refere à idade, pode-se constatar que houve maior concentração na faixa etária dos 47 a 57 anos, que representou 35,6% da amostra. Importante ainda destacar que a amostra teve uma variação de idade entre 25 e 68 anos ($M = 46$ $DP = 12,47$), o que explica o alto índice do desvio padrão. Compreende-se, portanto, uma amostra de adulto de meia idade, que apresentara um grande experiência profissional, já que 48,4% já atuavam na área há mais de 11 anos.

Da composição da amostra, percebemos que 67,7% eram casados, que 77,4% possuíam filhos e que a prática religiosa, de qualquer crença, esteve presente em 100% da amostra, sendo a maioria praticante do catolicismo, com 71% dos entrevistados. Destacamos ainda que, como afirmado no método, compuseram este estudo psicólogos, assistentes sociais e juízes de primeira e segunda instância, com percentuais de 41,9%, 19,4% e 38,7%, respectivamente.

4.3.2 TALP: Análise Prototípica e Análise de Similitude

- **Análise Prototípica**

Almejando alcançar o segundo objetivo do presente estudo, que consiste em identificar a estrutura da representação social do abuso sexual cometido contra crianças e adolescentes, a fim de descrever os elementos do núcleo central e periféricos constituintes dessas representações, fez-se uso da Técnica de Associação Livre de Palavras com o estímulo “abuso sexual infantojuvenil”.

Primeiramente foi preparado, no programa “Excel”, um banco de dados, os quais foram analisados com o auxílio do programa IRAMUTEQ, que produziu um quadro de quatro zonas para o referido estímulo. Baseando-se nisso, foi elaborada a figura 4, que contém as palavras evocadas, a frequência e a ordem média de evocação. Importante destacar que não houve casos omissos, o que nos levou ao total de 155 evocações. Para representar a estrutura da representação social para o estímulo abuso sexual infantojuvenil, confira-se a figura 4:

Núcleo Central			Sistema Periférico Próximo		
F ≥ 5,36 OME > 2,88			F ≥ 5,36 OME ≥ 2,88		
Evocações	F	OME	Evocações	F	OME
Violência	13	2,5	Doença	9	2,9
Vulnerabilidade	10	2,6	Crime	8	2,9
Trauma	9	2,8	Repugnância	7	2,9
Tristeza	8	2,6	Tratamento	7	3,9
Elementos de Contraste			Sistema Periférico Distante		
F ≥ 5,36 OME > 2,88			F ≥ 5,36 OME ≥ 2,88		
Evocações	F	OME	Evocações	F	OME
Medo	5	2,8	Família	5	3,2
Intrafamiliar	5	2,6	Animalesco	5	3
Criança	3	1	Punição	4	4,8
Adolescente	3	1,7	Impunidade	4	4,2
Culpa	2	2,5	Ansiedade	3	4
Proteção	2	1,5	Insensibilidade	2	4
Mutilação	2	2	Perda da Infância	2	3

Figura 4. Quadrante das evocações acerca do estímulo abuso sexual infantojuvenil.

A figura 4, gerada pelo IRAMUTEQ, foi produzida a partir da frequência média igual, maior ou menor do que 13 participantes, numa ordem média de evocação em torno de 2,88. As evocações foram agrupadas conforme procedimentos de lematização. O ponto de corte, ou seja, a frequência mínima para a inclusão das palavras foi de 2. Como é possível observarmos, na figura 4, os dados das ocorrências são distribuídos em quatro quadrantes, que nos proporcionam uma visualização do núcleo central, dos sistemas periféricos próximos, dos elementos de contraste e dos sistemas periféricos distantes de uma representação.

Para interpretação da figura, segundo Machado e Aniceto (2010), devemos

primeiramente observar o quadrante superior esquerdo, no qual situam-se as palavras que provavelmente constituem o núcleo central da representação. No quadrante superior direito, encontram-se os elementos que compõem o sistema periférico próximo. Já no quadrante inferior esquerdo, temos os termos que integram os elementos de contraste. E, por fim, no quadrante direito inferior, posicionam-se os elementos que compreendem o sistema periférico distante.

É possível visualizarmos que, no quadrante superior esquerdo, as palavras evocadas, *violência, vulnerabilidade, trauma e tristeza*, provavelmente correspondem ao núcleo central da representação social do abuso sexual infantojuvenil. Logo, os elementos periféricos da representação social do abuso sexual infantojuvenil situam-se nos quadrantes restantes, sendo o superior direito composto pelos termos *doença, crime, repugnância e tratamento*; no quadrante inferior direito, que constitui os elementos de contraste, encontram-se as palavras: *medo, intrafamiliar, criança, adolescente, culpa, proteção e mutilação*; e no quadrante inferior esquerdo aparecem as expressões: *família, animalesco, punição, impunidade, ansiedade, insensibilidade e perda da infância*. Desse modo, podemos afirmar que tais elementos indicam uma série de sentidos atribuídos pelos psicólogos, assistentes sociais e juízes de primeira e segunda instância ao abuso sexual infantojuvenil.

Os termos *violência, vulnerabilidade, trauma e tristeza* são elementos unificadores e estabilizadores da representação social do abuso sexual infantojuvenil e expõem o cunho negativo que esse objeto representacional possui. Os elementos do núcleo central, de acordo com Abric (1993), são determinados por condições históricas e ideológicas e são responsáveis pela continuidade, consistência e permanência da representação.

As palavras que compõem o núcleo central da representação social do abuso sexual infantojuvenil nos remetem, principalmente, ao ato violento e às marcas que são

deixadas nas crianças e/ou nos adolescentes. Percebe-se que essas marcas são expressas através não só do termo trauma, mas também da expressão de outro sentimento como tristeza. Nesse sentido, Florentino (2015) aponta que o trauma pode ser considerado o centro do abuso sexual infantojuvenil.

Notamos, ainda, que o abuso sexual infantojuvenil está associado a ações agressivas que se manifestam através do vocábulo violência. Shackel (2008) destacou como crença do abuso sexual infantojuvenil a presença de força física, da relação sexual e dos vestígios físicos que são deixados na vítima, ou seja, existe a representação do abuso sexual infantojuvenil mediante o uso da violência. Os achados da presente pesquisa nos leva a pensar que nas representações sociais dos participantes também há a ideia de que o abuso sexual infantojuvenil seja sempre um ato violento, apesar de, na literatura, vermos com frequência que o abuso sexual infantojuvenil nem sempre faz uso da violência física, sendo possível, porém, a presença da violência psicológica, através da ameaça e da coação (Santos & Yakuwa, 2015; Florentino, 2015; Justino et al., 2015), associado neste estudo às palavras tristeza e trauma.

Resultados semelhantes foram encontrados em um estudo, realizado em Presidente Prudente por Santos (2011), com estudantes universitários. O estímulo fornecido aos participantes foi abuso sexual de crianças e adolescentes. O referido autor encontrou, dentre outros termos que compuseram o núcleo central da amostra de seu estudo, as palavras: trauma, violência e tristeza.

Outra expressão associada ao abuso sexual infantojuvenil é a vulnerabilidade. Acreditamos que este vocábulo emergiu por estarmos tratando de crianças e adolescentes que, de acordo com a literatura, são tidos como indivíduos vulneráveis, imaturos e, por isso, estão suscetíveis a serem facilmente enganados pelos adultos (Arpini, Siqueira & Savegnago, 2012).

Nesse sentido, podemos afirmar que os elementos constituintes do núcleo central da representação social do abuso sexual infantojuvenil, *violência, vulnerabilidade, trauma e tristeza*, retratam uma concepção negativa do abuso sexual. De acordo com Abric (2001), o núcleo central tem uma essência normativa e, por isso, dita as normas para aquele determinado objeto social. Isto posto, pode-se apreender a forma negativa como o objeto enfocado neste estudo está sendo representado na sociedade, baseado nas ideias de violência e trauma. Aponta-se a concepção da vítima como um indivíduo vulnerável, marcado por um trauma e envolvimento de sentimento de tristeza.

Os elementos periféricos do abuso sexual infantojuvenil estão distribuídos nos outros três quadrantes. Estes permitem compreender os vastos sentidos que os juízes, psicólogos e assistentes sociais atribuíram ao objeto estudado. Sobre o sistema periférico, podemos dizer que ele é indispensável para o núcleo central, haja vista que é o responsável pela proteção, atualização e contextualização de suas determinações normativas (Chaves e Silva, 2013). Machado e Aniceto (2010) enfatizam o valor do sistema periférico na configuração das representações sociais.

No sistema periférico próximo, encontram-se as evocações: *doença, crime, repugnância e tratamento*. Acreditamos que o termo doença está diretamente associado à questão do abusador, sendo este considerado uma pessoa que possui um distúrbio. A associação do abuso sexual infantojuvenil à expressão que remete o abusador como um indivíduo doente também foi encontrada no estudo de Santos (2011).

Os termos crime e repugnância foram evocados por se tratar de um ato ilegal que gera sentimentos negativos nos profissionais. O fato de essas palavras fazerem parte do núcleo periférico próximo reforça a ideia de que o abuso é uma violência, um crime, uma conduta de transgredir as normas e, portanto, passível de punição (Santos, 2011).

A expressão tratamento pode assumir dois vieses: o tratamento da vítima e o tratamento do agressor. É notório a necessidade de tratamento, seja ele físico ou psicológico, da vítima. A respeito disso, encontramos na literatura que, apesar de sabermos sobre a importância do acompanhamento dessas vítimas, existe uma dificuldade tanto estrutural como de preparação dos profissionais, no sistema de saúde, para atuar de forma adequada nesses casos (Ávila, Oliveira & Silva, 2015). Percebe-se que punir o agressor não significa o impedimento ao tratamento individual deste, e que tratá-lo não está anulando os direitos da vítima, e sim procurando minimizar futuras tentativas de repetição do ato (Santos, 2011).

No quadrante inferior esquerdo, nos elementos de contraste, as palavras evocadas foram: *medo, intrafamiliar, criança, adolescente, culpa, proteção e mutilação*. Em contraste com o núcleo central, no quadrante inferior direito, as expressões evocadas foram: *família, animalesco, punição, impunidade, ansiedade e perda da infância*. De acordo com Abric (1996), tais elementos atuam como uma ligação entre o sistema central e a realidade concreta.

Florentino (2015) afirmou que o medo do abusador, ou de pessoas que possuem o mesmo sexo do abusador, é frequentemente encontrado em crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

Outro achado está associado aos abusadores com o tema intrafamiliar, os quais, com maior frequência, como apontado na literatura, são parentes da vítima (Baía, Veloso, Magalhães & Dell'Aglio, 2013; Gava, Silva & Dell'Aglio, 2013; Justino et al., 2015; Matos et al., 2013; Oliveira, 2013; Soares et al., 2016;).

A família deveria atuar como porto seguro de seus membros, porém, como a própria literatura aponta, muitas vezes esse núcleo familiar se torna um ambiente inseguro, repleto de desconfiança, medo e incertezas. O que se tem visto é justamente uma inversão de papéis, nos quais o agressor coloca a criança/adolescente no lugar do

parceiro sexual, alterando as funções dos membros da família e passando a descaracterizar o grupo familiar como um ambiente seguro, acarretando danos ao desenvolvimento dessas vítimas (Florentino, 2015). Constata-se, via de consequência, que o abuso sexual infantojuvenil cometido por membros familiares é bastante traumático e prejudicial ao desenvolvimento psicológico e social da vítima, haja vista que se trata de uma dinâmica complexa que envolve a quebra de confiança e o rompimento de laços afetivos (Said, Junqueira & Costa, 2016).

Desse modo, o vocábulo família pode assumir duas perspectivas: de um ambiente de maior ocorrência do abuso sexual, que seria o abuso sexual intrafamiliar, o que vem a confirmar os achados do núcleo central da representação social do abuso sexual infantojuvenil como intrafamiliar; mas também relacionado ao tratamento.

Verificou-se que o sistema periférico próximo e o distante parecem esmiuçar os elementos do núcleo central, trauma e tristeza, nos elementos perda da infância e ansiedade, que revelam um conjunto de sentimentos vivenciados pela vítima, assim como o termo violência, que foi esmiuçado através dos termos crime e animalesco. Nesse sentido, percebe-se que vivenciar o abuso sexual durante a infância ou a adolescência desperta sofrimentos intensos.

Estes aspectos também foram encontrados no estudo realizado por Santos (2011), que averiguou que trauma e tristeza estão presentes nas vítimas de abuso sexual infantojuvenil e que o impacto sobre a criança ou o adolescente variará de acordo com diversos fatores. Tais fatores foram esmiuçados por Koller e Armazarry (1997), dentre os quais se destacam: a idade da vítima quando o abuso foi iniciado; a duração do abuso; o grau de violência; o tipo de vínculo entre o abusador e a vítima; a presença ou não de figuras protetoras; o nível de saúde emocional que a criança/adolescente apresentava antes do abuso; revitimização durante o processo legal, entre outros.

- **Análise de Similitude**

A fim de cumprir o terceiro objetivo - compreender como a variável profissão interfere na representação que os profissionais possuem sobre o abuso sexual infantojuvenil - realizou-se a análise de similitude, resultando na figura que segue abaixo. Salienta-se que as circunferências assinaladas como PROFISSIONAIS PSICOSSOCIAIS e JUIZES dizem respeito, respectivamente, aos psicólogos e assistentes sociais, e juízes de primeira e segunda instância.

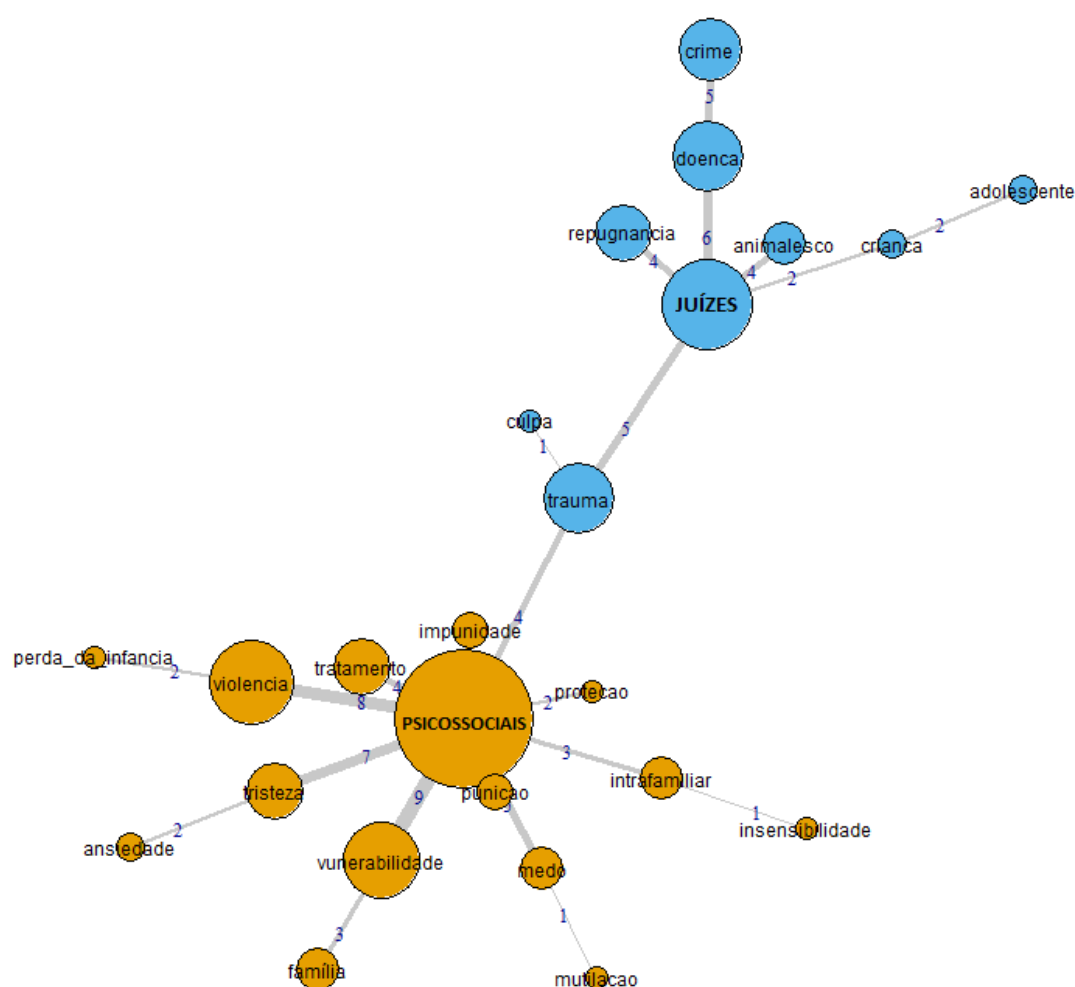


Figura 5. Gráfico da análise de similitude do estímulo abuso sexual infantojuvenil considerando a variável profissão, em que grupo 1= psicólogos e assistentes sociais e grupo 2= juízes de primeira e segunda instância.

De acordo com a Figura 5, o *trauma* é o elemento central organizador da representação do abuso sexual infantojuvenil, evocado pelas duas profissões, em que os

juízes evocaram com força (5) maior em comparação aos profissionais psicossociais, que evocaram com uma força (4). Nota-se ainda que conectado ao termo trauma, temos a palavra culpa, que retrata o sentimento encontrado em muitas crianças que sofreram esse tipo de violência e está diretamente associado ao trauma.

Constata-se que os profissionais psicossociais evocaram mais fortemente a palavra *violência* (8), que se ramifica em *perda da infância*; e a palavra *vulnerabilidade* (9), que se ramifica em *família* (3) e *tristeza* (7), que está conectada com *ansiedade*; e a palavra *tratamento* (4). Nota-se ainda que esses profissionais evocaram o termo *medo* e *mutação* que, assim como os termos *tristeza* e *ansiedade*, retratam o sofrimento da vítima. Foram ainda evocados os termos *proteção* e *punição*, que demonstram a preocupação e o cuidado que esses profissionais possuem sobre o tema e a vítima. Mas também demonstram uma preocupação com a área jurídica com a palavra *impunidade*.

Já os juízes evocaram mais fortemente o termo *doença* (6) que está conectado com *crime*. Foram ainda evocados os termos *repugnância* (4); *animalesco* (4); e *criança* (2) que se encontra conectado com a evocação adolescente.

Importante destacar que não é viável, com base nessas análises, inferir uma direção de causalidade entre as profissões e a forma como o abuso sexual infantojuvenil é representada, já que outras possíveis variáveis podem estar intermediando essa relação, como o tempo de formação e atuação na área, além de fatores pessoais e de desejabilidade social.

Embora a análise descrita anteriormente não demonstre uma relação causal, expressa as diferenças apresentadas entre as duas profissões, já que saber a forma como eles representam o abuso sexual contribui para a elaboração de estratégias que tencionam para a prevenção e proteção das vítimas.

Desse modo, diante do que foi descrito podemos perceber que os juízes

representam o abuso sexual infantojuvenil num perspectiva voltada para o agressor, considerando este como um indivíduo animalesco, doente que provoca repugnância nas pessoas. Já os profissionais psicossociais enfatizam em suas evocações questões mais voltadas para a vítima, sendo esta vista com um indivíduo vulnerável, que apresenta como consequência da violência sofrida, sentimento de tristeza, culpa e ansiedade. Esses profissionais demonstram ainda a sua preocupação pela necessidade de proteção dessas vítimas, já que em alguns casos a família que deveria ser o suporte não tem condições adequadas para promover essa proteção. Outro ponto percebido foi que os profissionais psicossociais representam o abuso sexual infantojuvenil como algo frequente no ambiente familiar, sendo retratado pela insensibilidade desses agressores.

Em geral, a técnica de associação livre de palavras nos permite evocar os conteúdos latentes, sem que passe pelos filtros da censura. Considerando que a entrevista semiestruturada nos permite uma amplitude das significações e das explicações fornecidas pelos participantes sobre os mais distintos temas, a seguir serão descritos e discutidos os resultados das entrevistas realizadas com os profissionais, através das quais obtivemos um maior aprofundamento das questões relacionadas à representação social do abuso sexual infantojuvenil.

4.3.3 Análise Lexical das Entrevistas

Com a finalidade de averiguar em que os juízes e os profissionais psicossociais objetivam e ancoram as suas representações acerca do objeto estudado, realizou-se o uso das entrevistas semiestruturadas. Como descrito no método, foi realizada uma análise lexical dos dados, através do programa do IRAMUTEQ. Tais achados serão descritos a seguir.

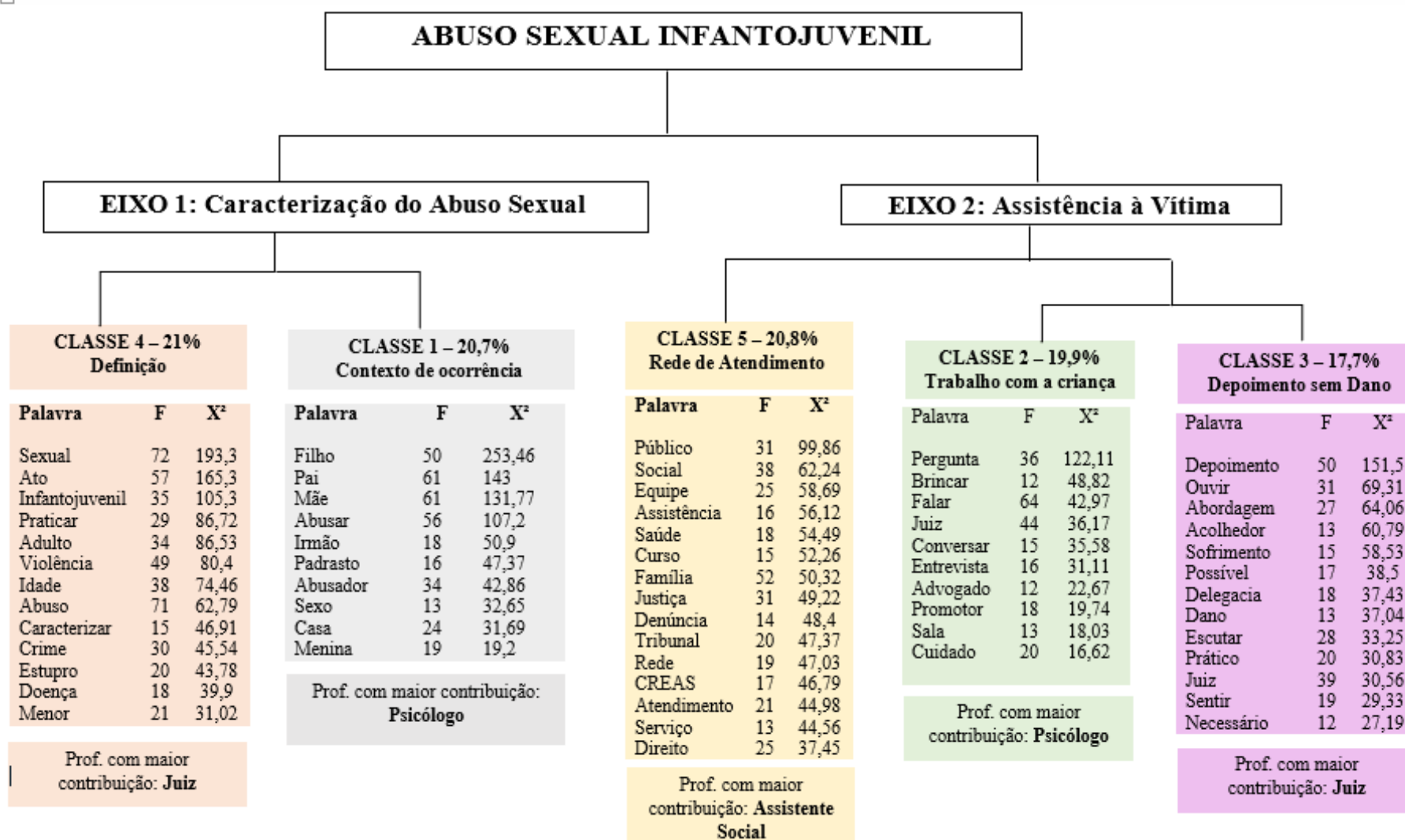


Figura 6. Classificação Hierárquica Descendente dos Participantes

O resultado da análise realizada no *software* empregada no banco de dados encontrou 31 segmentos de textos, sendo 88,05% analisáveis e, portanto, considerados na classificação hierárquica descendente (CHD). Os segmentos foram constituídos por 65.302 ocorrências e 3.316 formas.

A análise CHD dividiu o *corpus* em 5 classes, gerando o dendograma que pode ser visto na Figura 6. Além disso, no dendograma será possível visualizar as palavras expressas com sua frequência e seu qui-quadrado. As classes foram nomeadas com base nas palavras que obtiveram maior frequência e com respaldo no conhecimento teórico. Estas serão descritas seguindo a mesma ordem que foi gerada pelo IRAMUTEQ, ou seja, começaremos com a classe 4, seguida das classes 1, 5, 2 e 3.

Verificando, na figura acima, nota-se que o *corpus* possui duas partições que são denominadas de “eixos”. O primeiro eixo abrange as classes 4 e 1 e foi denominado de **Eixo 1- Caracterização do Abuso Sexual**. Este remete às caracterizações que são dadas ao objeto estudado, considerando o seu conceito, o local de abuso, o abusador, entre outras características. O eixo seguinte foi intitulado de **Eixo 2- Assistência à Vítima** e abrange aspectos relacionados ao trabalho desempenhado pelos profissionais envolvidos nos casos de abuso sexual infantojuvenil, incluindo desde questões de acolhimento até atuações profissionais a nível processual. Nesse eixo tivemos uma subdivisão, na qual a classe 5 se encontra separada das classes 2 e 3.

A primeira classe a ser analisada é a classe 4, que foi nomeada de **Definição**, esta foi composta por 337 UCE, contendo 1.607 palavras e significando 21% dos segmentos de textuais. É seguida pela classe 1 que foi intitulada **Contexto de ocorrência**, com 332 UCE, contendo 1.607 palavras e significando 20,7% dos segmentos de textuais. Após a análise das classes do primeiro eixo, seguiremos analisando as classes do eixo 2, que foram denominadas da seguinte forma: classe 5 –

Rede de atendimento, compreendendo 334 UCE, 1.607 palavras e significando 20,8% dos segmentos de textuais; classe 2 – **Trabalho com as crianças**, com 319 UCE, 1.607 palavras e significando 19,9% dos segmentos de textuais; e a classe 3 – **Depoimento Sem Dano**, com 285 UCE, 1.607 palavras e significando 17,7% dos segmentos de textuais.

EIXO I – Caracterização do Abuso Sexual

- **Classe 4 – Definição**

Essa foi a classe mais representativa do *corpus*, com 21% dos segmentos de texto classificados. Essa classe trata das definições sobre o abuso sexual infantojuvenil, sendo seus primeiros elementos representados pelos termos: **sexual, ato, infantojuvenil, adulto, violência, crime**. Os entrevistados descreveram a definição do termo como um ato sexual criminoso praticado contra uma criança ou um adolescente por um adulto ou por um indivíduo com idade superior à da vítima.

Todos os conceitos trazidos pelos profissionais englobam temas como a prática sexual, o ato violento, o crime e especialmente a diferença de idade, assim como a faixa etária que eles consideram como abuso sexual infantojuvenil, como poderá ser visto abaixo, em alguns trechos que podem exemplificar essa classe:

“O que caracteriza o abuso sexual infantojuvenil é o avanço de uma pessoa sobre a intimidade da outra sem haver uma troca. Um sabe muito mais, um tem muito mais vivência do que o outro e tá usando desse desconhecimento do outro para tirar proveito” (suj. 01, profissional psicossocial)

“Abuso sexual é qualquer ato libidinoso ou com tendência libidinosa com uma criança ou um adolescente” (suj. 05, juiz)

“O abuso sexual são violências praticadas muitas vezes por pessoa da família ou fora da família de crianças e adolescentes e eles não permitem esse tipo de abuso e muitas vezes [o abuso sexual] não está relacionado [apenas] ao ato sexual, mas pode ser o toque, o passar a mão” (suj.15, profissional psicossocial)

A definição do abuso sexual infantojuvenil dada pelos participantes está de acordo com a conceituação encontrada na literatura como, por exemplo, a fornecida pelos autores Florentino (2015), Freire e Alberto (2013), Lima et al. (2014) e Pincolini e Hutz (2014) que afirmam que são atos e/ou atividades sexuais cujo objetivo é obtenção de satisfação sexual cometidos contra crianças ou adolescentes. Pfeiffer e Salvagni (2005) acrescentam ainda que é um ato cometido por um adulto ou adolescente mais velho. Revelando que os participantes têm conhecimento conceitual sobre a temática, ou seja, percebemos a função de conhecimento da TRS, através da qual o profissional retira da ciência o seu conhecimento, transformando em senso comum.

As falas dos participantes ressaltaram que o abuso sexual infantojuvenil pode ser cometido com ou sem contato físico. Essa ideia vai ao encontro da literatura, haja vista que assim como os participantes deste estudo, pesquisadores (Gomes et al., 2002; Habigzang et al., 2006; Pelisoli & Dell’Aglia, 2015) sobre a temática afirmam que é considerado como abuso sexual infantojuvenil qualquer ato que vai desde a penetração e/ou manipulação do órgão genital até assédios e voyeurismo.

Outro aspecto abordado pelos participantes diz respeito ao agressor que pode ser um parente ou um desconhecido. De acordo com a literatura o abuso sexual

infantojuvenil pode ser intrafamiliar ou extrafamiliar, sendo o primeiro caracterizado por abusadores que possuem algum grau de parentesco com a vítima, podendo ou não existir laços sanguíneos, e o segundo descrito por agressores que se apresentam como estranhos para a vítima, não possuindo nenhum tipo de vínculo familiar (Caribé & Lima, 2015; Deslandes, 1994; Habigzang et al., 2008; Lima & Alberto, 2012). Apesar da existência dos dois tipos de abuso sexual de criança/adolescente, sabe-se que o maior número de casos envolve parentes, consanguíneos ou não, da vítima intrafamiliar (Baía et al., 2013; Baía, Veloso, Habigzang, Dell’Aglío & Magalhães, 2015; Santos & Dell’Aglío, 2013).

Essa classe aborda ainda sobre a faixa etária que é considerada como abuso sexual infantojuvenil. Como pode ser visto nas falas abaixo:

“Isso [a faixa etária para considerar abuso sexual infantojuvenil] varia dependendo do grau de desenvolvimento da pessoa. Se for pela lei, a lei estabelece 14 anos que é [considerado] infante, mas dependendo da pessoa pode ser até com 15 ou 16 anos” (suj.16, juiz).

“A gente considera como abuso a partir do momento que a criança existe” (Suj. 09, profissional psicossocial).

“Dos 16 aos 18 eles são considerados relativamente incapazes e a fase considerada mesmo infantil é dos 14 para baixo” (Suj. 18, profissional psicossocial).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) estabelece no artigo 2 que,

para efeitos da Lei, deve-se considerar como criança o indivíduo com até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquele que apresente idade entre 12 e 18 anos. No Código Penal brasileiro, por sua vez constata-se a adoção da idade de 14 anos como parâmetro para distinção da vulnerabilidade presumida ou não dessa criança ou adolescente, consoante se observa nos artigos 217-A, 218 e 218-A.

Diante do que preconiza o ECA (1990) e o Código Penal brasileiro (1940), observamos, na amostra do presente estudo, que os profissionais psicossociais apresentaram coerência no que diz respeito à faixa etária que consideram como vítima de abuso sexual. Os participantes alegaram que o abuso sexual infantojuvenil pode ocorrer desde o momento em que o indivíduo nasce, estendendo-se até os 14 anos de idade, que é a idade na qual a vítima é tida como vulnerável pelo Código Penal brasileiro.

Tais dados nos revelam que os profissionais que atuam na área jurídica têm um conhecimento acerca das leis que envolvem essa faixa etária. Ressalva-se, ainda, que há a possibilidade de o abuso sexual ser cometido contra o adolescente maior de 14 anos de idade, podendo a vítima ter 15 ou 16 anos, sendo o fator desenvolvimento e maturação dos adolescentes predeterminantes nesses casos para efeito de enquadramento na situação de vulnerabilidade para o Código Penal.

Diante desses dados, podemos afirmar que a classe 4 engloba aspectos responsáveis pela definição e caracterização do abuso sexual de crianças e adolescentes. Desse modo, percebemos que os participantes deste estudo consideram os seguintes aspectos ao se depararem com definição do abuso sexual infantojuvenil: o fato de ser um crime; o fato de ser um ato violento, independente do uso da força física; a faixa etária da vítima, considerando que em alguns casos a maturação dela deve ser analisada; e o vínculo entre a vítima e o agressor.

- **Classe 1 – Contexto da Ocorrência**

Essa classe trata do contexto no qual o abuso sexual infantojuvenil geralmente ocorre, sendo seus primeiros elementos representados pelos termos: **filho, pai, irmão, menina**. Os entrevistados relataram sobre o contexto de ocorrência, sendo o mais assinalado o contexto intrafamiliar, apontando os pais e os padrastos como principais agressores. Falaram também sobre a pessoa do abusador, considerando o impulso sexual como algo intrínseco a ele. Abaixo seguem algumas falas que exemplificam essa classe:

“É uma coisa inerente das pessoas que cometem isso, então se aproveita de qualquer oportunidade. É como se fossem umas feras só esperando uma oportunidade para atacar” (suj. 06, juiz).

“Quantas e quantas crianças são abusadas até pelo parente, pelo pai mesmo que manipula o genital da criança. O indivíduo que chega a ponto disso realmente é um indivíduo que não está em sua total sanidade. É uma pessoa que tem problemas” (suj.17, profissional psicossocial).

“Para mim isso é um monstro, não é um homem não. Um pai que tem capacidade ou a coragem de abusar sexualmente de uma recém-nascida só pode ser um doente” (suj. 19, profissional psicossocial).

A partir da fala dos participantes averiguamos que o abuso sexual de crianças e adolescentes acontece com maior prevalência no ambiente familiar. Esse dado é citado com frequência na literatura (Baía et al., 2013; Baía et al., 2015; Santos & Dell’Aglío,

2013).

Percebemos ainda que o abusador é visto como um doente, que comete atos que fogem da natureza humana, sendo, por exemplo, denominados de monstros e feras. Santos (2011) encontrou em sua pesquisa a associação entre o abusador e os termos: doença e desumano. Sendo assim, podemos afirmar que os participantes percebem o abusador como alguém doente que, geralmente, apresenta algum tipo de vínculo com a vítima.

EIXO II – Atuação Profissional

- **Classe 5 – Rede de Atendimento**

As palavras que mais obtiveram expressividade nessa classe foram: **público, social, equipe, assistência, saúde, rede**, que denotam os aspectos de atendimento voltado para as vítimas e seus familiares no sistema público, através da rede de proteção e atendimento.

Os participantes deste estudo apontaram a necessidade de atendimento e acompanhamento tanto para a vítima e sua família quanto para o agressor. Como pode ser visto na fala que segue:

“Ver necessidades e possibilidades de atendimento psicológico para a vítima e para o abusador. Em ambos os casos fazer com que ela [a vítima] tenha instrumentos necessários para lidar com isso no futuro e para que isso não aconteça novamente no caso do abusador” (suj. 21, profissional psicossocial).

“O que nós temos ao nosso alcance é a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente que é composta por órgãos do município que são CREAS, que

têm assistentes sociais e psicólogos. Aí o que a gente pode fazer é encaminhar essas famílias, principalmente as vítimas, para esses tratamentos que a rede disponibiliza. E fazer acompanhamento também pelo Conselho Tutelar” (suj.09, juiz).

Sabe-se da importância do acompanhamento da vítima, em especial o acompanhamento psicológico, que deve permitir que a criança ou o adolescente ressignifique a situação vivenciada. Nesse sentido Habigzang et al. (2005) afirmam que trabalhar terapeuticamente essas vítimas de violência sexual é uma forma de protegê-las, tendo em vista a redução do risco para novas situações abusivas.

Tratar o agressor não é sinônimo de anulação dos direitos da vítima, e sim uma investida, no sentido de minimizar que novas tentativas de abuso sexual ocorram com outras possíveis vítimas (Santos, 2011).

- **Classe 2 – Trabalho com a Criança**

Essa classe corresponde aos trabalhos desempenhados com as crianças vítimas de abuso sexual no ambiente jurídico, sendo frequentes as palavras: **brincar, falar, juiz, entrevista, cuidado**. Através desses termos, podemos destacar o cuidado que os profissionais devem ter no atendimento dessas crianças, assim como os métodos utilizados e as dificuldades que eles possuem em atuar em ambiente precário e sob a pressão de outros profissionais.

Através da fala dos participantes percebemos que alguns profissionais apontam para a dificuldade de atuar mediante a pressão de outros profissionais, assim como se queixam sobre a perda de autonomia profissional, como pode ser exemplificado na fala abaixo:

“Eu não ia induzir uma criança, você tem que ter essa sensibilidade e não fazer o que o juiz manda. Você tem que ter a sua autonomia, você tem que ser uma pessoa consciente” (suj.30, profissional psicossocial).

Sobre a perda de autonomia profissional, alguns autores destacam a necessidade de respeitar, assim como delimitar, a atuação de cada área envolvida no processo (Aded et al., 2006; Brito, Ayres & Amendola, 2006; Habigzang et al., 2006; Pfeiffer & Salvagni, 2005). Acreditamos que respeitar o trabalho e o espaço do profissional, dentro de uma equipe interdisciplinar favorece a proteção do direito da criança, já que os profissionais poderão atuar com liberdade considerando o estado subjetivo da vítima.

Essa classe também aborda a importância da sensibilidade do profissional na escuta dessa criança, assim como o uso de materiais que proporcionem a fala da criança como, por exemplo, o uso de desenhos e de histórias.

“Como eu disse [devemos] descer ao nível dela, deixar ela a vontade, fazer de conta que ela está lidando com um coleguinha, um amigo” (suj.02, juiz).

“É muito difícil a criança ficar à vontade, porque ela só falou porque ela já não suportava mais. Então você tem que ter sensibilidade para deixar ela falar da forma que ela quiser seja em desenho e as vezes [através de] histórias” (suj. 14, profissional psicossocial).

Em estudo de revisão de literatura Froner e Ramires (2008) constataram que é real e imprescindível a necessidade de capacitação, treinamento técnico e preparação emocional regular dos profissionais que estarão atuando nessa causa. Acrescenta ainda a

necessidade de o profissional - seja ele psicólogo, assistente social ou juiz – possuir uma perspectiva psicológica, empatia e sensibilidade para atender crianças e adolescentes em sofrimento proveniente do abuso sexual sofrido. Nesse sentido Paixão e Deslande (2011) também constataram sobre a imprescindibilidade de investimento em capacitação dos profissionais que atuam na temática.

Outro ponto importante quando tratamos da escuta da crianças é o uso de materiais que serviam de facilitadores para a fala desta. Sobre isso, Pfeiffer e Salvagni (2005) e Froner e Ramires (2008; 2009) ressaltam que o brincar, os jogos, os bonecos anatômicos, os desenhos e outros materiais são instrumentos que podem e devem ser utilizados no trabalho com crianças, pois superam a dificuldade ou limitação da fala da vítima, e ainda auxiliam na avaliação. Os materiais lúdicos propiciam a formação de vínculo entre a vítima e o profissional, assim como a escuta da criança, que pode fazer uso do simbolismo para liberar os conteúdos causadores de sofrimento.

Diante das falas dos participantes percebemos que apesar da dedicação e empenho dos profissionais, ainda é necessário que haja uma melhor capacitação e treinamento destes, assim como ambiente e estrutura de trabalho mais adequado. A formação dos participantes que compuseram esta amostra é distinta, o que pode fazer com que pensem e atuem diferentemente diante da escuta da vítima, o que nos viabiliza notarmos a necessidade de que ocorra uma integração e articulação da equipe, na qual devem ser definidos e respeitados os limites de cada profissional.

- **Classe 3 – Depoimento sem Dano**

Por fim, a classe três foi produzida a partir do discurso dos participantes sobre o depoimento sem dano. Como pode ser visto nas palavras por eles expressadas:

depoimento, abordagem, sofrimento, acolhedor, prático, necessário. Essa classe nos remete à definição e à função do depoimento sem dano, assim como também à opinião dos profissionais a respeito dessa prática, como pode ser visto nos trechos que seguem:

“Minha opinião é favorável ao depoimento porque ele vai minimizar o constrangimento daquele adolescente ou daquela criança, de ter que reviver tudo aquilo” (suj.04, juiz).

“Eu acredito que não existe depoimento sem dano. Eu acho que depoimento sem dano é uma furada, é um nome que deram errado” (suj.08, profissional psicossocial).

“Não precisa de uma nova metodologia, precisa de conhecimento, precisa pegar esse conhecimento e externar esse conhecimento na nossa prática. Na minha opinião isso não precisa de uma inovação” (suj. 14, profissional psicossocial).

“Eu acho que favoreceu. É uma experiência boa. A função eu acho que é a melhoria, é um mecanismo que trouxe melhorias, porque eu acho que facilitou para as vítimas se sentirem menos intimidadas na frente do agressor e expor de uma forma melhor” (suj.18, profissional psicossocial).

Averiguamos durante as entrevistas que poucos participantes não tinham conhecimento a respeito do DSD e sua função, não sabendo, portanto, do que se tratava, para que servia ou como deveria ser aplicado. Outros apresentaram conhecimento

teórico sobre o DSD, contudo revelaram nunca terem atuado ou participado de uma oitiva que fizesse uso dessa metodologia, e no caso dos juízes alguns nunca solicitaram que o procedimento fosse feito.

Com relação à opinião dos participantes sobre o DSD, constatamos que surgiram opiniões contrárias, assim como favoráveis ao uso do método, como pode ser visto nas falas acima. Tais dados vão de acordo com a literatura, tendo em vista que em buscas literárias nos deparamos com vários estudos que tratam dessas divergências de opiniões (Machado & Arpini, 2013; Ribeiro et al., 2014).

Acreditamos que os posicionamentos contrários dos participantes variaram de acordo com alguns aspectos como: a falta de capacitação dos profissionais; modificação de uma metodologia já existente, haja vista que a mudança foi a substituição do ambiente e do profissional que iria questionar a criança; a retirada de autonomia do psicólogo ou assistente social; a falta de ambiente adequado para aplicabilidade da metodologia proposta; a proibição do Conselho Federal de Assistência Social e de Psicologia; entre outros fatores.

Sobre esses aspectos negativos alguns estudiosos da temática destacaram que o Depoimento Sem Dano é utilizado para suprir a falta de capacitação dos profissionais e magistrados que compõem os órgãos de defesa; a falta de qualificação do profissional na hora de entrevistar a vítima; a ausência de redução de danos, tendo em vista que a minimização do dano seria oriunda da não repetição dos acontecimentos por parte da criança (Ferreira & Oliveira, 2014); que o psicólogo, assim como o assistente social passam a servir de mediador do juiz, não desempenhando de forma adequada o seu papel (Machado & Arpini, 2013); entre outros. Froner e Ramires (2008) acrescentam ainda que a oitiva de crianças no âmbito jurídico desrespeita a integralidade da criança devido à necessidade da produção de prova através da solicitação detalhada do fato

ocorrido, muitas vezes desconsiderando o estágio de desenvolvimento em que ela se encontra.

Em contrapartida, alguns profissionais deste estudo apresentaram opiniões favoráveis à metodologia, destacando como principais argumentos: a necessidade de um ambiente mais acolhedor para a oitiva dessas crianças; a minimização de danos nas vítimas, ocasionada pela não repetição da história; a retirada da vítima do mesmo ambiente que o agressor; entre outros.

Assim como os participantes do presente estudo, outras pesquisas apontaram alguns argumentos positivos em relação a esse projeto, dos quais elencam-se: a vítima sente-se mais protegida para depor em um ambiente que não conte com a presença do agressor; a não revitimização durante o processo judicial; e a melhoria na produção de provas (Machado & Arpini, 2013; Ribeiro et al., 2014).

Os achados da presente pesquisa vão de acordo com os resultados encontrados por Machado e Arpini (2013), que realizaram um estudo com psicólogos, assistentes sociais e juízes e verificaram que “os profissionais se mantêm críticos quanto à proposta do projeto de lei, apontam suas falhas; mas validam e reconhecem a tentativa de minimizar os efeitos jurídicos de ouvir crianças e adolescentes” (Machado & Arpini, 2013, p.298).

Desse modo podemos afirmar que a partir do discurso dos participantes surgiram opiniões contrárias a respeito da técnica; contudo, um consenso que foi revelado entre os participantes diz respeito à necessidade de preparação dos profissionais, assim como à necessidade de um ambiente e de uma abordagem adequados para trabalhar com essas vítimas de modo a minimizar o máximo possível os danos causados, sem que para isso se retire do psicólogo e do assistente social a sua autonomia profissional.

4.3.4 Escala de Crenças sobre Abuso Sexual Infantojuvenil/ Análises Estatísticas

A fim de verificar se há diferença na representação social de quem é tolerante ou não frente ao abuso sexual infantojuvenil aplicamos a versão já validada da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual Infantojuvenil. Esta possui 11 itens, em formato likert, que englobam crenças sobre o abuso sexual cometido contra crianças e adolescentes.

As análises realizadas no banco de dados oriundos da ECASI nos possibilitaram constatar que não houve aderência de nenhum participante à escala, ou seja, todos apresentaram baixa adesão aos itens. Diante disso, optamos por realizar uma análise item a item e também percebemos baixa adesão dos participantes. A seguir, iremos discutir os itens da escala.

Acreditamos que a crença representada no item 01, de que o abusador difere das pessoas normais, ou seja, possui um estereótipo predefinido, não faça parte do contexto jurídico, já que eles lidam diretamente com os abusadores, o que pode ter alterado ou renovado a sua representação sobre estes. Nesse sentido, Fazenda (2010) encontrou em seu estudo realizado com médicos e enfermeiros a representação de que os abusadores possuem boa integração e imagem social, ou seja, são facilmente camuflados na sociedade.

O item 02 se refere ao comportamento sedutor da criança, uma crença também encontrada no estudo de revisão realizado por Shackel (2008). Acreditamos que o resultado poderia ser diferente se nos referíssemos ao adolescente sedutor ao invés da criança sedutora.

Já a crença expressa através dos itens 03, 08, 09 e 11 tratam sobre a necessidade de haver violência para poder ser considerado abuso sexual infantojuvenil. Sobre essa perspectiva sabemos que o abuso sexual é um tipo de violência, contudo, a violência

física não é fator determinante do abuso sexual infantojuvenil, haja vista que este pode ocorrer mediante a ausência de violência física. Nesse sentido, a literatura aponta que o uso da violência física nem sempre está presente no abuso sexual infantojuvenil, podendo outras formas de violência comporem o cenário como, por exemplo, a violência psicológica, através da ameaça e coação (Florentino, 2015; Justino et al., 2015; Santos, 2015;).

O item 04 traz a crença de que o abusador comete o ato por não conseguir arranjar uma parceira adulta. Tal crença é facilmente vista pelos profissionais como algo não verdadeiro, já que a maior frequência de abuso sexual ocorre com familiares, sendo a maioria ocasionada pelo pai ou padrasto, ou seja, por um indivíduo casado. Desse modo, os profissionais psicossociais e os juízes têm acesso a essas informações e não mais possuem essa crença nas suas representações.

Já o item 05 aborda a crença de que a demora da denúncia do abuso é devido à sua inexistência. Corroborando com esse item, Shackel (2008) relatou a crença de que o tempo entre a denúncia e o fato é curto. Contudo, sabe-se que muitas vezes as vítimas apresentam queixas tardias devido ao medo gerado pela coação do agressor.

A crença da adolescente como provocadora do abuso sexual é expressa no item 06 e 07. Acreditamos que a baixa adesão a esse item pode ser fruto da desejabilidade social, já que através das entrevistas percebemos que, em alguns casos, são considerados a idade da vítima e os aspectos físicos de maturação, para determinar se ela seria ou não uma vítima.

Por fim, o item 10 traz a crença de que a maioria das queixas de abuso são falsas. Os juízes e profissionais psicossociais analisam os casos e as provas para então decidirem se o abuso aconteceu ou não. Diante da crença de que muitos casos de abuso não chegam a ser denunciados, os profissionais tendem a crer que toda denúncia pode

ser verdadeira, até que se prove o contrário.

Diante de tudo que foi exposto, acreditamos que a falta de adesão aos itens da escala reflete que possivelmente as crenças da escala são do senso comum, não fazendo, portanto, parte das práticas jurídicas, haja vista que as representações podem ser modificadas ou renovadas mediante as vivências e as trocas existentes entre as profissões participantes deste estudo. Outra possibilidade que poderia ter ocasionado o resultado seria a influência da desejabilidade social, já que se trata de um tema que ainda desperta tabu e constrangimento nas pessoas.

4.4 Consolidando os Resultados

Considerando a necessidade de articulação dos dados descritos com a teoria que embasou a presente dissertação, optamos por descrever a seguir um apanhado dos resultados obtidos através da Técnica de Associação Livre de Palavras, da Entrevista semiestruturada e da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual Infantojuvenil, a fim de facilitar a compreensão das informações.

O objetivo geral deste trabalho foi conhecer e analisar as representações sociais que os juízes e os profissionais psicossociais possuem acerca do abuso sexual infantojuvenil. Para alcançar o objetivo descrito contamos com alguns objetivos específicos, a saber: caracterizar o perfil sociodemográfico dos participantes do presente estudo; identificar a estrutura da representação social do abuso sexual cometido contra crianças e adolescentes, a fim de descrever os elementos do núcleo central e periféricos constituintes dessas representações; compreender como a variável profissão interfere na representação que os profissionais possuem sobre o abuso sexual infantojuvenil; verificar em que os juízes e os profissionais psicossociais ancoram as suas

representações acerca do objeto estudado e como essas representações são objetivadas; e, verificar se há diferença na representação social de quem é tolerante ou não frente ao abuso sexual infantojuvenil.

Percebemos que os participantes da pesquisa possuem a representação social do abuso sexual infantojuvenil como um ato de violência. Essa informação apareceu na TALP e nas entrevistas, o que nos confirma que os entrevistados possuem a crença do abuso sexual infantojuvenil como um ato de violência.

Também foi uma constante entre os entrevistados a crença do abusador, que foi ancorada na ideia do indivíduo como uma pessoa diferente das pessoas normais, haja vista que o abusador foi descrito por eles como uma pessoa doente, com atos que fogem do que é tido como socialmente normal. E mais uma vez essa informação foi presente nos três instrumentos utilizados, o que nos mostra a prevalência da imagem do agressor como uma “fera”, como um ser “animalesco”, termos estes que foram verbalizados através do TALP e das entrevistas.

Outro aspecto que foi frequente no discurso dos participantes foi a importância e a necessidade de tratamento para a vítima e sua família. Tais dados vão de acordo com informações encontradas na literatura.

Averiguamos através da fala dos participantes, seja na entrevista ou na TALP, que a família aparece sob duas perspectivas: a crença da família como ambiente protetor e a crença de que o abuso sexual infantojuvenil é cometido principalmente no ambiente familiar. Com relação à primeira perspectiva, como a própria literatura aponta, muitas vezes o núcleo familiar se torna um ambiente inseguro, repleto de desconfiança, medo e incertezas (Florentino, 2015). Ou seja, a família em muitas situações não é capaz de promover o ambiente seguro e protetor que deveria ser. Já na ótica do abuso sexual intrafamiliar, como as pesquisas apontam, essa é a forma mais frequente e danosa desse

tipo de violência, deixando marcas algumas vezes até irreparáveis nas vítimas. Sobre os danos que essas vítimas sofrem, os participantes relataram o trauma como a principal consequência, ou seja, as consequências emocionais foram consideradas. Contudo, poucos entrevistados fizeram referência a outros tipos de consequências, como as que atingem o âmbito físico e social.

O depoimento sem dano foi um assunto abordado pelos participantes de extrema relevância. Percebemos diante da fala destes que a temática ainda desperta controvérsias tanto com relação à prática quanto com relação aos benefícios dessa metodologia. Identificamos na fala dos juízes que a maioria é favorável ao método e que poucos não têm conhecimento prático a respeito. Já com relação aos profissionais psicossociais, apreendemos que estes em sua maioria são contra o uso desse método, criticando principalmente a perda de autonomia profissional. Uma concordância entre todos os participantes foi com relação ao despreparo profissional, à carência de material, à falta de um ambiente adequado para o acolhimento dessas vítimas e o não funcionamento adequado das redes de proteção.

Acreditamos que os participantes deste estudo se posicionaram com relação ao tema proposto a partir dos conhecimentos que construíram com base em leituras e atuações práticas, elaborando assim uma identidade social e pessoal, o que acaba por guiar no caso dos juízes as suas decisões e no caso dos psicólogos e assistentes sociais a sua forma de agir diante da vítima, da família da vítima e do abusador.

Diante do exposto, observa-se a importância dos resultados apresentados neste trabalho de dissertação. A seguir serão tecidas algumas considerações finais.

CAPÍTULO 5

Considerações finais

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudiosos que se debruçam sobre o tema têm buscado compreender a complexidade e a dinâmica do fenômeno. Apesar dos programas e da dedicação dos profissionais em tentar conter o abuso sexual infantojuvenil, as iniciativas ainda não foram suficientes. É nesse contexto que se deu a importância da presente dissertação que buscou promover conhecimentos que permitam ampliar o entendimento sobre a forma como os profissionais psicossociais e os juízes enxergam o abuso sexual infantojuvenil e todos os aspectos que envolvem a temática, haja vista que conhecer como os profissionais pensam sobre o fenômeno nos permite compreender as ações e decisões por eles tomadas em casos que envolvem o tema.

Entende-se que o abuso sexual infantojuvenil representa uma problemática vigente, dolorosa e de extrema relevância que emergiu nos últimos anos, eclodindo do silêncio social, conquistando perceptibilidade e incitando à reprovação e à preocupação com o fenômeno. Porém, essa manifestação social ainda não foi suficiente para libertar a temática do abuso sexual das inibições e discrições no qual ainda continua entrelaçada.

Ao longo do curso deste trabalho, percebeu-se, apesar da dedicação dos profissionais, que as vítimas continuam sem receber o atendimento adequado. Acredita-se que tal aspecto é ocasionado pela falta de estrutura e/ou preparação dos profissionais que atuam na causa. Além disso, as estratégias de enfrentamento desta problemática se encontram impregnadas de inibição, em especial dos profissionais, que ainda apresentam dificuldades para falar sobre o tema, apresentando um discurso regido pelo pudor, fator este que aparece como uma forte barreira à procura de soluções e melhorias na assistência dessas vítimas.

A literatura aponta que o abuso sexual infantojuvenil ocorre com maior frequência no ambiente familiar, o que foi apontado por todos os entrevistados do presente estudo. Consideraram ainda o abusador com um indivíduo com um perfil diferente do normal. Essa crença sobre o abusador desperta uma preocupação, haja vista que os agressores sexuais estão muitas vezes infiltrados no próprio seio familiar, passando por anos despercebidos.

O depoimento sem dano foi um assunto que gerou controvérsias entre os profissionais entrevistados. Considera-se que as divergências emergidas são frutos das diferenças entre a formação e a atuação dos profissionais entrevistados. Apesar disso, ressalta-se um consenso destes a respeito da necessidade de melhorias estruturais, assim como da melhoria na capacitação dos profissionais que atuam em casos de abuso sexual infantojuvenil, já que a escassez desses conhecimentos sobre o tema e sobre as formas de atuação podem acarretar em uma revitimização da vítima.

Acredita-se que o presente estudo tenha sido propulsor de reflexões sobre o tema que envolve as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, considerando que o conhecimento das representações sociais e crenças sobre o tema permite elaborar estratégias de combate e proteção frente ao fenômeno.

É necessário que os juízes passem a respeitar a autonomia e liberdade profissional dos psicólogos e assistentes sociais, assim como também é importante que esses profissionais psicossociais delimitem suas formas de atuação no âmbito jurídico, não exercendo atividades por ordem de outros profissionais. Desse modo percebe-se que seja necessário a implementação do respeito mútuo e da integralidade entre os profissionais que atuam em casos de abuso sexual infantojuvenil.

As limitações desta pesquisa se encontram na impossibilidade de generalização dos resultados; contudo, cumprimos a necessidade de nos debruçarmos sobre a

complexidade dos significados e das representações sobre o objeto investigado. No entanto, percebemos que é necessário que outras investigações sejam feitas, a fim sanar as lacunas que extrapolam os objetivos propostos na presente dissertação. Desse modo, faz-se necessário que estudos com outros profissionais que atuem na temática sejam realizados, pois compreender a forma como eles pensam nos permite compreender a forma como eles atuam. Além disso, destacamos a necessidade de inserir variável da desejabilidade social, já que se trata de um fenômeno que ainda incita muitas polêmicas, as quais podem levar os indivíduos a se comportarem de acordo com as bases normativas da sociedade.

REFERÊNCIAS

- Abric, J. C. (1993). Central system, peripheral system: their functions and roles in the dynamics of social representations. *Papers on Social Representations*, 2(2), 75-78.
- Abric, J. C. (1996). Specific processes of social representations. *Papers on Social Representations*, 5(1), 77-80.
- Abric, J. C. (2001). O estudo experimental das representações sociais. In D. Jodelet (Org.), *As Representações Sociais* (pp.155-172). Rio de Janeiro: UERJ.
- Aded, N. L. D. O., Dalcin, B. L. G. D. S., Moraes, T. M. D., & Cavalcanti, M. T. (2006). Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. *Arch. clin. psychiatry (São Paulo, Impr.)*, 33(4), 204-213.
- Alberto, M. F. P., Silva, A. C. S., Gomes, V. C., Araújo, A. M. G., & Oliveria, D. (2009). A exploração sexual infanto-juvenil sob a ótica de membros da população. *Psicologia em Revista, Belo Horizonte*, v. 15, n. 3, p. 41-59.
- Almeida, A. (2003). *Abuso Sexual de Crianças: crenças sociais e discursos da Psicologia*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça. Universidade do Minho, Braga.
- Almeida, A. M. O., & Santos, M. F. S. (2011) A teoria das Representações Sociais. In: Torres, C. V., & Neiva, E. R. (orgs). *Psicologia Social: Principais Temas e Vertentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Álvaro, J.L., & Garrido, A. (2006). *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: MccGraw-Hill.
- Andrade, A. F. (2011). *Rompendo o silêncio: uma análise sobre as histórias de meninas com vivências de abuso sexual atendidas pelo CREAS do município de João Pessoa*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa,

Brasil.

Araújo, F. M. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 7(2), 3-11.

Ariès, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara.

Arpini, D. M., Siqueira, A. C., & Savegnago, S. D. O. (2012). Trauma psíquico e abuso sexual: o olhar de meninas em situação de vulnerabilidade. *Psicologia: teoria e prática*, 14(2), 88-101.

Arruda, Â. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de pesquisa*, 117(127), 127-147.

Associação Brasileira de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA). (2002). *Abuso sexual: mitos e realidade por que?! Quem?! Como?! O Quê?! 3.ed.* Petrópolis: ABRAPIA, 2002. 60 p. il. (Coleção Criança Carinho).

Ávila, J. A., Oliveira, A. M. N., & Silva, P. A. (2015). Abuso sexual contra crianças e adolescentes: estudo com enfermeiros da estratégia de saúde da família. *VITTALLE-Revista de Ciências da Saúde*, 24(2), 43-52.

Azambuja, M. R. F. (2006). 10. Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 5(1), 1-19.

Baía, P. A. D., Veloso, M. M. X., Magalhães, C. M. C. & Dell'Aglío, D. D. (2013). Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: negação, retratação e fatores associados. *Temas em Psicologia*, 21(1), 193-202.

Baía, P. A. D., Veloso, M. M. X., Habigzang, L. F., Dell'Aglío, D. D., & Magalhães, C. M. C. (2015). Padrões de revelação e descoberta do abuso sexual de crianças e adolescentes. *Revista de Psicología*, 24(1).

Bass, E., & Thornton, L. (1985). *Nunca contei a ninguém*. São Paulo: Harper e Row do Brasil.

- Barros, A. S. D., & Freitas, M. D. F. Q. D. (2015). Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores. *Pensando famílias*, 19(2), 102-114.
- Brasil. Secretaria de Políticas de Saúde. (2002). *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Caderno de Atenção Básica, 8.
- Braun, S. (2002). *A violência sexual infantil na família: do silêncio à revelação do segredo*. Editora AGE Ltda.
- Brito, L., Ayres, L., & Amendola, M. (2006). A escuta de crianças no sistema de justiça. *Psicologia & Sociedade*, 18(3), 68-73.
- Byrne, B. M. (2009). *Structural Equation Modeling With AMOS: Basic Concepts, Applications, and Programming*. 2ª ed. New York: Taylor & Francis.
- Camargo, B. V. & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518.
- Camino, L., Torres, A. R. R., Lima, M. E. O. & Pereira, M. E. (2013). *Psicologia Social: Temas e Teorias*. 2ª ed., Brasília, DF: Technopolitik.
- Caribé, J. D. B., & Lima, I. M. S. O. (2015). Depoimento sem dano: proteção integral da criança vítima de abuso sexual intrafamiliar. *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, 25(1), 108-116.
- Castro, C. M. R. (2013). *Representações Sociais Das Mães Sobre O Abuso Sexual Intrafamiliar Sofrido Por Seus Filhos (Dissertação de Mestrado)*. Manaus. Disponível em: < Acesso em: 27 de março de 2016.
- Chagas, R. D. O., Goulart, J. A. T., Michelon, L. P., Teixeira, A. D. C. P., Viana, K. C., Vieira, C. D. F. A., & Souto, R. B. (2015). Depoimento Sem Dano Como Proteção Dos Direitos Da Criança E Adolescente. *DI@ LOGUS*, 3(1).
- Chaves, A. M., & Silva, P. L. (2013). Representações Sociais. In L. Camino, A. R. R.

- Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Orgs.). *Psicologia Social: Temas e Teorias*. Brasília: Technopolitik.
- Código Penal. (1940). *Lei 2.848*. Brasília. Recuperado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm
- Costa, Q. R. (2014). As representações sociais das famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual: um estudo sobre os processos educativos no Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS de Teixeira de Freitas – BA. 124 f. *Dissertação* (Mestrado em Educação: Conhecimento e Inclusão), Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG.
- Cozby, P. C. (2009). *Métodos de Pesquisa em Ciências do Comportamento*. 1.ed. São Paulo: Atlas.
- Deslandes, S. F. (1994). Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. *Caderno de Saúde Pública*, 10 (supl 1), 177-87.
- Dias, I. (2010). Violência doméstica e justiça: respostas e desafios. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, vol. 20, 2010, p. 245-262.
- Egry, E. Y., Apostólico, M. R., Albuquerque, L. M., Gessner, R., & Fonseca, R. M. G. S. (2015). Compreendendo a negligência infantil na perspectiva de gênero: estudo em um município brasileiro. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 49(4), 556-563.
- Elliott, A. N., & Carnes, C. N. (2001). Reactions of nonoffending parents to the sexual abuse of their child: A review of the literature. *Child Maltreatment*, 6(4), 314-331.
- Eloy, C. B. (2010). A representação social do abuso sexual infantil no contexto judiciário. *Revista de psicologia da UNESP*. 9(2), 66-78.
- Eloy, C. B. (2012a). A credibilidade do testemunho da criança vítima de abuso sexual no contexto judiciário. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 234-249.

- Eloy, C. B. (2012b). *Psicologia e Direito: representações judiciais nos casos de abuso sexual na infância*. 169 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.
- Espindola, G. A., & Batista, V. (2013). Abuso sexual infanto-juvenil: a atuação do programa sentinela na cidade de Blumenau/SC. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 596-611.
- Estatuto da Criança e do Adolescente. (1990). *Lei 8.069*. Brasília, DF: Ministério da Educação.
- Farr, R. M. (2010) *As raízes da Psicologia Social Moderna (1872- 954)*. Petrópolis: Vozes.
- Fazenda, I. M. E. M. (2010). *Representações sociais em torno do abuso sexual de crianças numa amostra de médicos e enfermeiros dos cuidados de saúde primários*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Portugal.
- Ferreira, A. C., & de Oliveira, C. M. (2014). A Escuta Judicial de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual: uma Reflexão sobre o “Depoimento Sem Dano”. *Revista Aurora*, 7(2).
- Florentino, B. R. B. (2015). As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(2), 139-144.
- Fraser, M. T. D., & Gondim, S. M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 14(28), 139-152.
- Freire, M. L., & Alberto, M. D. F. P. (2013). Centro de Referência Especializada de Assistência Social: suporte organizacional para atuação do psicólogo. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16(2), 167-182.
- Froner, J. P., & Ramires, V. R. R. (2008). Escuta de crianças vítimas de abuso sexual no

- âmbito jurídico: uma revisão crítica da literatura. *Paidéia*, 18(40), 267-278.
- Froner, J. P., & Ramires, V. R. R. (2009). A escuta de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar na concepção de profissionais que atuam no âmbito do Judiciário. *Psicologia em Revista*, 15(3), 60-81.
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cad. Saúde Pública*, 24(1), 17-27.
- Gava, L. L., Pelisoli, C., & Dell'Aglío, D. D. (2013). A perícia psicológica em casos de suspeita de abuso sexual infanto-juvenil. *Avaliação psicológica*, 12(2), 137-145.
- Gava, L. L., Silva, D. G., & Dell'Aglío, D. D. (2013). Sintomas e quadros psicopatológicos identificados nas perícias em situações de abuso sexual infanto-juvenil. *Psico*, 44(2).
- Garbin, C. A. S., de Lima, T. J. V., Garbin, A. J. Í., Róvoda, T. A. S., & Saliba, O. (2015). Conhecimento e percepção dos educadores do ensino infantil sobre violência. *Revista Ciência Plural*, 1(2), 37-47.
- Garson, G. D. (2012). *Structural Equation Modeling*. Asheboro, NC: Statistical.
- Gomes, R., Junqueira, M. F. P. S., Silva, C. D. O., & Junger, W. L. (2002). A abordagem dos maus-tratos contra a criança e o adolescente em uma unidade pública de saúde. *Ciênc Saúde Coletiva*, 7(2), 275-83.
- Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H., & Machado, P. X. (2006). Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 379-386.
- Habigzang, L. F., Corte, F. B. D., Hatzenberger, R., Stroehrer, F. H., & Koller, S. H. (2008). Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. *Psicologia: reflexão e crítica*. Porto Alegre. Vol. 21, n. 2, (maio/ago.

2008), p. 338-344.

- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado P. X. (2005). Abuso Sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em Processos Jurídicos. *Psicologia Teoria e Pesquisa*. São Paulo, 21(3), 341-348.
- Hair, Jr., J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Multivariate data analysis* (6^a ed.). Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall.
- Hayton, J. C., Allen, D. G., & Scarpello, V. (2004). Factor retention decisions in exploratory factor analysis: A tutorial on parallel analysis. *Organizational Research Methods*, 7, 191-205.
- Hildebrand, N. A., Celeri, E. H. R. V., Morcillo, A. M., & Zanolli, M. D. L. (2015). Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(2), 213-221.
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2015). Psicoterapia para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual no Sistema Público: Panorama e Alternativas de Atendimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(1), 182-198.
- Horn, J. L. (1965). A rationale and test for the number of factors in factor analysis. *Psychometrika*, 30, 179-185.
- Huber, M. & Kruehl, C. (2010). Compreendendo as principais consequências do abuso sexual de crianças e adolescentes. 3^a Jornada Interdisciplinar em Saúde. Promovendo Saúde na Contemporaneidade: desafio de pesquisa, ensino e extensão. Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/jis2010/Trabalhos/202.pdf>>. Acesso em: 14 de maio de 2015.
- Huh, D. M. J. & Cavalini, S. F. S. (2011). Consequências do abuso sexual infantil no

processo de desenvolvimento da criança: contribuições da teoria psicanalítica. VII *Jornada de Iniciação Científica*, Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. As *representações sociais*, 17-44.

Júnior, C. A. D. O. M., & Tomanik, E. A. (2013). Representações sociais de meio ambiente: subsídios para a formação continuada de professores. *Ciência & Educação*, 19(1), 181-199.

Junior, P. M. C. B., & Ramos, P. L. (2010). Abuso sexual: do que se trata? Contribuições da psicanálise à escuta do sujeito¹. *Psicologia clínica*, 22(1), 71-84.

Justino, L. C. L., Nunes, C. B., Gerk, M. A. D. S., Fonseca, S. S. O., Ribeiro, A. A., & Paranhos Filho, A. C. (2015). Sexual violence against adolescents in Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brazil. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 36(SPE), 239-246.

Justo, A. M., & Camargo, B. V. (2014). Estudos qualitativos e o uso de softwares para análises lexicais ¹. Disponível em: <
http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/37180083/Justo___Camargo_2014.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1468767484&Signature=Xj30opl3l13zB3u%2F%2BCfBrpWfkM%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DEstudos_qualitativos_e_o_uso_de_softwa re.pdf>. Acesso em: 08 de Agosto de 2016.

Koller, S. H.; Amazarray, M. R. (1997). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual – relatório - produção científica do CEP-RUA, Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua – UFRGS. [s.l.:s.n.],1997, p.1-23.

- Ladeiro, C. (2014). *Percepção e valoração do diagnóstico de abuso sexual em crianças e adolescentes pelos profissionais de enfermagem*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Lima, J. A. (2012). A repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil entre gerações. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.
- Lima, J. A., & Alberto, M. D. F. P. (2012). Abuso sexual intrafamiliar: as mães diante da vitimação das filhas. *Revista Psicologia & Sociedade*, 24(2).
- Lima, J. W. D., Alberto, M. D. F. P., Santos, V. M. D., Brito, K. L., & Silva, S. L. G. (2014). Violência sexual infantojuvenil: o que dizem os documentos do juizado?. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 5(1), 02-24.
- Lins, T. C. A. (2010). Violência Sexual: Justiça e Proteção? In: Ghesti-Galvão, I., & Roque, E. C. B. (2010). Aplicação da lei em uma perspectiva interprofissional: direito, psicologia, psiquiatria, serviço social e ciências sociais na prática jurisdicional. Editora Lumen Juris: Rio de Janeiro
- Machado, A. P., & Arpini, D. M. (2013). Depoimento sem dano: Dissidências e concordâncias na inquirição de crianças e adolescentes. *Psicologia Argumento*, 31(73).
- Machado, C., Gonçalves, R., & Matos, M. (2000). Escalas para avaliação do enquadramento cultural da violência contra mulheres e crianças. Braga: Universidade do Minho.
- Machado, L. B., & Aniceto, R. D. A. (2010). Núcleo central e periferia das representações sociais de ciclos de aprendizagem entre professores. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 18(67), 345-363.
- Maciel, S. C. & Melo, J. R. F. (2011). O recurso da entrevista e da análise de conteúdo em pesquisas qualitativas. In M. P. L. Coutinho, & E. R. A. Saraiva (Orgs.),

Métodos de pesquisa em Psicologia Social, perspectivas qualitativas e quantitativas (pp. 175-204). João Pessoa, PB: Editora Universitária.

Maria, S. G. D. S. (2012). *Abusos sexuais de crianças: Mudanças resultantes de uma intervenção preventiva*. Tese de doutorado, Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida.

Maroco, J. (2014). *Análise de Equações Estruturais: Fundamentos teóricos, Software e Aplicações*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.

Matos, C. S. N., Costa, C. L. N. A., Ferreira, G. A., Cardoso, J. V., Santos, M. A. S., & Pereira, M. C. S. (2013). Análise do abuso sexual a crianças e adolescentes e a proteção familiar no município do Conde/BA nos anos de 2004 a 2012. *Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT*, 1(2), 157-163.

Medeiros, K. T. (2014). *As mulheres no fenômeno das drogas: Representações sociais de usuárias de crack*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.

Melo, J. R. F., & Maciel, S. C. (2015). Crack Social Representations Elaborated by Users Under Treatment. *Psicologia em Estudo*, 20(1), 23-32.

Mendes, A. F., da Silva, C. L., Weber, M. H., & Kunz, T. D. (2016). Depoimento Sem Dano e o Serviço Social. *Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais*, 1(1).

Mikami, C. C., & Escobar, E. M. A. (2001) Violência doméstica contra crianças e adolescentes: a atuação do enfermeiro. *Revista de Enfermagem UNISA*, 2, 112-116.

Disponível

em:

<

<http://www.unisa.br/graduacao/biologicas/enfer/revista/arquivos/2001-24.pdf>.

Acesso em 27 de março de 2016.

Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- Neves, D. A. B., de Brito, R. C., Códula, A. C. C., Teixeira, J., & da S Tavares, D. W. (2014). Protocolo Verbal e Teste de Associação livre de palavras: perspectivas de instrumentos de pesquisa introspectiva e projetiva na ciência da informação. *PontodeAcesso*, 8(3), 64-79.
- Nunes, A. J., & Sales, M. C. V. (2016). Violence against children in Brazilian scenery. *Ciencia & saude coletiva*, 21(3), 871-880.
- Oliveira, C. A. (2013). Abuso Sexual no Contexto da Sociedade Atual e suas Representações. *Diálogos Multidisciplinares*, 1(3).
- Oliveira, I. J., & Cruz, C. A. B. (2015). Abuso sexual: uma reflexão sobre a violência contra crianças e adolescentes. *Revista Científica do ITPAC*, Araguaína, v.8, n.1.
- Padilha, M. D. G. S., & Gomide, P. I. C. (2004). Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 53-61.
- Paixão, A. C. W., & Deslandes, S. F. (2010). Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. *Saúde e Sociedade*, 19(1), 114-126.
- Paixão, A. C. W., & Deslandes, S. F. (2011). Abuso sexual infantojuvenil: ações municipais da saúde para a garantia do atendimento. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 16(10).
- Pasian, M. S. (2015). A negligência parental e a relação com a deficiência: o que mostra a pesquisa nacional. *Revista Educação Especial*, 28(53), 665-676.
- Pasian, M. S., Bazona, M. R., Pasiana, S. R., & Lacharitéb, C. (2015). Negligência infantil a partir do Child Neglect Index aplicado no Brasil. *Psychology*, 28(1), 106-115.
- Pasquali, L. (2010). Testes referentes a constructo: teoria e modelo de construção. Em

- L. Pasquali (Org.). *Instrumentação psicológica: fundamento e práticas* (pp. 165-198). Porto Alegre: Artmed.
- Pelisoli, C. L., & Dell'Aglio, D. D. (2015). Práticas de profissionais de Psicologia em situações de abuso sexual. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(1), 51-67.
- Pfeiffer, L., & Salvagni, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, 81(5), 197-204.
- Pereira, F. W., da Fonseca, A. D., de Oliveira, D. C., Fernandes, G. F. M., & Marques, S. C. (2015). Transformação das práticas profissionais de cuidado diante da AIDS: representações sociais dos profissionais de saúde. *Revista Enfermagem UERJ*, 23(4), 455-460.
- Pietro, T., Yunes, A., Mattar, M. A. (2008). Considerações jurídicas e psicossociais sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, n. 58. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=artigos_leitura_pdf&artigo_id=4021
Acessado em: 14 de maio de 2015.
- Pincolini, A. M. F., & Hutz, C. S. (2014). Abusadores sexuais adultos e adolescentes no sul do Brasil: pesquisa em denúncias e sentenças judiciais. *Temas em psicologia*, Ribeirão Preto, 22(2). Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 de Dezembro de 2015.
- Pires, A. L., & Miyazaki, M. C. O. S. (2005). Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. *Arq Ciênc Saúde*, 12(1), 42-9.

- Querido, A. (2010) *Representações sociais em torno do Abuso Sexual de Crianças*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Coimbra. Universidade de Coimbra. Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação.
- Rates, S. M. M., Melo, E. M., Mascarenhas, M. D. M., & Malta, D. C. (2015). Violência infantil: Uma análise das notificações compulsórias, Brasil 2011. *Ciência e Saúde Coletiva*, 20(3), 655-665.
- Ribeiro, D. B., Bonadiman, N., Gonçalves, S. G., & Dores Rassele, W. (2014). Reflexões sobre a atuação dos assistentes sociais e psicólogos junto à metodologia do Depoimento sem Dano. *Emancipação*, 13(1), 55-74.
- Ribeiro, M. A., Ferriani, M. D. G. C., & Reis, J. N. D. (2004). Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(2), 456-464.
- Richardson, R. J. (2014). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3.ed. São Paulo: Atlas.
- Runyon, M. K., & Kenny, M. C. (2002). Relationship of attributional style, depression, and posttrauma distress among children who suffered physical or sexual abuse. *Child Maltreatment*, 7(3), 254-264.
- Sá, C. P. (2013). As representações Sociais na história recente e na atualidade da Psicologia Social. In Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. A. L., & Portugal, F. T. (Eds.). *História da Psicologia: Rumos e Percursos*. Rio de Janeiro, RJ: Nau.
- Sá, G. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ
- Sadock, B. J., Sadock, V. A. (2007). Problemas relacionados ao abuso e negligência. In: Sadock B. J., Sadock V.A. *Compêndio de psiquiatria*, 9ª ed. Porto Alegre: Artmed.
- Said, A. P., Junqueira, E. L., & Costa, L. F. (2016). A Passagem ao Ato no Abuso Sexual Intrafamiliar Fraternal de Menino. *Revista Brasileira Adolescência e*

Conflitualidade, (14), 5-12.

- Santos, J. S., & Yakuwa, M. S. (2015). A Estratégia Saúde da Família frente à violência contra crianças: revisão integrativa. *Rev. Soc. Bras. Enferm. Ped.* | v, 15(1), 38-43.
- Santos, R. D. C. F. D. (2011). *Violência Sexual e a formação de educadores: uma proposta de intervenção*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
- Santos, S. S. D., & Dell'Aglio, D. D. (2013). O processo de revelação do abuso sexual na percepção de mães. *Psicologia: teoria e prática*, 15(1), 50-64.
- Santos, V. A., & Costa, L. F. (2011). A violência sexual contra crianças e adolescentes: conhecer a realidade possibilita a ação protetiva. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 28(4), 529-537.
- Saywitz, K. J., Mannarino, A. P., Berliner, L., & Cohen, J. A. (2000). Treatment of sexually abused children and adolescents. *American psychologist*, 55(9), 1040.
- Shackel, A. (2008). The beliefs commonly held by adults about children s behavioral responses to sexual victimization. *Child Abuse and Neglect*, 32 (4), 485-495.
- Silva, S. É. D., Camargo, B. V., & Padilha, M. I. (2011). A teoria das representações sociais nas pesquisas da enfermagem brasileira. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 64(5), 947-951.
- Silveira, T., & Ramos, C. I. (2015). Violência doméstica contra criança: obstáculos encontrados pelos profissionais de saúde para trabalhar com essa problemática. *Revista Rede de Cuidados em Saúde*, 9(1).
- Soares, E. M. R., da Silva, N. L. L., de Matos, M. A. S., Araújo, E. T. H., da Silva, L. D. S. R., & Lago, E. C. (2016). Perfil da violência sexual contra crianças e adolescentes. *Revista Interdisciplinar*, 9(1), 87-96.
- Sônego, A. S., & Santos, R. D. (2016). CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

INFANTO-JUVENIL E O DEPOIMENTO SEM DANO. *I Encontro de Pesquisas Judiciárias da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas.*

- Souza, F. S. (2015). Uma infância roubada/perdida: um estudo sobre o impacto do abuso sexual infantil e sua relação com a família e a escola. *Revista São Judas Tadeu*, 1(1), 64-80.
- Souza, T. M., & Barbosa, R. B. (2015). Abuso sexual intrafamiliar em meninos. *Psicologia em Foco*, 5(1).
- Taveira, F. J. M. D. P. (2011). Análise do abuso sexual em criança e jovens no contexto intra e extra familiar. *Dissertação de Mestrado*. Universidade do Porto, Portugal.
- Teixeira, G. K. M. D. (2013). As possibilidades de ruptura da violência sexual infantil intrafamiliar com a participação ativa do educador e da escola. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*, (2013_12).
- Vala, J. (2000). Representações Sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In: Vala, J. & Monteiro, B. (Org.). *Psicologia Social*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 457-502.
- Wachelke, J., & Wolter, R. (2011). Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), 521-526.
- Wassermann, V. G. (2011). *Crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar e suas respectivas mães: autopercepção, relações interpessoais e representação de objeto*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- World Health Organization. (1996) Global consultation on violence and health. Violence: a public health priority. Geneva: WHO; (document WHO/EHA/SPI.POA.2)

World Health Organization. (2003) Guidelines for medico-legal care for victims of sexual violence.

World Health Organization. (2011). Preventing child maltreatment: a guide to taking action and generating evidence 2006. Disponível em: http://www.who.int/violence_injury_prevention/publications/violence/child_maltreatment/en/index.html Acesso em: 12 de Agosto de 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECAS)

(C. Machado, M. Gonçalves & M. Matos, 2000; Universidade do Minho) Versão para investigação

INSTRUÇÕES:

Você vai encontrar em seguida um conjunto de afirmações em relação a situações de abuso sexual infanto-juvenil, isto é, situações em que um adulto realiza atos sexuais com alguém que tem menos de 14 anos. Pedimos que leia atentamente essas frases e exprima a sua opinião em relação a cada uma delas. Não existem respostas certas ou erradas. A sua opinião é o mais importante. Por favor, tente responder de acordo com a sua forma de pensar e sentir e não como acha que deveria ser. Avalie cada afirmação, colocando um (X) na opção que melhor traduza o seu modo de pensar. Assegure-se de que respondeu todas as questões, devendo optar apenas por uma das hipóteses apresentadas. As respostas a este questionário são absolutamente anônimas.

Desde já agradecemos a sua colaboração!

Por favor, leia atentamente cada afirmação e responda:

Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

1-É muito raro uma criança/adolescente ser abusada sexualmente.	1	2	3	4	5
2-Só as meninas são vítimas de abuso sexual.	1	2	3	4	5
3-As pessoas que abusam sexualmente de crianças/adolescentes são quase sempre desconhecidas.	1	2	3	4	5
4 - A maioria das queixas de abuso sexual são fantasias da criança/adolescente.	1	2	3	4	5
5 - Os abusadores são pessoas que parecem diferentes das pessoas normais.	1	2	3	4	5
6 - As crianças podem provocar o abuso pelo seu comportamento sedutor.	1	2	3	4	5
7 - Só se pode falar de abuso quando há violência.	1	2	3	4	5

Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

8 - A maioria das queixas de abuso sexual são inventadas pelas mães (por exemplo: nos processos de divórcio).	1	2	3	4	5
9 - Se uma menina já foi abusada antes, então é natural que outros homens também abusem dela.	1	2	3	4	5
10 - Se alguém abusa sexualmente de uma criança/adolescente, é porque não consegue arranjar parceiras(os) adultas(os).	1	2	3	4	5
11 - Se uma criança/adolescente só se queixa do abuso muito mais tarde, então ele provavelmente não existiu.	1	2	3	4	5
12 - As adolescentes levam os homens mais velhos a abusar delas.	1	2	3	4	5
13 - Só com crianças pequenas é que se pode falar de abuso. Se um(a) adolescente se envolve com alguém mais velho, a culpa é sua.	1	2	3	4	5
14 - Se o abusador não tiver magoado a criança/adolescente o abuso é pouco grave.	1	2	3	4	5
15 - Só se pode falar de abuso se a criança/adolescente resistir fisicamente.	1	2	3	4	5
16 - A maioria das queixas de abuso sexual são falsas.	1	2	3	4	5
17 - Se não houver penetração, então o abuso é pouco grave.	1	2	3	4	5

APÊNDICE 2**Questionário Sociodemográfico**

1. Sexo:

- ☐ Fem.
☐ Masc.

2. Idade_____

3. Estado civil:

- ☐ Solteiro
☐ Casado
☐ Divorciado
☐ Viúvo
☐ Outros:_____

4. Religião:

- ☐ Católico
☐ Evangélico
☐ Espirita
☐ Outros:_____

5. Tem filhos: () Não () Sim

- Idade e Sexo:_____

6. Categoria Profissional:_____

7. Experiência Profissional

Há quanto tempo atende crianças vítimas de AS:_____

APÊNDICE 3**Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP)**

-ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL

() _____

() _____

() _____

() _____

() _____

APÊNDICE 4

Roteiro da entrevista semiestruturada

1. O que você entende por abuso sexual?
 - O que caracteriza o abuso sexual?
 - A partir de que idade você consideraria?
2. Na sua opinião o que você acha que o (psicólogo, juiz, promotor, assistente social) pode fazer em casos de abuso sexual?
3. Na sua opinião você acha que deve ter um tratamento diferenciado para as vítimas de abuso sexual infantojuvenil?
 - Em que situações?
4. Na sua opinião você acha a sociedade tolerante frente ao abuso sexual?
5. Como é para você lidar com essas questões de abuso na vida profissional?
6. Há alguma coisa para melhorar na abordagem deste fenômeno?
7. Em casos de abuso sexual qual seria a melhor abordagem quando a vítima é uma criança? E quando é adolescente?
 - Qual a sua opinião a respeito da prática de profissionais na escuta de crianças vítimas de abuso sexual?
 - O que você entende por depoimento sem dano?

Na sua opinião qual a função do depoimento sem dano?

APÊNDICE 5

Escala de Crenças sobre Abuso Sexual Infantojuvenil (ECASI)

(Pereira, Maciel, Dias, Alexandre, Pimentel & Oliveira, 2016, no prelo)

INSTRUÇÕES:

Você vai encontrar em seguida um conjunto de afirmações em relação a situações de abuso sexual infantojuvenil, isto é, situações em que um adulto realiza atos sexuais com alguém que tem menos de 14 anos. Pedimos que leia atentamente essas frases e expresse a sua opinião em relação a cada uma delas. Não existem respostas certas ou erradas. A sua opinião é o mais importante. Por favor, tente responder de acordo com a sua forma de pensar e sentir e não como acha que deveria ser. Avalie cada afirmação, colocando um (X) na opção que melhor traduza o seu modo de pensar. Assegure-se de que respondeu todas as questões, devendo optar apenas por uma das hipóteses apresentadas. As respostas a este questionário são absolutamente anônimas.

Desde já agradecemos a sua colaboração!

Por favor, leia atentamente cada afirmação e responda:

Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

1- Os abusadores são pessoas que parecem diferentes das pessoas normais.	1	2	3	4	5
2- As crianças podem provocar o abuso pelo seu comportamento sedutor.	1	2	3	4	5
3 - Só se pode falar de abuso quando há violência.	1	2	3	4	5
4- Se alguém abusa sexualmente de uma criança/adolescente, é porque não consegue arranjar parceiras(os) adultas(os).	1	2	3	4	5
5- Se uma criança/adolescente só se queixa do abuso muito mais tarde, então ele provavelmente não existiu.	1	2	3	4	5
6– As adolescentes levam os homens mais velhos a abusar delas.	1	2	3	4	5
7- Só com crianças pequenas é que se pode falar de abuso. Se um(a) adolescente se envolve com alguém mais velho, a culpa é sua.	1	2	3	4	5
8- Se o abusador não tiver magoado a criança/adolescente o	1	2	3	4	5

abuso é pouco grave.					
9- Só se pode falar de abuso se a criança/adolescente resistir fisicamente.	1	2	3	4	5
10- A maioria das queixas de abuso sexual são falsas.	1	2	3	4	5
11- Se não houver penetração, então o abuso é pouco grave.	1	2	3	4	5

APÊNDICE 6

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O objetivo deste estudo é validar a Escala de Crenças sobre Abuso Sexual e está sendo realizado por discentes do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, sob orientação da professora doutora Silvana Carneiro Maciel.

Solicitamos a sua colaboração para esta pesquisa, bem como a autorização para apresentar os resultados em eventos da área e publicações em revista científica/livro, nos quais será salvaguardado o anonimato dos participantes.

Gostaríamos de salientar que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigado(a) a fornecer informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso decida não participar ou resolver, a qualquer momento, desistir do estudo, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.



Impressão

Assinatura da participante

← -----

Assinando esse termo, estou concordando em participar do estudo acima mencionado, sob a coordenação da Professora Doutora Silvana Carneiro Maciel. Caso necessite de alguma informação sobre o presente estudo entre em contato: silcamaciel@gmail.com ou camila_alencarpereira@hotmail.com

Assinatura da participante

ANEXO

ANEXO 1
CERTIDÃO DO COMITÊ DE ÉTICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 1ª Reunião realizada no dia 18/02/2016, o Projeto de pesquisa intitulado: **“REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL: UM ESTUDO COM PSICÓLOGO E JUIZES”**, da pesquisadora Silvana Carneiro Maciel, Prot. nº 0516/15, CAAE: 49371915.1.0000.5188.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à apresentação do resumo do estudo proposto à apreciação do Comitê.


Andrea Márcia da C. Lima
Mat. SIAPE 1117510
Secretária do CEP-CCS-UFPB